



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | |
|--|-------------------|-------------------|
| FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA / SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO | | |
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 1690/12 | DATA: 04/12/2012 |
| INÍCIO: 10h13min | TÉRMINO: 17h01min | DURAÇÃO: 06h49min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 06h48min | PÁGINAS: 161 | QUARTOS: 82 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ministro de Estado da Justiça.
LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Diretor Geral da Polícia Federal.
ROBERTO TRONCON FILHO - Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo.

SUMÁRIO: Discussão sobre a crise na segurança pública no País, em especial no Estado de São Paulo, e esclarecimentos sobre as operações Porto Seguro e Durkheim da Polícia Federal.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados.
Houve expressões ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) – Às 10h15min, declaro aberta esta reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Ordem do Dia.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutir a crise na segurança pública no País, em especial no Estado de São Paulo, e para colher esclarecimentos sobre as operações Porto Seguro e Durkheim da Polícia Federal.

A audiência pública foi convocada atendendo a requerimentos dos Deputados Efraim Filho, Edson Santos e Mendonça Filho.

Convido para compor a Mesa, e já aqui presente, o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça.

Também para compor esta Mesa, já que de forma livre e espontânea se fizeram presentes — e acredito que o seu papel e as suas falas também ajudarão a debater o tema tanto da crise de segurança pública no País quanto das operações policiais que de forma recente foram notícias e estimularam esta Comissão a trazer o Sr. Ministro da Justiça —, queria convidar o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello Coimbra — seja bem-vindo, Dr. Leandro — e também o Dr. Roberto Troncon, Superintendente da Polícia Federal em São Paulo, que esteve no comando dessas operações que lá ocorreram. Seja bem-vindo, Dr. Troncon. Tivemos oportunidade de estar com S.Sa. durante as diligências que esta Comissão realizou em São Paulo.

Esclareço que, para o ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios, conforme os arts. 219 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Ministro disporá de 30 minutos para sua exposição, prorrogáveis por mais 15 minutos, vedados os apartes.

Os Deputados interessados em interpelar o Ministro deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que se encontram nesta reunião conjunta terão oportunidade de, após a fala, fazer seus questionamentos.



Esclareço, Sr. Ministro, agradecendo a presença a V.Exa., diante da impossibilidade de fazermos na semana passada, que de comum acordo com esta Comissão agendamos para a manhã de terça-feira.

Importante esclarecer também aos presentes que a presença do Ministro já estava confirmada há 15 dias para falar sobre a crise na segurança pública no País. Durante o final de semana, nesse interregno, ocorreram as duas operações da Polícia Federal que acabaram por estimular nesta Comissão o desejo de que, dentre os temas a serem tratados, também constassem essas operações.

Esta Comissão, com um grupo de sete Parlamentares, realizou, Ministro, uma diligência externa no Estado de São Paulo, na última segunda-feira, quando tivemos a oportunidade de inspecionar a adoção dos protocolos de política integrada entre o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal. Lá estivemos, com a Deputada Keiko Ota, entre tantos outros Deputados, visitando as bases de polícia comunitária, realizando audiências públicas com os representantes da Polícia Militar, com os parentes de policiais assassinados pela ação do crime organizado, do PCC. Tivemos também a oportunidade da reunião com a Agência Integrada de Inteligência, que é coordenada pelo Dr. Roberto Troncon, e pelo Secretário-Adjunto de Segurança do Estado de São Paulo.

Passaremos às mãos de V. Exa., após esta audiência, um relatório do que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado pôde observar no Estado de São Paulo. Obviamente, não se cobra, neste momento, resultados, mas, sim, a fiscalização da adoção de protocolos: se eles realmente estão sendo implementados, se têm surtido algum efeito, ou se não passa de mera pirotecnia, muitas vezes, para ganhar o discurso na opinião pública, e não se reportar a ações efetivas e consumadas que têm ajudado, ou não, a melhorar a situação de insegurança pública que é vivida e sentida pela sociedade brasileira, em especial a de São Paulo.

Nesse sentido, às 10h20min, V.Exa. tem o uso da palavra, por 30 minutos, prorrogáveis por mais 15 minutos. Ainda, com a tolerância da Mesa, caso entenda necessário, solicitaria ao Ministro que pudesse, se conveniente e oportuno, abordar exatamente estas duas perspectivas que interessam a esta Comissão: a perspectiva da segurança pública e a perspectiva do crime organizado, conforme se viu nas



operações da Polícia Federal, estar instalado no seio da Presidência da República, no seu escritório em São Paulo.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - De início, eu quero agradecer a S. Exa., Presidente Efraim, pelo convite e pela oportunidade que me deu de podermos agendá-lo numa data que fosse compatível com a minha possibilidade de vinda.

É muito importante frisar que este convite da Comissão de Segurança já havia sido feito há muito tempo. Portanto, já era uma vinda prevista. Quando, portanto, no final de semana, nós tivemos a operação Porto Seguro, por força de uma série de questões atinentes à minha agenda, dialogando com o Presidente, eu pedi que pudesse ser na semana subsequente. E ele, entendendo a situação e desejando, inclusive, que nesta Comissão nós pudéssemos dar esclarecimentos completos acerca da Operação Porto Seguro e da Operação Durkheim, manifestou, em nome desta Comissão, a possibilidade de que, na data de hoje, eu aqui comparecesse.

Então, muito obrigado, Presidente Efraim, pela compreensão. E agradeço a todos os senhores membros das duas Comissões que aqui se integram, pela oportunidade que me dão de explicar os fatos que estão postos nesta pauta.

Eu gostaria de começar falando, inicialmente, sobre a operação Porto Seguro, para que, depois, pudesse falar da Operação Durkheim e, depois, sobre Segurança Pública. Por que isso? Tem havido muita controvérsia e muita discussão acerca de aspectos atinentes ao desencadeamento e à execução da Operação Porto Seguro e esta é uma oportunidade ímpar que eu tenho de poder esclarecer, de público, algumas questões que são, muitas vezes, recorrentes, sempre que a Polícia Federal realiza operações em que pessoas do mundo público, ou do mundo econômico, são investigadas.

Em geral, a Polícia Federal faz muitas operações. A nossa média é acima de uma operação por dia. Hoje mesmo, logo pela manhã, como de praxe, o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello Coimbra, informava-me de uma operação que está sendo realizada neste momento, no Rio de Janeiro, com a prisão de 65 policiais e 18 traficantes, operação em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Secretário Beltrame.



Em geral, essas operações são objeto de notícia, mas não geram especulação, nem tensão. Mas quando nós temos operações que dizem respeito ao mundo político ou ao mundo econômico, aí, as tensões, as versões, as confusões e as questões surgem.

Tenho visto, nestes dias, questões interessantes. Eu me recordo que há alguns meses nós tivemos a Operação Monte Carlo, que era uma operação que, de certa forma, colocava como investigadas pessoas do mundo político. Como as pessoas que eram investigadas não tinham uma relação política de compatibilidade com o atual Governo, dizia-se, não poucas vezes: *“O Ministro da Justiça está instrumentalizando a Polícia Federal para perseguir membros da Oposição, tendo em vista o processo eleitoral de 2012”*. Não poucas vezes respondi à imprensa a pergunta se eu estava instrumentalizando as ações da Polícia Federal na Operação Monte Carlo.

Agora, na operação Porto Seguro, em que pessoas que ocupam cargos públicos, ou que ocupavam cargos públicos no Governo, são investigadas, portanto, têm uma identidade política maior, *a priori*, com a base de sustentação governista, o que se afirma é que o Ministro da Justiça perdeu o controle da Polícia Federal, que o Ministro da Justiça sequer tinha sido avisado da operação, que essa operação teria sido motivada ou por uma questão da greve da Polícia Federal, ou por uma disputa entre membros da Polícia Federal, razão pela qual em nenhum momento, parece-me, focou-se exatamente as razões pelas quais essas operações são realizadas e a forma pela qual são feitas.

As operações da Polícia Federal não são fruto de instrumentalização do Ministro da Justiça, nem são fruto de descontrole. São operações de uma polícia que, nos últimos 10 anos se afirma como republicana, que cumpre a Constituição e que cumpre a lei.

Nos últimos 10 anos, e eu posso afirmar isso com orgulho, na condição de Ministro de Estado da Justiça, a Polícia Federal não é mais uma polícia de Governo, mas é uma polícia de Estado; uma polícia que atua no cumprimento estrito das ordens judiciais e da lei, onde a interferência política, a análise política do Ministro da Justiça em momento algum pode ser capaz de fazer curvar uma instituição que é absolutamente legitimada nessas ações aos olhos da população brasileira.



Então, portanto, para os que acham que em operações, quando se voltam a membros da Oposição, há uma instrumentalização da Polícia Federal; ou quando se voltam para membros que têm uma compatibilidade com as forças políticas que dão sustentação ao Governo, são motivadas pelo descontrole, é muito importante dizer em alto e bom som: essas ações são fruto de uma polícia que não é de Governo, mas é uma polícia de Estado.

E para que eu possa expor as duas operações, eu acho que algumas questões precisam ser respondidas por mim, *a priori*. A primeira delas: qual o papel que o Ministro de Estado da Justiça tem frente à Polícia Federal? A segunda: em que momento o Ministro de Estado da Justiça deve saber de operações realizadas pela Polícia Federal e que são garantidas pelo manto do sigilo? E terceira: no caso da operação Porto Seguro, quando o Ministro de Estado da Justiça soube da operação? A quem informou? E que providências tomou?

Começo pela primeira indagação. Qual o papel que o Ministro de Estado da Justiça tem frente à Polícia Federal? É inegável que o Departamento da Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça. E como órgão do Ministério da Justiça está submetido ao poder hierárquico, que é característico das estruturas administrativas. Em outras palavras: o Ministro de Estado da Justiça é superior hierárquico à estrutura da Polícia Federal e, portanto, há uma relação de hierarquia.

E o que vem a ser a relação de hierarquia? Em geral, costuma-se dizer que a hierarquia é um poder que os superiores exercem sobre os inferiores, materializado por faculdades que são exercidas de forma contínua e permanente, independentemente até de disposição legal e expressa para que sejam assegurados.

As faculdades que são próprias do poder hierárquico, que normalmente se apontam, são as seguintes: primeira, a faculdade do superior de dar ordens ao subordinado; segundo, a faculdade do superior hierárquico de fiscalizar os atos do subordinado; terceiro, a faculdade do superior hierárquico de avocar competências do subordinado para que possa exercê-las; quarto, a competência do superior hierárquico de delegar atribuições ao subordinado; quinto, a possibilidade do superior hierárquico de aplicar sanções administrativas ao subordinado; e sexto, a



possibilidade de o superior hierárquico dirimir conflitos de competência administrativa entre os inferiores.

Essas, repito, são as faculdades inerentes ao poder hierárquico, que, independentemente de texto expresso de lei, afirmam-se em qualquer relação hierárquica.

Ora, esses poderes e essas faculdades sempre se colocam sem limites? Esses poderes e essas faculdades podem sofrer mitigações ou atenuações legais? Sim. Em Direito não existe poder ilimitado. Lembro-me de um ilustre jurista que dizia que *“não há direito que não tenha em si a noção de limite”*.

Portanto, todas as faculdades do poder hierárquico são, em si próprias, limitadas. Mas em alguns casos, em casos de alguns órgãos, essas faculdades podem ser até suprimidas ou muito limitadas por disposições legais na busca de garantir valores maiores assegurados pela nossa ordem jurídica constitucional. É o que acontece no caso da Polícia Federal.

Muitas das faculdades pertinentes ao poder hierárquico, para atendimento de princípios que estão consagrados na Constituição da República, tiram do Ministro da Justiça algumas possibilidades ou potencialidades hierárquicas.

Dou-lhes alguns exemplos: primeiro, o Ministro da Justiça tem poder para ditar ordens à Polícia Federal? Tem. Mas deve fazê-lo nos estreitos limites da lei. Aliás, isso vale para tudo no serviço público. Nenhum funcionário deve, diante de ordem manifestamente ilegal, ser obrigado a cumpri-las. Ou seja, o Ministro da Justiça pode dar ordens à Polícia Federal, desde que o faça em cumprimento da lei; nunca ao seu arripio, nunca em seu confronto.

Segundo, pode, por exemplo, o Ministro da Justiça avocar competências de um delegado de polícia num inquérito policial? Evidentemente que não. A Legislação Processual Penal assegura ao delegado de polícia a possibilidade de ser o presidente do inquérito policial e, portanto, o Ministro da Justiça não pode avocar competência e dizer: este inquérito quem conduz sou eu.

Terceiro, pode o Ministro da Justiça fiscalizar atos da Polícia Federal tendo ciência de tudo o que efetivamente lá se realiza? Sim, em termos. O Ministro da Justiça pode fiscalizar e deve fiscalizar a atividade da Polícia Federal. Porém, quando existe, nos termos da lei, a decretação de sigilo, é evidente que o Ministro



da Justiça não pode ter ciência de situações que lá são processadas. Por quê? As investigações que correm em sigilo elas são decretadas nos termos da lei e em garantia de princípios constitucionais que asseguram os direitos individuais, que são intransponíveis.

O que está absolutamente sacramentado na nossa jurisprudência, na nossa doutrina, salvo melhor juízo, é a ideia de que, quando nós temos procedimentos ou inquéritos sob sigilo, quem pode ter acesso àquelas informações são aquelas autoridades que devem intervir no procedimento e os próprios interessados no momento em que isso seja procedimentalmente admissível.

Pessoas que não têm que intervir na investigação, autoridades que não têm papel, pouca importa o seu poder, não podem ter acesso às informações, porque, se tiverem, incorrerão na prática de ato ilícito.

Portanto, no caso de um inquérito que tramita sob sigilo, se S.Exa., o Ministro de Estado da Justiça, tiver ciência em momento que não seja admissível, haverá uma ilegalidade.

O próprio Diretor-Geral da Polícia Federal só deve ter conhecimento de situações quando for chamado a intervir numa operação, para que o sigilo não se viole.

Aliás, com isso, se consegue algo muito importante: além da garantia da boa investigação, além da garantia de que não haverá interferências políticas ou de outra natureza na condução do inquérito — utilizando uma expressão da moda —, essa situação ainda permite uma verdadeira "blindagem institucional" das autoridades superiores. Como assim: "blindagem institucional"? Pudessem o Ministro de Estado da Justiça saber daquilo que tramita no inquérito sob sigilo, bastava que alguma situação de informação vazasse para dificultar as informações e ele seria o primeiro suspeito, inclusive por via reflexa, até mesmo envolver a Chefia do Executivo, trazendo instabilidade, trazendo dificuldades evidentes do ponto de vista da compreensão dos fatos.

Então, diante dessa realidade, seja por sigilo decretado judicialmente, em cumprimento à Constituição e em cumprimento à lei, seja como "blindagem institucional" que se faz às autoridades superiores, o Ministro de Estado da Justiça só deve tomar conhecimento das operações no momento em que isso se faz



estritamente necessário, para que possa cumprir o seu papel de fiscalização, para que ele possa verificar se a operação se realiza em estrita conformidade com a lei, para que ele possa coibir, se necessário for, o abuso de poder ou desvio de poder.

Donde a regra que se coloca nas operações, em síntese, é a seguinte: no momento em que se faz uma operação, no seu desencadear, no momento imediato que antecede ao seu desencadeamento, o Ministro da Justiça é informado da operação, como hoje fui informado da operação no Rio de Janeiro, que prenderá 65 policiais e 18 traficantes. É neste momento que sou informado, para que possa eu acompanhar, para que possa eu verificar se a lei está sendo cumprida, para que possa eu intervir em situação de eventual desmando de abuso de autoridade por parte dos agentes públicos incumbidos dessa tarefa. Esse é o modelo, e é um modelo correto.

Diria, inclusive, por força da experiência dos últimos 10 anos — e repito, mais uma vez: a Polícia Federal, para o orgulho do Ministério da Justiça, qualifica-se como uma polícia de Estado e não de Governo —, se amanhã ou depois, o Ministro de Estado da Justiça, tentar de alguma forma, seja pela nomeação de um Diretor-Geral típico, que não é o caso do meu Diretor-Geral, seja pela nomeação de um Superintendente carreirista, oportunista, que não é o caso do Superintendente de São Paulo, Dr. Troncon, manipular, quebrar regras e saber coisas antes da hora, esse Ministro terá contra si a sadia reação da institucionalidade da própria Polícia Federal.

Não há mais a possibilidade de alguém imaginar que estamos no tempo da ditadura militar e que a Polícia Federal seja utilizada para atacar os adversários políticos, ou seja utilizada para cariciar aqueles com os quais o Governo tem maior identidade.

Graças a Deus, o período da ditadura militar acabou! Graças a Deus, temos uma Constituição democrática e um Estado de Direito no País! Graças a Deus, nos últimos 10 anos, os Ministros da Justiça que me antecederam — Ministro Márcio Thomaz Bastos, Ministro Tarso Genro, Ministro Luiz Paulo Barreto — consolidaram uma prática que hoje é irreversível!



E hoje eu dirijo com orgulho uma Polícia Federal que não se submeterá, em momento algum, a orientações políticas de instrumentalização ou de apaniguamento.

Portanto, é com orgulho de brasileiro que digo: se no passado o Ministro de Estado da Justiça, diante de arbítrios, dizia: “*nada tenho a declarar*”; hoje o Ministro de Estado da Justiça pode e tem o dever de declarar que a sua Polícia é de Estado e não se submete a qualquer situação de injunção política ou a qualquer situação que obviamente não tenha uma dimensão republicana.

Segundo. Relativamente à situação desta Operação Porto Seguro, em que momento o Ministro de Estado da Justiça teve ciência? Foi ele ignorado pela Polícia Federal? Há publicações que achei até curiosas, Dr. Leandro, pois afirmavam que durante a Operação eu estaria em Fortaleza. Eu vi até a minha foto tomando água de coco, enquanto V.Exa. e o Dr. Troncon militavam na Operação. Vi publicações que diziam que a Presidenta Dilma Rousseff tentou falar comigo, e não conseguia porque não me encontrava por duas horas — e teria ficado irradíssima. Outras diziam que, na verdade, eu teria sido um “marido traído”, o último a saber; que a Presidenta teria sido, inclusive, Presidente Efraim, avisada da Operação pelo Ministro-Chefe, meu querido amigo Luís Inácio Adams.

Sinceramente, eu não sei de onde saem essas versões fantásticas. Por isso que esta oportunidade me é dada para esclarecer como as coisas aconteceram.

Na quinta-feira que antecedeu a sexta-feira em que foi realizada a Operação, eu tinha vários compromissos na minha agenda, inclusive o compromisso de acompanhar S.Exa., a Presidenta da República, na posse do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa. Eu a acompanhei e, logo após, eu deveria pegar um avião rumo à cidade de Fortaleza, por quê? Porque na cidade de Fortaleza se realizaria, durante a sexta-feira, ou se realizou durante a sexta-feira, o encontro de Ministros da Justiça de Segurança Pública do MERCOSUL, do qual o Brasil era o anfitrião.

O Brasil tem a Presidência — ou tinha a Presidência *pro tempore* — do grupo de Ministros da Justiça e do grupo de Ministros de Segurança ou Interior. E todos os Ministros do MERCOSUL estariam em Fortaleza naquela sexta-feira, onde nós



formaríamos grupos de trabalho, assinaríamos acordos e, ao final, eu passaria a Presidência *pro tempore* do MERCOSUL para os Ministros do Uruguai.

Na noite anterior, na quinta-feira, S.Exa., o Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, ofereceu um jantar na sua residência oficial para os Srs. Ministros e Ministras de Estado do MERCOSUL, onde eu, obviamente, teria o papel de ser o anfitrião, em conjunto com S.Exa., o Governador de Estado, e a Secretária de Justiça Mariana Lobo.

Ao sair da posse do Ministro Joaquim Barbosa na Presidência do Supremo Tribunal Federal, e já me encaminhando ao aeroporto, recebi um telefonema do Dr. Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello, que me indagou se eu estava indo a Fortaleza. Eu disse que sim e que estaria de volta a Brasília no final do dia. Ele me disse: "*Ministro, preciso informá-lo que na manhã da segunda-feira teremos uma operação da Polícia Federal em relação a vários órgãos sediados em Brasília e fora de Brasília*".

Eu acho que, pela característica da operação, o senhor deveria permanecer em Brasília ou estar em Brasília. A operação deve se iniciar por volta das 6h da manhã, e eu precisaria na madrugada passar-lhe as informações, ou seja, as informações que me foram passadas pelo Diretor-Geral eram genéricas, como devem ser. Não me disse que órgãos seriam objeto da ação, se haveria prisões, se haveria buscas. Em síntese, passou-me uma informação absolutamente genérica.

Como conheço bem o meu Diretor-Geral e sei que é uma pessoa bastante comedida, o alerta que ele me deu me fazia considerar que eu deveria estar em Brasília já na madrugada, para que pudesse receber as informações dentro do protocolo existente sobre a operação.

Naquele momento, então, fui ao Palácio do Planalto e comuniquei à Sra. Presidenta da República a informação que eu havia recebido. Ou seja, passei para a Presidenta a informação genérica: "*Haverá amanhã uma operação da Polícia Federal sobre órgãos públicos em Brasília e fora de Brasília*".

Não poderia informá-la mais do que eu não sabia. Então, é muito importante deixar claro isso. Informei à Presidenta da República, na própria quinta-feira, de que haveria uma operação da Polícia Federal. E disse a ela: "*Eu não tenho condições de não ir a Fortaleza, porque todos os Ministros do MERCOSUL estarão lá. Então, eu*



irei à Fortaleza, pedirei desculpas aos Ministros e voltarei na madrugada para que eu possa, a tempo, receber as orientações e os detalhes que marcariam essa operação". Assim foi feito.

Posso me equivocar um pouco na precisão de horários, mas por volta aproximadamente das 20h, horário de Brasília, 19h, horário de Fortaleza, fui até Fortaleza, chegando no horário de lá às 21h30min, quando, então, fui à residência do Governador. O jantar já havia tido início. Eu, após cumprimentar os Ministros, pedi a palavra e disse da minha impossibilidade — e fiz meu pedido de desculpas — de estar presente na sexta-feira durante as atividades e que eu investiria o Secretário Especial da Reforma do Judiciário, Dr. Flávio Croce Caetano, na condição de plenipotenciário, para poder assinar em meu nome todos os acordos que estavam sendo firmados naquele momento e discutidos já há uma semana no âmbito do MERCOSUL. Disse ainda que, lamentavelmente, eu não poderia fazer a passagem oficial para os Ministros do Uruguai da Presidência *pro tempore*, mas que eu sabia que eles entenderiam a situação. Prontamente, todos entenderam, porque também são Ministros da área da Segurança Pública, e disseram-me: "*Conosco também é a mesma coisa, vá tranquilo*".

Naquela madrugada, por volta das 2h da manhã, aproximadamente, eu retornei a Brasília. Ao chegar, encontrei-me com o Dr. Leandro Daiello na minha residência — aliás, quando há operações mais delicadas ele habitualmente me acorda. E lá ele me deu detalhadamente a descrição dos mandados de prisão, das buscas que existiriam e as características da operação.

Havia uma situação que me exigia uma análise imediata. Havia sido deferido — e eu tomei ciência disso naquele início de manhã — um mandado de busca e apreensão que seria feito no escritório da Presidência da República em São Paulo.

Ali se poderia colocar uma questão jurídica, porque, em se tratando do escritório da Presidência da República, lá trabalham pessoas com foro privilegiado, tanto a Chefia do Executivo como o Ministro de Estado. E, se se configurasse qualquer situação desse tipo, a ordem não poderia ter sido expedida por juiz de primeira instância.

O Dr. Leandro Daiello me informou que o mandado era específico. O mandado era direcionado aos pertences da Dra. Rosemary, à mesa de trabalho



dela. Inclusive, o delegado responsável, Dr. Hiroshi, havia tomado uma cautela: havia pedido à juíza que no momento da operação — essa é uma outra confusão que eu vi em alguns órgãos de imprensa — o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República fosse cientificado para acompanhar a execução do mandado e verificar que era apenas e tão somente na mesa da investigada que essa coleta de material seria feita.

Diante dessa exposição que me fez o Dr. Leandro Daiello Coimbra, pareceu-me que juridicamente a ordem estava em estrita consonância com a lei e com a Constituição, razão pela qual eu pedi que o Dr. Leandro Daiello Coimbra, já retornando à base — expressão que ele costuma utilizar —, falasse com o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Elito, porque a fiscalização, a vigilância do escritório da Presidência da República em São Paulo, é feita pelo Gabinete de Segurança Institucional, e não pela Polícia Federal. Seria necessário informá-lo, para que as portas fossem abertas e ele pudesse acompanhar, através de preposto, a operação.

Neste momento, enquanto o Dr. Leandro se dirigia para a sede da Polícia Federal, eu entrei em contato, ainda nas primeiras horas da manhã, com o Chefe de Gabinete da Presidência da República, Dr. Giles Carriconde Azevedo. Informei-o da operação, com os detalhes que me haviam passado, rapidamente, e pedi que ele, imediatamente, assim que pudesse, avisasse à Presidência da República. Disse-lhe que eu ficaria acompanhando a execução da operação, para que tudo fosse realizado na estrita conformidade da lei e da ordem judicial expedida.

Imediatamente, após falar com o Dr. Giles Carriconde, ligou-me o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e me falou que havia sido comunicado pelo Sr. Leandro Daiello da ordem judicial. Eu afirmei a ele que, dentro da avaliação que havia feito, a ordem me parecia ter sido expedida de forma rigorosamente correta e que seria muito importante que a determinação da juíza fosse cumprida com a presença do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no local, acompanhando a busca.

Informou-me o General Elito que iria mandar um coronel que com ele trabalha em São Paulo e que haveria uma certa demora para o deslocamento. Eu disse que não haveria problema, porque, quando eu fui avisado da operação, a Polícia Federal



já estava pronta para a execução. Então, não haveria problema algum em relação a isso.

E assim foi feito. A operação transcorreu em absoluta normalidade durante o dia. Logo que chegou ao Palácio do Planalto, a Presidenta me convocou para que pudesse tecer as considerações e explicações sobre a operação, e assim foi feito. Ali informei à Presidenta, com detalhes, tudo aquilo que havia sido passado a mim, na madrugada, pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello.

Questão: houve alguma transgressão nessa questão, em relação à informação dada ao Ministro da Justiça pela Polícia Federal? Respondo com muita tranquilidade, apesar de toda a especulação que foi feita durante esses dias: não. Eu fui informado na hora em que deveria tê-lo sido, genericamente, da operação na quinta-feira, sem saber quem seriam os alvos, o que seria feito, e momentos antes de se iniciar a execução, como mandam as regras e como mandam os procedimentos da Polícia Federal.

Portanto, não tenho absolutamente nada do que me queixar; pelo contrário, tenho apenas a aplaudir, porque as regras, mais uma vez, foram cumpridas, e a Polícia Federal cumpriu fielmente o mandato judicial que lhe havia sido outorgado.

Feitos os esclarecimentos, falo rapidamente da Operação Porto Seguro.

O início dos fatos se dá no dia 11 de fevereiro de 2011. Um auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União apresentou junto ao Departamento de Polícia Federal de Brasília uma notícia-crime em que noticiava a existência de corrupção, ou de que havia uma tentativa de corrupção para um certo expediente que tramitava no Tribunal de Contas da União.

Foi no dia 11 de fevereiro de 2011, portanto, que o Sr. Cyonil da Cunha Borges de Faria Júnior protocolou no Departamento de Polícia Federal de Brasília a notícia-crime, apresentando dois volumes de documentos que acompanhavam essa notícia-crime.

Logo depois, no dia 15 de fevereiro de 2011, essa mesma notícia-crime foi protocolada junto à Procuradoria-Geral da República em São Paulo — praticamente a mesma coisa, com alguns detalhes complementares. Então, houve, no dia 15 de fevereiro de 2011, o protocolo na Procuradoria-Geral da República.



Bem, por força dos fatos que foram relatados nessa notícia-crime, o Departamento de Polícia Federal a encaminhou para a Superintendência de São Paulo, comandada pelo Dr. Roberto Troncon. Lá, após a análise do material que havia sido coletado e a oitiva do Sr. Cyonil, foi aberto o Inquérito Policial nº 0138, de 2011-5, tendo por responsável o Dr. Ricardo Hiroshi Ishida, Delegado da Polícia Federal lotado na Superintendência da Polícia Federal de São Paulo. Aquele expediente que havia sido protocolado no Ministério Público Federal foi encaminhado para a Polícia Federal e passou a tramitar como apenso ao inquérito policial em questão.

Bem, no que consistia a notícia-crime originalmente apresentada? O Sr. Cyonil relata que, sendo servidor do Tribunal de Contas da União, ele havia, anos antes, firmado um parecer relativamente a um procedimento que lá se coloca que envolvia a empresa Terminal para Contêineres da Margem Direita S/A (TECONDI), onde irregularidades praticadas por servidores da CODESP teriam favorecido a empresa TECONDI. De que forma? No contrato firmado de arrendamento de área portuária da cidade de Santos teriam sido incluídas áreas que não haviam sido licitadas. Portanto, haveria uma alteração indevida desse contrato. E ele, no passado, havia dado um parecer para que esse contrato e seus aditamentos fossem anulados.

Passado o tempo, esse procedimento voltou ao exame do auditor. E foi nesse momento, segundo a denúncia original, que ele teria sido procurado pelo Sr. Paulo Rodrigues Vieira, a época Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários — ANTAQ e membro do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Estado de São Paulo. E esse servidor, Paulo Vieira, teria oferecido a ele 300 mil reais para que ele pudesse dar um parecer que não propusesse a anulação desse contrato com a TECONDI.

Nessa notícia-crime, ele afirmou que já havia recebido 100 mil reais, em duas parcelas de 50 mil reais, pagos em espécie, e que agora ele comparecia para devolver o dinheiro, manifestando sua versão sobre os fatos, e apresentar a documentação da denúncia que efetivamente havia sido apresentada. Nessa notícia-crime foram apresentadas trocas de *e-mails* entre o Sr. Cyonil, o Sr. Paulo Vieira, o Sr. Rubens Carlos Vieira e Carlos César Floriano, Presidente da TECONDI.



Instaurado o inquérito, ao longo de toda a tramitação ele foi acompanhado pela Procuradoria da República, pela Dra. Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein, e pela Juíza Federal, Dra. Adriana Freisleben de Zanetti.

Instaurado o inquérito no momento adequado, S.Exa., Juíza de Direito, decretou sigilo do processamento da investigação, tendo sido bastante minuciosa no despacho, ao dizer que só poderiam tomar contato com aquela investigação as autoridades diretamente envolvidas, inclusive com eventuais quebras de sigilo sendo atuadas em apartado e, após encerrado o momento das investigações sigilosas é que as partes, ou os envolvidos, ou os investigados, poderiam ter acesso à documentação.

Bem, como se desdobrou a Operação Porto Seguro? Ela se desdobrou em quatro fases, que eu gostaria de precisar.

A primeira fase vai de fevereiro de 2011 a março de 2012. Nessa primeira fase, que começa com a apresentação na notícia-crime, com a instauração do inquérito policial, ouviu-se o autor da denúncia, analisou-se o material entregue e começou-se a investigar, primeiro, se havia crime e, segundo, a autoria. Analisou-se a autenticidade da documentação apresentada; analisou-se, em síntese, tudo aquilo que seria necessário para uma comprovação preliminar da denúncia.

Houve, nessa fase, quebra de sigilo bancário; análise do material entregue; depoimentos; quebra de sigilo de comunicações, particularmente de *e-mails*, havendo a interceptação de *e-mails* entre pessoas envolvidas na denúncia. Nessa fase, é muito importante observar, não houve monitoramento eletrônico de telefones. Foi essa análise, com essas medidas que foram colocadas. E a abrangência, nesse momento, estava circunscrita ao Sr. Cyonil Borges, ao Sr. Paulo Rodrigues Vieira, que naquele momento já era Diretor da Agência Nacional de Águas, da ANA, ao Sr. Rubens Carlos Vieira, que naquele momento já era Diretor da ANAC, ao Sr. Marcelo Rodrigues Vieira, irmão dos outros dois, e ao Sr. Carlos César Floriano, da TECONDI.

Concluída essa primeira fase, iniciou-se a segunda fase, de março de 2012 a junho de 2012, três meses.

Toda a análise desse material revelou que existiam fatos novos que haviam aparecido. Ou seja, ficou absolutamente claro que seria necessário, naquele



momento, o aprofundamento da investigação, inclusive com a interceptação telefônica, para que se pudesse dar continuidade à situação. E assim foi feito: houve um pedido de interceptação telefônica e se começou a fazer essa interpretação.

O que motivou esse pedido de interceptação telefônica? A interceptação telefônica é uma medida excepcional na nossa ordem jurídica, porque exige a quebra de um direito constitucionalmente assegurado. Por isso ela só pode ser feita quando você não tem outros meios possíveis de investigação, em situações muito fundadas e que, obviamente, estejam em curso para serem investigadas. Para situações que já foram e não podem ser investigadas por via de interceptação, não há justificativa jurídica para se pedir.

E assim, então, foram pedidas as interceptações que naquele momento se colocavam como necessárias, até porque se percebia que algumas coisas ainda estavam em curso e era necessário monitorá-las para uma boa investigação.

Encerrada a segunda fase, houve a terceira fase, de julho de 2012 a outubro de 2012 — foram três meses.

Todo o material coletado na segunda fase tinha que ser analisado. Todo o material. E era muito material. Ficou evidenciado que a denúncia original tinha não só aspectos de investigação muito robustos, mas também outros fatos tinham sido apurados ao longo da investigação. Isso fez com que a autoridade policial comandasse a elaboração de dez relatórios analíticos sobre os fatos apurados.

Primeiro relatório: sobre o *modus operandi* de Paulo Rodrigues Vieira e das pessoas que estavam a ele vinculadas.

Segundo relatório: relativo às ordens de pagamento que Paulo Vieira fazia a outros suspeitos.

Terceiro relatório: denominado *Livros, Publicações, Exemplares e Afins*, relata como Paulo Vieira, com receio de estar sendo interceptado, utilizava códigos para falar de dinheiro, falando de livros, de publicações, quando, na verdade, era dinheiro que era remetido.

Quarto relatório: acerca da Ilha de Bagres. A Ilha de Bagres é uma ilha que fica no litoral paulista, na cidade de Santos. Ficava claro nesse relatório que existiam atos em curso para favorecer Gilberto Miranda Batista e a empresa Bougainville



Participações em atuações junto à Secretaria de Patrimônio da União e à própria Advocacia-Geral da União.

Quinto relatório: sobre a Ilha das Cabras, uma ilha que fica em Ilhabela, em São Paulo, também de posse do Sr. Gilberto Miranda. E havia indicações de que, para a regularização da situação que estava posta, havia ações junto à Advocacia-Geral da União, à ANTAQ e à SPU.

Sexto relatório: sobre as origens do dinheiro que estava sendo efetivamente remetido aos suspeitos.

Sétimo relatório: análise dos bens adquiridos por Paulo Vieira no decorrer da investigação.

Oitavo relatório: as ações de Paulo Vieira e outros junto ao Ministério da Educação para atuar em benefício próprio e de terceiros.

Nono relatório: análise das relações de Paulo Vieira com Rosemary Nóvoa Noronha, que até aquele momento ainda era a Chefe de Gabinete da Presidência da República no escritório de São Paulo.

E o décimo relatório: análise da atuação de Paulo e Rubens junto a escritórios de advocacia no Distrito Federal e em Santos.

Esses dez relatórios empreendiam todo um conjunto de análises e permitiram o início da quarta fase da operação, que foi de outubro de 2012 a novembro de 2012.

Nessa fase, aprofunda-se a compreensão do *modus operandi* da quadrilha — a autoridade policial já estava convencida de que havia ali a formação de quadrilha — e faz-se o décimo primeiro relatório, sobre o uso específico de *e-mails* para correspondências entre Paulo Rodrigues Vieira e Carlos César Floriano.

Estava claro, então, que a quadrilha atuava e buscava atender a objetivos estranhos ao interesse público nos seguintes órgãos: ANTAQ, AGU, ANAC, ANA, Correios, MEC, Secretaria de Patrimônio da União e Gabinete da Presidência da República em São Paulo.

Com base nessa última fase da operação, foram solicitadas três prisões preventivas — do Sr. Paulo, do Sr. Rubens e do Sr. Marcelo Vieira —; três prisões temporárias — da Sra. Patrícia Maciel, do Sr. Marcos Negrão Martorelli —; 19 conduções coercitivas para depoimento de suspeitos; 46 mandados de busca e



apreensão e de bloqueio de contas bancárias; e também foi pedido acesso às contas de empenho pessoal e profissional em relação aos investigados Carlos César Floriano, Ênio Soares Dias, Esmeraldo Malheiros Santos, Evangelina de Almeida Pinho, Gilberto Miranda Batista, Marco Antônio Negrão Martorelli, Rosemary Nóvoa Noronha.

Aí, então, processaram-se os indiciamentos. Caso V.Exas. queiram, posso relatá-los — são muitas pessoas indiciadas — e inclusive tipificar os crimes que assim foram feitos.

Independentemente da nossa convicção pessoal e dos indícios veementes da existência de crimes em vários casos, é impossível que nós venhamos a tratar os indiciados como réus, porque réus não são — só serão a partir do momento em que o Ministério Público apresentar, através de denúncia, a ação penal —, nem como condenados, mas foi esse conjunto de situações que fez com que houvesse indiciamentos.

Neste momento, a investigação prossegue, obviamente, em sigilo, com a análise do material apreendido nesse período, e outras providências que estão sendo tomadas estão sob a responsabilidade específica do delegado que preside o inquérito.

Em linhas gerais, estas são as informações que eu teria a dar sobre a operação.

Em relação à Operação Durkheim — vou tentar ser mais sintético —, foi uma operação também realizada em São Paulo, a partir do suicídio de um papiloscopista da Polícia Federal, quando se detectou, particularmente, um escritório de arapongagem, se me permitem dizer assim, que fazia grampos ilegais de várias pessoas, inclusive de Parlamentares, de autoridades públicas do Poder Executivo, de advogados, uma série de situações que estão sob investigação.

Esse inquérito também está sob sigilo. A Polícia Federal investiga, em alguns casos já detectados, aqueles que pediram ou contrataram arapongagem, em outros casos, ainda não foram identificadas essas pessoas, mas a investigação neste momento ainda está em curso.

Sobre as operações, Sr. Presidente, era o que eu queria falar.



Falo agora de segurança pública também ou abrimos espaço? O que acha V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu, Sr. Ministro, acredito que é bom V.Exa. esgotar a fala neste momento, já que, se derivarmos por apenas um vértice do nosso debate, que são as operações da Polícia Federal, ficará prejudicado o outro, porque, pela quantidade de Parlamentares e pela quantidade de inscritos, se nós retornarmos depois exclusivamente sobre a crise da segurança pública, ficará um pouco prejudicado o debate.

Então, conforme combinado no início, V.Exa. tem a tolerância da Mesa e poderá falar um pouco sobre essa situação de segurança pública, as ações tomadas pelo Governo Federal, principalmente em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, sobre os protocolos que estão sendo implementados, os resultados sentidos e as medidas a serem tomadas daqui por diante.

Após o término da fala de V.Exa., falarão os autores do requerimento e os Deputados inscritos para o debate.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Agradeço imensamente, Presidente. Vou tentar ser o mais sintético possível.

Eu acredito que seria equivocados nós imaginarmos que a violência tem uma única causa. A violência tem várias causas, e é a partir dessa referência de que a violência tem várias causas que nós devemos ter ações de enfrentamento dessa realidade. A exclusão social é uma causa de violência; o preconceito é uma causa de violência; a impunidade é uma causa de violência; a cultura da própria violência é uma das causas que a geram. Há uma série de fatores e, evidentemente, quando se fala de política de enfrentamento da violência, nós devemos ter uma visão ampla da complexidade em que se deve atuar.

O Ministério da Justiça parte de um diagnóstico muito importante. O Brasil é um país, lamentavelmente, violento. E mede-se a violência pelo índice de homicídios que há num país. Nenhum Estado brasileiro está dentro dos padrões recomendáveis internacionalmente para situações de violência — costuma-se afirmar que o correto, em bons padrões internacionais, é que, para cada 100 mil habitantes, haja menos de 10 homicídios. Todos os Estados brasileiros estão acima disso; alguns Estados, em situação muito pior.



Considerando as diversas causas da violência, o Governo Federal tem desenvolvido programas que são muito importantes para tentar atacar esse problema, seja do ponto de vista estrutural, seja do ponto de vista da realidade que nós temos.

O primeiro ataque estrutural que nós fizemos foi a uma deficiência que o Ministério da Justiça tem e que felizmente o Congresso Nacional ajudou a resolver. Nós nunca tivemos números seguros sobre segurança pública. Nunca. O próprio mapa da violência que o Ministério da Justiça sempre elaborou era baseado em dados do sistema SUS, o sistema de saúde, tão impreciso. Ocorre que os dados do sistema SUS não são apropriados para a segurança pública.

Eu lhes dou apenas um simples exemplo entre vários que posso dar. Imaginem que alguém sofre uma tentativa de assassinato numa pequena cidade próxima de Belo Horizonte e é levado a Belo Horizonte para tratamento, onde vem a falecer. Pelos dados do SUS, o local é Belo Horizonte, e não a cidade onde ocorreu o crime. Isso traz todo um conjunto de distorções.

E por que os dados de segurança pública nunca foram satisfatórios? Primeiro, porque nós temos muitas subnotificações e sub-registros de ilegalidade. Segundo, porque não existe um padrão metodológico uniforme para a coleta dos dados de segurança pública. Por exemplo, em certos Estados, alguém aparece morto, caído, sem arma na mão ou próxima dela, cataloga-se homicídio, porque não haveria hipótese de ser suicídio. Em outros Estados, isso é catalogado como encontro de cadáver. Em outras situações, se se caracteriza a morte por agentes policiais, será caracterizada como resistência seguida de morte. Portanto, esses dados são completamente distorcidos. E há alguns casos inclusive de sonegação de dados.

A Presidenta Dilma Rousseff encaminhou um projeto de lei de que eu, talvez, como Ministro, não vá usufruir, porque a sua eficácia é de longo prazo, mas é, a meu ver, a medida mais importante que deveria ter sido tomada em segurança pública no País: a criação do Sistema Nacional de Informação e Estatística em Segurança Pública, que foi convertido em lei pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e sancionada pela Presidente, o chamado SINESP.

O SINESP obriga os Estados federativos a encaminharem para o Ministério da Justiça os dados exatos de criminalidade, dentro de padrões metodológicos



adequados, a partir de uma estruturação e de gestões que o próprio Ministério da Justiça fará nos Estados, fornecendo informatização, fornecendo treinamento para que isso ocorra. O Estado que não passar as informações adequadas para o SINESP não receberá verbas de segurança pública do Governo Federal.

Acredito que esse sistema, que já começa a funcionar agora, no final de 2012, permitirá ao Governo Federal e aos Governos Estaduais ter o mapa seguro da violência para que possam desenvolver ações focadas, ações que não vislumbrem o Governador ou o partido político dele ou do Prefeito, para drenar verbas e ações, mas uma atuação objetiva na perspectiva de ter boas políticas de segurança pública.

Além dessas medidas estruturantes, o Governo Federal tem iniciado projetos que visam atacar esse problema. O primeiro lançado foi o programa de fronteiras. Nós sabemos que pelas nossas fronteiras penetram armas, penetram drogas, e há muitos crimes transfronteiriços. Nós temos um grande desafio na fronteira. São 16 mil quilômetros de fronteira terrestre, 8 mil quilômetros de fronteira marítima. Há fronteiras terrestres entrecortadas por florestas, por terras indígenas, por rios, por cidades e absolutamente díspares. Enquanto nós temos, por exemplo, uma tríplice fronteira lá na região de Foz do Iguaçu e temos uma Ponte da Amizade com o Paraguai, por onde passam, se não me falha a memória, 17 mil veículos por dia, aproximadamente, nós temos terras indígenas na Amazônia impressionantemente não adensadas por populações urbanas. Então, nós temos um problema sério de fronteiras, e por isso fizemos um Plano Estratégico de Fronteiras que prevê algo inovador: a agregação das forças federais tanto no Ministério da Justiça como no Ministério da Defesa.

O Plano Estratégico de Fronteiras, que foi lançado em junho de 2011, prevê um comando conjunto da fiscalização das fronteiras entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa. Há um centro de comando unificado no Ministério da Defesa e duas operações realizadas e decididas em conjunto. A Operação Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça, que agrega a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional, que concentra, dentro da análise do serviço de inteligência, em mais de 30 pontos vulneráveis do território nacional, um contingente de fiscalização; e somos apoiados, na Operação Sentinela, pelo Ministério da Defesa, que tem condições de nos dar a logística necessária para



nossa atuação. De outro lado, temos a Operação Ágata, comandada pelo Ministério da Defesa, que significa, em datas não reveladas, uma forte concentração militar em pontos da fronteira discutidos previamente, de uma forma dissuasória e de contenção efetiva aos crimes transfronteiriços.

Tem tido grande êxito a Operação Ágata, em conjunto com a Operação Sentinela. Os dados revelam isso. As fiscalizações aumentaram muito, as apreensões aumentaram muito, os serviços de inteligência passaram a ser mais bem municiados para as ações. Hoje a Polícia Federal inclusive tem adidos na maior parte dos países da América do Sul e também na Europa e em outros países, para que nós possamos detectar e ter ações integradas com outras polícias.

Teria que falar uma tarde inteira só sobre esse plano; apenas sintetizo-o. Ele tem sido bastante exitoso e continuará sendo. Até 2014, nós duplicaremos, nas fronteiras, o pessoal tanto da Polícia Federal como da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional. Haverá a duplicação até 2014.

Em operação, novos instrumentos tecnológicos, como o VANT. Aliás, dou uma boa notícia aos senhores: os dois aparelhos, e não um só, estarão, já nos próximos dias, em voo, sobrevoando as fronteiras, sem nenhum problema burocrático que impeça a atuação. Sistema de radares nas estradas está sendo adquirido e *scanners* veiculares que efetivamente serão colocados em pontos-chaves da fronteira formam um conjunto de inovações que integra esse plano que, espero, em 2014... Claro, será impossível que tenhamos uma fronteira invulnerável, porque nenhum país do mundo a tem. Mas teremos as fronteiras muito mais bem fiscalizadas do que há tempos.

Um outro plano que temos é o de modernização de nosso sistema prisional. É o plano mais ousado da nossa história. Nós temos um déficit terrível no sistema penitenciário: são aproximadamente 60 mil presos em delegacias de polícia. Temos um déficit terrível e condições carcerárias inaceitáveis.

Recentemente, inclusive, participei de uma aguda polêmica sobre esse tema e posso afirmar que, lamentavelmente, a maior parte dos presídios brasileiros tem condições inaceitáveis — e digo isso há muito tempo, não é de hoje que digo.

E é exatamente por isso que, ao final do ano passado, lançamos esse plano que implicará 1 bilhão e 100 milhões de reais destinados pelo Governo Federal para



a construção de unidades prisionais. O foco será o preso provisório, porque é ali que temos um dos maiores gargalos.

Somando as unidades que foram contratadas no Governo do Presidente Lula com aquelas que serão contratadas ao longo do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, custearemos com recursos do Governo Federal 60 mil vagas. É um recorde histórico — e isso independentemente daquilo que já vem sendo objeto de construção nos Estados.

Até o momento já entregamos 7 mil unidades e entregaremos no ano que vem mais 13 mil unidades — as quais, seguramente, já em construção —, além de todas as que serão entregues até o final do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Esse plano de modernização do sistema penitenciário não implica apenas a construção de unidades, mas também melhoria das condições dos presídios.

Um convênio que o Ministério da Justiça tem com o Ministério da Saúde tem promovido vacinações, entrega de medicamentos e equipamentos. Essa é uma realidade que será intensificada agora, no próximo período.

Há também um convênio com o MEC, que é de fundamental importância. Nós vamos atacar o analfabetismo e levar cada vez mais o ensino aos presídios.

Lembremos que o Congresso Nacional aprovou a lei que faz a remissão da pena pelo ensino. E, portanto, levar o ensino ao presídio é uma tarefa de fundamental importância, seja para a reinserção e reeducação do preso, seja efetivamente para possibilitar até que tenhamos um maior número de vagas disponíveis, porque presos que estudam têm mais condições de serem reinseridos na sociedade.

Um outro programa que temos é o "Crack, é possível vencer", que busca o enfrentamento do crack e outras drogas ilícitas, desenvolvido em conjunto pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

É um programa que consumirá, até 2014, 4 bilhões de reais, que serão gastos em ações de segurança pública e em ações de saúde, seja na área do tratamento, do cuidado ao usuário, seja na parte de sua reinserção social.



Esse plano tem eixos muito claros: é a ideia da ação policial dura em relação ao tráfico; em relação ao usuário, a busca pelo tratamento à saúde e pela reinserção social.

Um outro programa que temos em curso e que muito me alegra é o programa "Brasil Mais Seguro", que nós iniciamos por desenvolver no Estado de Alagoas como um projeto piloto. E por que um projeto piloto? Nós reunimos as melhores práticas e resolvemos aplicá-la no Estado mais violento do País, que era o Estado de Alagoas.

O Governador Teotônio Vilela aceitou prontamente que fizéssemos esse programa. Não é um programa em que somos apenas repassadores de recursos. O Governo Federal se recusa a ser um mero repassador de recursos em área de segurança pública. E nós partilhamos recursos estaduais e federais em um programa de gestão.

E, para nossa gratificante surpresa, em 4 meses de programa, a violência se reduziu em 50% no Estado em alguns pontos. Ou seja, o êxito do programa é impressionante. Nós temos um pacto com o Judiciário, com o Ministério Público, enfim, uma conjugação de esforços, e o êxito em Alagoas recomenda que esse programa seja aplicado em outros pontos do País.

Já iniciamos agora, neste período, um entendimento para que o próximo Estado a ser contemplado seja o da Paraíba. O Governo Ricardo Coutinho já aceitou e já fizemos a primeira reunião de análise com especialistas para que possamos aplicar lá esse programa.

E pretendemos estendê-lo rapidamente para outros Estados do Brasil, sempre com essa ideia: o Governo Federal não é mero repassador de recursos; é parceiro na gestão e na instrumentalização de ações de segurança.

Basicamente, eu poderia me alongar aqui falando sobre o PRONASCI e outros programas, mas eu acho que poderíamos focar um pouco mais em São Paulo, como pediu o Presidente.

A cidade de São Paulo havia apresentado um decréscimo muito grande no número de homicídios, mas passou por uma onda de violência muito grande.

O Governo Federal, ciente das suas responsabilidades, por diversas vezes ofereceu ao Governo do Estado de São Paulo ajuda e parceria, a exemplo do que



temos em outros Estados. Isso mais recentemente foi aceito, após um entendimento entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Governo de São Paulo Geraldo Alckmin. Foi quando, então, em conjunto, discutimos uma série de iniciativas.

É claro que o Governo Federal não tem como aportar efetivo policial para São Paulo. Apenas para que se tenha uma ideia, o efetivo da Polícia Federal é em torno de 10 mil homens, aproximadamente, e da Polícia Rodoviária Federal, 10 mil homens. Só a Polícia Militar de São Paulo tem 130 mil homens; e a Polícia Civil tem cerca de 30 mil homens. Portanto, a questão não é a de aporte de efetivo, mas de soma de esforços na área de enfrentamento do crime organizado, onde a Polícia Federal tem uma expertise e um trabalho importante. E, conjugado com as autoridades policiais de São Paulo, fica muito melhor para se fazer esse enfrentamento.

Foi por isso, então, que combinei, após uma reunião técnica com o Governo Geral Alckmin e o então Secretário de Segurança Pública, um conjunto de iniciativas que criava uma agência de inteligência, onde haveria troca de informações sobre organizações criminosas que atuam no Estado de São Paulo.

O Dr. Roberto Troncon é o ponto focal dessa ação pelo Governo Federal. Os relatórios que ele me passa são muito positivos. Eu não poderei falar sobre eles, porque sobre relatórios de inteligência não se comenta. Mas são ações que a curto e médio prazos mostrarão grande eficácia no enfrentamento de organizações criminosas que atuam no Estado de São Paulo.

A segunda medida foi o desenvolvimento de ações de contenção em São Paulo. Ou seja, pelo modal terrestre, aéreo e marítimo haveria um aperto da fiscalização. Isso vem acontecendo e já com resultados bastante positivos.

Terceiro. A questão de que os presídios federais de segurança máxima recebam presos deslocados pelo Estado de São Paulo, de maneira a cortar lideranças que dentro dos presídios comandem atos de violência. Isso está sendo feito. Quem avalia o momento, a oportunidade e os nomes é o Governo do Estado de São Paulo; nós apenas abrigamos esses presos. Já houve as primeiras transferências de presos nessa linha.

Quarto. Vamos ter também a criação — e isso acontecerá em todas as cidades que receberão a Copa do Mundo, nas 12 cidades-sede — de um centro de



comando e controle que será custeado pelo Governo Federal, que agregará todas as polícias, como se faz dentro das perspectivas de segurança das maiores cidades do mundo e como foi padrão em operações em grandes eventos. Esse será um grande legado que os grandes eventos deixarão para a segurança pública do País.

Em síntese, foi tirado todo um conjunto de iniciativas que, eu posso afirmar aos senhores, iniciaram e estão indo bem. Há uma integração real entre os nossos órgãos — Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional — com o Governo do Estado de São Paulo neste momento para que possamos enfrentar aquela situação que, obviamente, é gerada por ações decorrentes do crime organizado.

Eram essas as linhas gerais — e já falei demais, Sr. Presidente, e sei como é desagradável, até porque por 8 anos estive do outro lado da bancada, um Ministro que não para de falar quando todos têm perguntas relevantes a serem feitas —, então, peço vênias a V.Exa. para interromper aqui e deixar para a parte das respostas os esclarecimentos que possam ser efetivamente feitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Sr. Ministro José Eduardo Cardozo. O tempo foi dentro do previsto, já que se trata de audiência pública complexa. Lamentavelmente não podemos contar com a presença de V.Exa. nesta Comissão a toda semana, tal qual se estivéssemos em uma reunião ordinária.

Então, de forma consolidada, V.Exa. pôde trazer esses diferentes vértices das operações da Polícia Federal e a crise na segurança pública, para que cada Parlamentar possa abordá-lo naquilo que entender mais relevante e conforme as dúvidas que pressuporem.

Permitam-me, agora, apenas estabelecer os procedimentos.

Falarão agora os autores dos requerimentos, que são três: Deputado Mendonça Filho, Deputado Efraim Filho e Deputado Edson Santos, que preside, em conjunto conosco, esta audiência conjunta pela Comissão de Fiscalização e Controle.

Após os autores, estão inscritos para falar, em sequência, os Deputados Bruno Araújo, Paulo Quartiero, Gonzaga Patriota, Onyx Lorenzoni, Amauri Teixeira, Taumaturgo Lima, Valmir Assunção, Moreira Mendes, Carlos Sampaio, Paulo Teixeira, Hugo Leal, Keiko Ota e Enio Bacci.



Essa é a lista, já acrescentando, ao final, o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu me inscrevo como Líder, Sr. Presidente. Eu imaginei que estava inscrito quando ela me trouxe a lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A palavra aos Líderes será concedida após a fala dos autores dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, não vendo aqui a presença do Líder, eu me inscrevo como tal, em sendo eu Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os Vice-Líderes não têm essa prerrogativa, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Com a ausência do Líder, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só se V.Exa. estivesse como Líder na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Regimentalmente, eu quero me inscrever como Líder. E vou fazê-lo oficialmente. Farei oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Secretaria da Mesa responderá os questionamentos de V.Exa., mas eu entendo que, no momento, não é possível.

Os autores dos requerimentos disporão de 10 minutos para fazer uso da palavra, como é de Regimento.

Os Líderes e os demais participantes terão o tempo de 5 minutos para fazerem suas assertivas.

Devido à quantidade de Parlamentares, e por respeito àqueles que estão inscritos, a Mesa será absolutamente criteriosa na observância do tempo. A previsão é de uma tarde longo. E não foi à toa que o Ministro trouxe o reforço do nosso Diretor-Geral da Polícia Federal e do Superintendente da Polícia Federal em São Paulo, que também estão à disposição dos senhores.

Portanto, daremos início a essa fase dos debates, voltando a dizer que aqueles que quiserem fazer uso da palavra que observem o tempo regimental, porque depois, caso ultrapassem o prazo previsto, não será possível a réplica.



Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho, como primeiro inscrito e como autor do requerimento, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Primeiro, quero saudar e cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente Efraim Filho e do também Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, Deputado Edson Santos. Saúdo a presença e cumprimento o Ministro José Eduardo Cardozo; assim como saúdo a presença e cumprimento o Diretor-Geral da Polícia Federal Leandro Coimbra e o Superintendente da Polícia Federal Roberto Troncon Filho.

Quero saudar, finalmente, os colegas Parlamentares das diversas Comissões e da Casa que se encontram nesta audiência pública, que, por certo, merece grande atenção da sociedade, até porque, lamentavelmente, mais uma vez, esta Casa do Congresso Nacional para discutir o mau uso do dinheiro público, para discutir uma operação policial que pega, de forma muito clara, pessoas que ocupavam cargos relevantes na administração pública federal, o que mostra que a administração atual infelizmente não tem sido rigorosa no critério de seleção dos seus representantes para cargos relevantes dentro da gestão pública, haja vista o fato de que temos aí envolvimento de Conselheiros da ANA, Agência Nacional de Águas; da ANAC, o segundo cargo em importância da Advocacia-Geral da União, o Sr. Weber; e nada mais, nada menos do que a Chefe de Gabinete da Presidência da República no Estado de São Paulo, o que é realmente um fato grave e que exige do Congresso Nacional uma atuação firme no sentido de que se busque a plena apuração do episódio, a responsabilização dos culpados. E isso não só na esfera criminal, que está sendo conduzida pela Polícia Federal, mas o Congresso Nacional, a partir da Câmara dos Deputados, tem obrigação de acompanhar todo esse episódio.

A presença do Ministro José Eduardo Cardozo aqui, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e na de Segurança Pública, é bem-vinda, e importante, muito importante!

Agora, eu creio, sinceramente, Ministro, que se faz necessário que nós não tenhamos a sua presença como algo que encerre a participação do Parlamento brasileiro na discussão deste episódio lamentável, desse fato gravíssimo. É papel do Parlamento acompanhar todos os desdobramentos relativos à Operação Porto Seguro, que, como eu disse no início de minha fala, envolve figuras que ocupam



cargo de relevância na República, e que, evidentemente, o senhor, como ex-Parlamentar e como Ministro da Justiça, sabe que é fundamental que o Parlamento possa ter aqui, presente, nas diversas Comissões que acompanham o desdobramento da Operação Porto Seguro, a presença do Sr. Weber, como convidado, para que ele possa trazer a sua versão; dos irmãos Vieira — Paulo Vieira e Rubens Vieira — e da Rosemary, entre outros envolvidos na Operação Porto Seguro.

Eu, inclusive, quero deixar aqui registrado e consignado, nos Anais desta Casa do Congresso Nacional, que a postura do Ministro José Eduardo Cardozo difere da postura do Ministro Gilberto Carvalho no que toca à abordagem do tema. O senhor traz aqui, para o Parlamento, uma abordagem serena, elevada, coerente, correta, até porque a Polícia Federal existe há décadas, no Brasil, ela não é patrimônio do PT, nem do Governo do PT; ela se deu, do ponto de vista de consolidação, do ponto de vista de importância, ao longo dos vários Governos. E Governos os quais eu posso dizer que sustentei nesta Casa do Congresso Nacional, que tiveram sempre a preocupação de dotar a Polícia Federal de atitudes republicanas, como é o caso do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. E, lamentavelmente, eu leio nos jornais que circulam em nível nacional notícias atribuídas, declarações atribuídas ao Ministro Gilberto Carvalho, que vão justamente na direção inversa, colocando como se porventura o PT tivesse o patrimônio da ética — longe disso! E, infelizmente, o que há, de fato, é que o Governo Federal, na administração atual, ao longo dos 10 anos de gestão petista à frente da Presidência da República, tem se envolvido com fatos nebulosos, fatos graves, em âmbito nacional, manchados... Alguns deles que mancharam profundamente a história da República brasileira, como é o caso do famoso escândalo do Mensalão. Aliás, escândalo esse que teve na postura de V.Exa. um posicionamento crítico, talvez uma das raras posições no PT que fez mea-culpa, e talvez tenha pago um preço alto internamente, dentro do seu próprio partido, por conta dessa visão bem mais crítica do que a média do seu partido, fato que quero revelar como positivo.

Eu tenho algumas perguntas, Ministro, a fazer, e creio que são perguntas que estão, de certo modo, na preocupação geral da população brasileira. Nós, como membros da bancada da Oposição, temos a obrigação constitucional, democrática e



política de buscarmos os esclarecimentos dos fatos que envolvem diretamente a Operação Porto Seguro. E aí, eu passo a fazer algumas perguntas que eu gostaria que V.Exa. pudesse responder no tempo que a Presidência facultar.

Eu fiquei curioso para saber por que é que não foi quebrado, solicitada a quebra do sigilo telefônico, e até de *e-mail* — é o que consta —, da Sra. Rosemary. Ela é investigada e, como tal, e como os indícios, ao longo do processo de investigação mostraram claramente que ela fazia parte, de acordo com a própria investigação da Polícia Federal, dessa quadrilha, dessa suposta quadrilha, que está em apuração, por que é que não foi quebrado o sigilo da Rosemary. A Rosemary se mostra uma pessoa totalmente envolvida com os irmãos Paulo e Rubens Vieira, que foram presos na operação. Por que não foram quebrados os sigilos bancário, telefônico e de *e-mail* da Rosemary?

Eu fico curioso para saber se, porventura, as gravações são descartadas. E se são descartadas — eu não sei se são descartadas —, quais são os critérios utilizados pela Polícia Federal para descartar gravações? Quem decide pelo descarte, se, porventura, existem gravações que envolvam a citação do ex-Presidente Lula, por exemplo, ou não?

Foram veiculadas na imprensa, de forma muito farta, notícias de comunicações, de citações em gravações, e, prontamente, logo em seguida, V.Exa. veio a público negando a existência dessas citações.

Foi negada a existência de citações ao então ex-Presidente Lula nessas gravações, e eu gostaria de saber se, porventura, elas se referem às que estão incluídas no inquérito policial, presidido e tocado pela Polícia Federal, ou a outras que foram descartadas, se é que existem. Fica a pergunta.

Uma outra pergunta que gostaria de fazer diz respeito à Rosemary. Consta que a Rosemary — e isso foi amplamente divulgado pela imprensa — viajou e acompanhou o então Presidente Lula em viagens presidenciais, várias vezes, para vários países.

E uma notícia sempre posta na imprensa é de que em algumas dessas viagens das quais a Rosemary teve a oportunidade de participar — como membro de um grupo que acompanhava o Presidente da República — ela não estava registrada oficialmente como participante da comitiva presidencial. E se alegava,



inclusive, que existe uma norma internacional de Aeronáutica que proíbe que alguém viaje sem que esse registro seja feito.

Então, gostaria de saber de V.Exa. se, porventura, a Rosemary constava da relação oficial da comitiva presidencial que acompanhou o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em todas essas viagens presidenciais.

E, por fim, tenho mais duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Mais duas perguntas, meu caro Ministro. Na verdade, eu realmente fico até me perguntando se pode ser verdade um fato tão esquisito como esse, mas já que foi veiculado em um *blog* de um Parlamentar, eu gostaria que pudéssemos, ou definitivamente descartar essa hipótese ou aprofundar as informações a esse respeito.

O Deputado Anthony Garotinho publicou em seu *blog* — ele é um ex-Governador de Estado, um Parlamentar que tem responsabilidade — que em uma das viagens da Rosemary ao exterior ela teria transportado uma mala diplomática contendo 25 milhões de euros.

Gostaria de saber se esse fato atribuído ao Deputado Garotinho tem algum fundo de verdade ou se, porventura, isso não passa de uma informação equivocada que foi publicada no *Blog do Garotinho*. São essas as perguntas que eu gostaria de fazer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Para organizar o andamento dos trabalhos, nós vamos fazer em blocos de três, e esse procedimento será seguido na sequência, já que temos três autores do requerimento.

Então, com a palavra a o Deputado Edson Santos, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Primeiro, eu quero aqui cumprimentar o Ministro José Eduardo Cardozo e dizer que é um prazer mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só um minuto. Eu vou pedir *vênia* ao Plenário... Diante da notável ausência de espaços abaixo, eu vou pedir *vênia* para que o Deputado Edson Santos possa fazer uso da palavra na condução da mesa diretora dos trabalhos, para que a burocracia não reine no protocolo desta Comissão.



O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Primeiro, eu quero cumprimentar o Ministro José Eduardo Cardozo e dizer-lhe que é sempre um prazer recebê-lo nesta Casa, mesmo diante de tarefas espinhosas como essa.

Quero também cumprimentar o Dr. Leandro Daiello, Diretor-Geral da Polícia Federal, e o Dr. Roberto Troncon, Superintendente da Polícia Federal no Estado de São Paulo, e dizer aos meus pares Parlamentares que fui autor, juntamente com o Deputado Mendonça Filho, do requerimento convidando S.Exa. o Ministro José Eduardo Cardozo para vir a esta Casa.

Isso já é uma demonstração do nosso interesse, que somos do partido do Governo — sou do Partido dos Trabalhadores — em trazer as informações a esta Casa, aos Parlamentares, à imprensa e à sociedade, dos fatos ocorridos recentemente no Estado de São Paulo.

Quero, em primeiro lugar, dizer o seguinte. A postura do Ministro José Eduardo Cardozo é uma demonstração de que este Governo enxerga de forma republicana a sua ação diante da sociedade. E não só isso. A Presidenta Dilma, em todos os momentos em que ocorre desvio de conduta por parte de servidores públicos, tem tido atitude exemplar no sentido de agir, de punir e de não impedir que a sociedade tome conhecimento dos fatos denunciados — isso diferentemente do que ocorria há 10 anos, quando a prática era engavetar denúncias, e a Polícia Federal não tinha a autonomia que tem hoje para agir em defesa do interesse público, doa a quem doer. Isso é algo inegável que ocorre nos dias de hoje, sobre o que a oposição não tem como refutar, ou seja, que os órgãos de controle e de fiscalização do Governo atuam com a autonomia que a função de controle exige.

Quero dizer que o fato da presença aqui, tanto do Dr. Troncon quanto do Dr. Daiello, demonstra o entrosamento da Polícia Federal em sua ação. Muito se ouviu que foi um ato de insubordinação de uma seção da Polícia Federal ou de retaliação da Polícia Federal em relação à sua direção. E a presença desses senhores aqui é uma revelação de que há entrosamento dentro da Polícia Federal e de que essa ação contou com a participação e o estímulo da Diretoria-Geral da Polícia Federal. A oposição utiliza muito desses mecanismos, legítimos no debate político, mas é fundamental trazer-se luz à realidade dos fatos.



Houve outra questão. Eu, Sr. Ministro, cheguei atrasado a esta audiência pública por não ter conseguido voo de ontem para hoje para chegar aqui a tempo. Não fosse uma carona com o Comandante da Marinha, eu não teria conseguido chegar aqui a tempo, porque as empresas de aviação, hoje, não têm atendido à demanda, como exige a população.

Um dado que eu queria colocar que considero importante é a questão da subordinação ao Ministro da Justiça. Muito foi colocado que o Ministro José Eduardo Cardozo não tinha conhecimento ou que não tomou conhecimento e foi surpreendido pela ação da Polícia Federal. V.Exa. colocou, em detalhes, que as informações lhe chegaram no tempo adequado, das medidas que V.Exa. tomou, no sentido de notificar outros órgãos de governo da realização dessa operação que, mais uma vez, deixa claro para todos nós que a Polícia Federal agiu em sintonia com aquilo que é estabelecido pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Quando fizemos esta convocação conjunta, foi exatamente no sentido de trazer a oportunidade do Legislativo federal de debater essa questão, e debater essa questão com quem, de fato, pode trazer informações a esta Casa. Estão aqui o Ministro da Justiça e a representação da Polícia Federal que empreendeu essa operação.

Achamos que o debate que vai suceder à intervenção do Ministro trará os devidos esclarecimentos quanto ao andamento das investigações e os devidos esclarecimentos das medidas adotadas pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Há muita fantasia nessa história, e a Oposição, evidentemente, busca explorar isso. Por exemplo, o Deputado Mendonça Filho fala de uma mala de viagem, um ato...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Mas V.Exa. reproduzir isso...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - ...eu acho que deveria merecer uma apuração maior, antes de dar-se crédito a uma denúncia totalmente despropositada no que se refere ao *blog*. É um *blog* que, no Rio de Janeiro, é pródigo em lançar calúnias e infâmias sobre as pessoas.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - V.Exa. sabe disso e reproduz calúnias e infâmias contra pessoas das quais o Deputado Anthony Garotinho é adversário. Esse é o caso.

Então, não querendo responder a V.Exa., até porque aqui estão a Polícia Federal para fazê-lo e o Ministro da Justiça, mas eu considero totalmente despropositado da parte de V.Exa. levantar algo dessa natureza neste debate.

É evidente que há toda uma necessidade de todos os Parlamentares, inclusive da Oposição, principalmente da Oposição, buscarem esclarecimentos, esgotarem esse debate. E o fato de eu, como Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Deputado, posso responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - V.Exa. não fez perguntas.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não, mas V.Exa. me citou várias vezes. Eu tenho a liberdade... Eu só queria dizer uma coisa.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - V.Exa. tem a liberdade de falar, eu tenho a liberdade de contraditá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Mendonça Filho, o Deputado Edson Santos conclui a fala dele, e a Mesa, se entender que houve citação a V.Exa., lhe dará 1 minuto após a fala dele, para que não haja debate paralelo.

(Não identificado) - Eu pedi um aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não é permitido aparte.

(Não identificado) - E citação tem que ser ofensa, não é, Mendonça?

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - O Deputado Mendonça Filho sabe que, a par dos debates que temos na Comissão de Fiscalização Financeira, alimentamos uma relação de respeito pessoal mútuo.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É verdade.



O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Mas isso não exclui a possibilidade de haver questionamentos à intervenção feita por V.Exa. Nesse caso, eu fiz esse reparo, pois considerei absurdo o questionamento feito nesse ponto.

Quero finalizar dizendo que entendo que o Ministro trouxe informações que esgotam este debate. É evidente que os Deputados vão buscar detalhar este ou aquele ponto elencado pelo Ministro ou colocado pela mídia. Mas, na condição de proponente desta audiência pública, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, eu me dou por satisfeito com as explicações aqui trazidas pelo Ministro José Eduardo Cardozo.

Quero dizer que mantenho a confiança de que o Governo da Presidenta Dilma vai continuar perseguindo este caminho de apurar malfeitos dentro da administração pública, de punir e de permitir que venham à luz esses fatos denunciados, fatos que, no passado, não eram assim. Hoje, ainda existem nuvens e muitas dúvidas sobre o processo de reeleição e a possível compra de Parlamentares para aprovar aquela emenda.

Queria que a Oposição também fizesse menção a esses fatos quando aqui cobra do Governo da Presidenta Dilma e, por extensão, também do Governo do Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Meu 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido.

A Mesa entende que o Deputado Mendonça Filho foi citado e tem 1 minuto para se reportar exclusivamente às declarações que foram tachadas de absurdas sobre o *blog*.

Após a fala dele, ele tem 1 minuto. Se a audiência colaborar, esse 1 minuto vai ser (*ininteligível*.)

(Não identificado) - Ele não citou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Cabe a mim decidir e está decidido, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Só quero dizer o seguinte. A nossa relação, minha e do Deputado Edson Santos, na Comissão de Fiscalização assim



como dentro do Parlamento, é sempre muito cordial e respeitosa, de parte a parte. Mas eu tenho toda a liberdade e exerço o meu mandato na plenitude. Não é V.Exa. e nenhum Parlamentar que vai dizer o que é que eu devo perguntar ou censurar aquilo que eu devo fazer no exercício do meu mandato.

Quando eu indaguei a respeito da notícia veiculada no *blog* do Deputado Garotinho, eu disse que considerava a notícia absurda, mas que exigia apuração, porque é grave e trata-se de um Deputado Federal, um ex-Governador de Estado.

O senhor está descredenciando... Permita-me.

(Não identificado) - Não vai levar a mala, vai levar um contêiner, um baú.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Deixe-me concluir

O senhor está descredenciando o Deputado Garotinho, mas o seu partido compôs com o Deputado Garotinho quando ele foi Governador do Estado e indicou a Vice-Governadora Benedita da Silva. E Garotinho, ao que se sabe, votou na Presidente Dilma para Presidente da República. Então, é seu aliado.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Há controvérsia.

(Não identificado) - O último que caiu na do Garotinho foi o César Maia e se deu mal. O Rodrigo Maia se deu mal, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concluída a palavra do Deputado, vamos dar sequência.

Como último autor do requerimento, peço vênias ao Plenário para poder falar da Mesa Diretora ante a ausência de espaço, para encerrarmos as falas dos autores do requerimento.

Para dar sequência, na condição de Presidente dos trabalhos, o tempo é de 10 minutos. Pretendo ser bastante conciso.

Ministro José Eduardo Cardozo, mais uma vez agradecendo a sua disponibilidade e aceitando o convite desta Comissão, pois não precisou ser convocado para que aqui pudesse vir esclarecer os fatos, acredito que a escolha foi muito feliz. Não podia ser outra Comissão deste Congresso Nacional protagonista desse espaço que não fosse a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, já por muitas vezes, Deputado Enio Bacci, apenas tachada como a Comissão de Segurança Pública, mas a parte final da sua nomenclatura, de combate ao crime organizado, também merece hoje, por parte deste País e deste



Parlamento, atenção muito especial. Não menos por isso, temos aqui a presença também do Diretor-Geral da Polícia Federal e do Superintendente da Polícia Federal de São Paulo.

Meu caro Ministro José Eduardo Cardozo, costumou-se tachar o crime organizado muitas vezes simplesmente como os ataques violentos que acontecem com o PCC em São Paulo. Às vezes, passa-se uma informação ou a sociedade absorve que o crime organizado é o PCC, são as FARC, entidades desse tipo. Mas o crime organizado também se demonstra e está tipificado nas práticas que foram apuradas pela Operação Porto Seguro. Mais grave ainda: o crime organizado instalado no seio da Presidência da República por uma quadrilha organizada que estava instalada e tinha sede no escritório da Presidência da República em São Paulo.

Então, quando o crime organizado age dessa forma, com ações coordenadas, comprando pareceres, traficando influência e outros delitos que já são conhecidos de todos, é preciso, sim, o Parlamento agir; é preciso, sim, as instituições estarem sólidas. E eu acredito que essa é a primeira percepção dos últimos momentos que esta República viveu, desde as operações da Polícia Federal, que tiveram foco no caso Cachoeira, que levou à cassação de um Senador da Oposição, como agora as operações da Polícia Federal, que têm foco numa ação do Governo, e, entre esses, nesse interregno, o julgamento do mensalão, que foi uma lição para a República deste País de solidez das suas instituições.

Portanto, Ministro, a primeira pergunta vai para V.Exa., que, além de Ministro, foi nosso companheiro na Comissão de Constituição e Justiça, é jurista renomado. As condutas tipificadas como crime organizado, previstas no seio da Presidência da República através do seu escritório em São Paulo, que medidas têm sido adotadas daqui por diante? O que o Governo e o Ministério da Justiça podem antecipar quanto a sindicâncias que estão sendo feitas, de quem será apurado, quais as medidas que estão sendo adotadas? E a palavra de V.Exa., como Ministro, se entende que realmente existia uma quadrilha organizada dentro do seio da Presidência da República.

Minha segunda pergunta, aproveitando a presença do Dr. Roberto Troncon nesta Mesa, que se mostra disponível para participar dos debates, é exatamente na



linha de que algumas lendas urbanas acabaram se transformando em boatos que estão permeando todos os diálogos de quem trata do tema, seja na imprensa, seja nos corredores, seja nas Comissões.

Se o senhor estranha, Dr. Roberto Troncon — V.Sa. esteve à frente das investigações — que uma praxe da Polícia Federal, que é exatamente grampear aqueles que estão envolvidos, que é grampear aqueles que têm se apresentado, e os relatórios de inteligência se demonstraram como peças-chaves daquela quadrilha, e, de forma muito surpreendente, a Dra. Rosemary teve o seu correio eletrônico capturado, mensagens eletrônicas do seu correio eletrônico vieram à tona, e a informação que se dispõe é que a Polícia Federal entendeu não acreditar necessário grampear o telefone da Sra. Rosemary, e os boatos que se estimulam pelos corredores são exatamente os de que as relações de confiança e de intimidade da Sra. Rosemary com a República levariam a descartar essas ligações, como observou o Deputado Mendonça Filho.

Então, eu gostaria de uma resposta técnica e uma justificativa de V.Exa.: qual o argumento para que esse grampo não fosse realizado, como ocorreu reiteradamente, não só nessa operação, como nas demais?

Sr. Ministro, sobre a parte das operações, sobre a parte do crime organizado, eram essas as duas perguntas que eu gostaria de dirigir a V.Exa. e ao Dr. Roberto Troncon.

No meu tempo ainda disponível, eu queria abordar agora a situação da crise da segurança pública. Não quero deixar este tema passar despercebido, até porque ele foi o motivador do primeiro convite feito a V.Exa. para vir aqui. Esta Comissão saiu das paredes desta sala e foi a São Paulo na segunda-feira passada. Visitamos bases de unidades de polícia comunitária, nos reunimos com os parentes dos policiais mortos pela ação focada do crime organizado e do PCC, estivemos na Agência de Inteligência Integrada, com o Dr. Roberto Troncon e com o Secretário de Segurança de São Paulo, e pudemos observar que há realmente um clima de insegurança pública instalado naquela cidade.

Com base nesse aspecto, queria também comunicar ao Sr. Ministro da Justiça que esta Comissão instalou uma Subcomissão para apurar um novo modelo de segurança pública brasileiro do País. Hoje, o diagnóstico que se tem por parte



desta Comissão é que estamos, Sr. Ministro, diante de um modelo exaurido, esgotado, falido, e os episódios de São Paulo têm representado o ápice dessa decadência. Não adianta mais fazer remendo em tecido podre. Não adianta mais ficar tensionando com ações pontuais e paliativas algo que não está dando certo.

O nosso sistema tem prendido como nunca: são 295 mil vagas nos presídios, 460 mil presos e, o mais grave, 400 mil mandados não cumpridos. Dos homicídios dolosos, apenas 8% chegam a ter o autor encarcerado.

Portanto, esses dados mostram que o nosso modelo realmente está esgotado, é preciso repensá-lo. A crise de São Paulo demonstra muito claramente que não há coordenação horizontal entre as Polícias Civil, Militar, Federal, Magistratura e o Ministério Público. Não há coordenação vertical entre a União, os Estados e os Municípios. É por isso que vamos precisar do auxílio e do apoio do Ministério da Justiça na concepção desse novo modelo.

V.Exa. faz duas, não vou chamar de promessas, vou chamar de compromissos, dois compromissos de que até 2014 teremos dobrado o efetivo nas fronteiras, que têm sido uma grande peneira do nosso País. O grande problema da nossa violência são as armas e as drogas. Nós não produzimos drogas nem produzimos armas — elas entram pelas nossas fronteiras. Aqui não pode passar despercebida a presença maciça, que tem sido de forma reiterada, daqueles que pleiteiam os excedentes pela convocação dos aprovados na Polícia Federal, que vêm pedir realmente a V.Exa. essa sensibilidade para que possa aumentar o efetivo.

Para concluir, Sr. Ministro, eu observei com muito cuidado, porque vinha estudando este tema do sistema penitenciário, e aparece outra dificuldade: polícias, Justiça criminal e sistema penitenciário, nenhuma das três instituições tem funcionado a contento no País. Vi a fala de V.Exa. quando tachou nossas prisões de medievais. Aquilo, para mim, de alguém que está no Governo há 10 anos neste País me passa um recado claro à Presidente da República Dilma Rousseff. Não adianta mais jogar para o passado. São 10 anos em que os investimentos são pífios. A execução orçamentária do País em segurança pública — talvez tenha sido esse o motivo da revolta de V.Exa. — aponta, por exemplo, que de 255 milhões para o sistema penitenciário, 2,5 milhões pagos até agora — é 1% dessas ações. Então, eu



acredito que V.Exa. tem o direito de fazer essas reclamações e contará com a solidariedade desta Comissão como plataforma provocadora.

Para 2013, o mais grave, Deputado Onyx Lorenzoni, o orçamento da segurança pública diminuiu, o orçamento da segurança pública caiu em 30%. De 9,8 bilhões, mais ou menos, em 2012, foi para 7,1 bilhões. Isso nos leva a crer que, a curto prazo, poucas saídas são previstas.

Concluindo a minha fala nos 10 minutos, só retorno às perguntas que foram feitas. Do Sr. Ministro da Justiça, gostaria de ouvir a sua avaliação se o conceito e a avaliação do Ministério da Justiça é que o crime organizado, através de uma quadrilha coordenada pelos irmãos Vieira e a Sra. Rosemary, com a participação até mesmo da AGU, estava instalado no seio da Presidência da República, no escritório de São Paulo. Gostaria de ouvir essa avaliação do Ministério da Justiça.

Do Dr. Roberto Troncon, gostaria de saber quais critérios técnicos foram adotados para que não fosse grampeado o telefone da Sra. Rosemary.

Essa é a palavra. Agradeço a tolerância.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Ministro usará agora da palavra para responder aos três requerimentos. Em seguida, voltamos com os Líderes e os Deputados inscritos, de forma intercalada.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Se V.Exa. me permitir, eu vou responder um pouco aleatoriamente às perguntas, tentando condensá-las, porque há perguntas que se ligam ou que são repetidas.

Inicialmente, Deputado Efraim Filho, é muito importante esclarecer isto, porque não minha fala inicial eu não havia feito menção a isto e faço agora. Indaga o Deputado Efraim sobre a existência de uma quadrilha no seio da Presidência da República, como é que nós vemos isso, como é que a situação se coloca diante da apuração feita.

A nossa leitura é uma leitura exclusivamente técnica. É óbvio que a leitura política permite discussão, polêmica, disputas, divergências, etc. Mas, do ponto de vista técnico, o indiciamento que foi feito pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro no crime quadrilha ou bando, que está previsto no art. 288 do Código Penal



brasileiro, é de 5 pessoas: o Sr. Paulo Rodrigues Vieira, o Sr. Rubens Carlos Vieira, o Sr. Marcelo Rodrigues Vieira, a Sra. Patrícia dos Santos Maciel de Oliveira e o Sr. Marco Antônio Negrão Martorelli. Esses são os cinco que foram indiciados por quadrilha ou bando. Nenhum deles ocupa cargo na Presidência da República.

O que a Polícia Federal avaliou? É que esse núcleo de crime organizado, agindo de forma permanente, articulada, planejada, valia-se de alguns agentes, em vários órgãos, que eram então subornadas — aí é que se configura o crime em alguns casos de corrupção ativa, em outros de corrupção passiva — para servirem a este núcleo, a esta quadrilha. Evidentemente, nós temos que diferenciar o núcleo, a quadrilha, que não está no escritório da Presidência da República, são esses cinco, segundo indiciamento técnico feito pela Polícia Federal, que se valiam de servidores. Então, nós tínhamos, por exemplo, essa quadrilha agindo no Serviço de Patrimônio da União, que pertence ao Ministério do Planejamento. Temos essa quadrilha agindo no Ministério da Educação e da Cultura; essa quadrilha agindo na AGU, através de um adjunto do Advogado-Geral da União. E essa quadrilha também agia junto à Chefe de Gabinete da Secretaria da Presidência da República.

Essas pessoas que são utilizadas nessas relações não integram a quadrilha. Então, eu não posso afirmar que a apuração chegou à conclusão de que há uma quadrilha no seio da Presidência da República. Esse não é o resultado da investigação. É claro que, no discurso político, é natural que na vida as versões sejam afirmadas. Mas o que eu tenho são servidores que ocupam um patamar secundário e um núcleo que foi enquadrado em quadrilha ou bando, que caracteriza exatamente essa atuação criminosa.

Perguntou-me V.Exa. que condutas o Governo tomou. A Presidenta Dilma Rousseff é uma pessoa absolutamente implacável com aquilo que ela denomina malfeitos. Muito cuidadosa, do ponto de vista de não cometer injustiças, mas implacável diante de situações que ela reputa consolidadas ou com indícios, não consolidadas definitivamente, mas com indícios.

Quando na sexta-feira eu reportei a ela o resultado da Operação, ela me pediu que fizesse uma análise dos indiciamentos que seriam feitos ao longo daquele dia. Ao final do dia, eu passei para a Presidenta uma avaliação pessoal, que me reservo o direito de omitir para que não faça prejulgamentos — o meu papel aqui



não é de prejudicar, é de informar — o julgamento será feito pelo Poder Judiciário no momento oportuno. Mas passei uma leitura à Presidenta Dilma Rousseff, que no dia seguinte determinou a exoneração de todos os ocupantes dos cargos de confiança que estavam indiciados pela Polícia Federal. Determinou a abertura de sindicância em todos os órgãos, para que fosse feita uma vistoria. Determinou, em conjunto com o Advogado-Geral da União, o Ministro Adams, que fosse feita uma análise de todos os pareceres que haviam sido feitos e que pudessem ensejar uma suspeição, ou seja, tomou medidas rigorosas.

Essa é uma característica da Presidenta Dilma Rousseff. Ela não tem a menor complacência com quaisquer situações, não que sejam consolidados os desmandos, mas que possa haver a suspeita. É uma postura que pessoalmente — eu sou suspeito para falar da Presidenta Dilma Rousseff; além de ser Ministro, eu a tenho como uma pessoa próxima —, a meu ver, é uma pessoa que, nesse ponto, tem uma conduta exemplar como Chefe do Executivo.

Outro aspecto das perguntas que foram feitas que considero importante é o seguinte. O Deputado Mendonça Filho, a quem agradeço as palavras, faz algumas perguntas. Quanto à primeira delas, eu vou de baixo para adiante. Eu li o *blog* do Deputado Anthony Garotinho ontem. Sinceramente, não há nenhuma informação daquilo na investigação da Polícia Federal. Nenhuma. O curioso é que o *blog* dizia que eu sabia, que eu tinha recebido essas informações. Francamente, eu nunca ouvi essa história antes e, com a devida vênia, pareceu-me um pouco fantasiosa. Vinte e cinco milhões de euros transportados numa mala? Eu tenho até dificuldade de mensurar a quantidade de notas que 25 milhões de euros dariam, mas eu acho que, talvez, precisaria de um carro-forte para transportar. O Deputado Delegado Protógenes aqui diz que teria que haver um carro-forte.

Então, tirando a hipótese de ter-se anexado um carro-forte a um avião, eu não vejo muita possibilidade. É evidente que, se o Deputado ou alguém tiver informações a respeito, encaminhe ao Ministério da Justiça, que será apurado. Mas não há nada na investigação e, à primeira vista, me parece mais uma especulação, como também houve outra especulação: a de que havia no inquérito gravações feitas, envolvendo o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ex-Chefe de Gabinete da Presidência da República Rosemary Noronha.



Vejam, a própria narrativa mostra que isso não existe. Por que não existe? Porque a interceptação telefônica sobre a qual falo daqui a pouco — o Dr. Troncon e o Dr. Leandro vão complementar — foi pedida por critérios absolutamente técnicos. Os interceptados foram algumas pessoas membros dessa quadrilha, ou que a operação estava em curso. Então, é necessária a interceptação para pegar o delito, e não pessoas que não estavam em situação para que naquele momento se precisasse fazer a interceptação telefônica seja porque praticaram delitos anteriores já comprovados, ou que poderão ser comprovados de outra forma.

A interceptação telefônica não existe para devastar a vida de uma pessoa. Talvez nós, da vida política, adorássemos unir as gravações de todos nós, sob todos os aspectos, sejam pessoais, sejam outros. Mas a interceptação telefônica criminal é feita com o objetivo claro de pegar situações em curso. Como não foi feita — já falaremos sobre isso — da Sra. Rosemary, não há diálogos gravados entre ela e quaisquer terceiros, não há. Se alguém gravou alguma coisa sobre a Rosemary com terceiros, fê-lo ilegalmente e responderá na forma da lei. Não há decisão judicial que ampare isso.

Não é que as gravações foram descartadas. Não há, não há porque as gravações interceptadas são apenas aquelas autorizadas pelo Juiz de Direito, sob fiscalização do Ministério Público e por solicitação da Polícia Federal. Então, não existem essas gravações.

Falaram em cento e vinte e poucas gravações. Eu não sei de onde se tirou aquilo. Sinceramente, há tanta especulação que, às vezes, eu não consigo entender de onde vem tanta criatividade, em certos momentos, com certas questões. Mas, se alguém fez essas gravações, seguramente terá de responder na forma da lei, porque foram ilegais.

Há outra pergunta que parece importante fazer antes, depois pedirei a complementação dos Delegados, do Diretor-Geral e do Superintendente de São Paulo. Viagens presidenciais da Sra. Rosemary. Eu lhe peço desculpas, Deputado. Eu não tenho condições de informar. À época em que essas viagens foram feitas, eu era Deputado Federal, sinceramente eu não acompanhava. Hoje, mesmo como Ministro da Justiça, não cabe a mim fiscalizar situações das viagens. As viagens são decididas no âmbito da Presidência da República com o Itamaraty. Eu não tenho,



sinceramente, essa informação. Eu vi pelo jornal viagens, etc. Isso não faz parte do inquérito. Não há investigação da Sra. Rosemary sob esse aspecto e nem poderia haver. Não tem muito sentido, pelo menos dentro dos fatos que estão sob investigação.

Essas são informações jornalísticas. Li no jornal. Peço vênia a V.Exa., eu não tenho como esclarecer. Talvez um pedido de informações à Presidência da República ou ao Itamaraty possa resolver. Não tenho, nesse momento, como adentrar essa questão.

V.Exa. também se referiu ao trabalho, Deputado Mendonça Filho, do Congresso Nacional. O Congresso Nacional é soberano. Ele deve convocar ou convidar quem ele acha que deve fazê-lo.

No âmbito das Comissões, todos nós sabemos, algumas pessoas são obrigadas a comparecer; outras não são. Mas o Congresso Nacional decidirá soberanamente. Aliás, assim é pela Constituição. Cabe ao Congresso definir o que é conveniente no exercício da sua atividade.

Relativamente às observações feitas pelo Deputado Edson Santos, agradeço a V.Exa. as ponderações e quero reafirmar que a Polícia Federal agiu, nesse caso, em absoluta sintonia com as regras, informando-me na hora certa, da maneira certa. Fui informado genericamente, sem detalhes, na quinta-feira; com detalhes, na madrugada, pelo Dr. Leandro Daiello. Então, nada a reparar.

Aliás, quanto a essa operação Porto Seguro, eu cumprimento o Dr. Troncon, cumprimento o Delegado que a conduziu, o Dr. Hiroshi e o Dr. Leandro Daiello, porque parece que, do ponto de vista técnico, foi uma investigação irrepreensível. Pelo menos dentro do que eu vi.

É claro que as pessoas podem especular mil e uma coisas. Mas não houve uma situação qualquer de disputa interna da Polícia Federal, de greve, de tentativa de atingir o Ministro.

Foi provocada por uma pessoa que fez uma denúncia protocolada no Ministério Público, na Polícia Federal; teve sequência absolutamente normal. Não vi nenhum abuso, nenhuma ilegalidade. É claro que se houver, V.Exas. podem noticiar ao Ministério da Justiça que tomará as providências cabíveis. Mas não vi. Apenas



faço cumprimentos ao Delegado que conduziu o inquérito, ao Sr. Superintendente e ao Sr. Delegado Geral.

Relativamente à segurança pública dos presídios e à execução orçamentária, eu quero observar a V.Exa. o seguinte: não há Ministro que não chore por mais verbas. Aliás, se disser que está satisfeito com verbas é porque tem má gestão ou tem preguiça de trabalhar. Então, é evidente que quantas verbas vier para o Ministério da Justiça a mais, eu agradecerei profundamente.

Porém, eu quero só observar o seguinte: tem ocorrido grande confusão na análise do orçamento de segurança pública do Ministério da Justiça. E muitas vezes algumas matérias têm saído erradas. Eu preciso dar esse esclarecimento.

Efetivamente, em que termos? Os termos são os seguintes...

(Índios adentram o recinto tocando instrumentos.)

(Risos.)

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Lembrem-se que a FUNAI também pertence ao Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Os índios não estão invadindo; os índios estão entrando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu queria pedir o fechamento da porta, se possível, por conta do som, para não abafar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pessoal, o Deputado Domingos Dutra, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, informa que em uma reunião foi tirada uma moção.

O Ministro José Eduardo Cardozo vai concluir a sua fala. A moção será entregue ao Ministro José Eduardo Cardozo, de preferência na maior ordem e, na sequência, darei continuidade.

O Deputado Domingos Dutra já assumiu o compromisso de manter o controle para que não prejudique o andamento da Comissão.

Ministro, V.Exa. tem o tempo para concluir.



O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Recordo-me que é da tradição os Ministros da Justiça dizerem que o Ministério da Justiça atua da toga à tanga. E é verdade. Já já nós teremos aí a questão indígena que pertence também ao Ministério da Justiça, à FUNAI.

Bem, continuando, há um equívoco muitas vezes manifesto em certas análises que se fazem das verbas de segurança pública, não por deficiência do analista, mas porque algumas situações mudaram e passaram despercebidas. Não raras vezes, medem-se as verbas de segurança pública, analisando o PRONASCI, que é um programa central do Ministério da Justiça, ou o Fundo de Segurança Pública. E aí se soma e se chega a conclusões equivocadas.

Quando nós falamos de segurança pública, nós temos que verificar todos os órgãos que atuam em segurança pública, por quê? No passado, durante o Governo do Presidente Lula, o PRONASCI era um programa executado separado da Secretaria Nacional de Segurança Pública. E havia verbas do PRONASCI que iam para a Polícia Federal, para a Polícia Rodoviária Federal, etc. Logo que eu cheguei, modifiquei essa gestão. O PRONASCI foi para dentro da Secretaria de Segurança Pública, e as verbas que eram do PRONASCI passaram para os órgãos individualizados. Então, quando se pega hoje as verbas do PRONASCI e da Secretaria Nacional de Segurança Pública parece que elas minguaram, mas elas foram para os órgãos que totalizam o sistema.

Então, eu tenho aqui e vou passar depois ao Deputado Efraim uma análise feita pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça sobre gastos em segurança pública que envolve o Departamento da Polícia Rodoviária Federal — DPRF, o FUNPEN, a Força Nacional de Segurança Pública, a SENASP, o FUNAD, a Secretaria Especial de Grandes Eventos. Numa análise comparativa, nós temos um crescendo de gastos em segurança pública. Durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em valores absolutos... Vou falar em valores reais, ou melhor, atualizados. Foram gastos em segurança pública, nesses órgãos, 9 bilhões e 597 milhões. No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram gastos nos 8 anos 19 bilhões e 335 milhões, ou seja, um acréscimo de 10 bilhões, mais que o dobro do período do Governo anterior. No Governo da Presidenta Dilma Rousseff, nesses dois anos, foram gastos 8 bilhões e 746 milhões, ou seja... Perdão, em 2011



e em 2012, incluindo a verba orçamentária de 2013: 8 bilhões e 746 milhões. E chega-se ao seguinte resultado: Governo Fernando Henrique Cardoso, primeiro e segundo anos de Governo, 1 bilhão; Governo Lula, 3 bilhões; Governo Dilma, 5 bilhões em segurança pública.

Eu vou deixar esses dados à disposição para serem analisados pela Comissão de Segurança Pública, apenas lembrando um aspecto. A Secretaria Especial de Grandes Eventos, na proposta orçamentária deste ano, teve as suas verbas colocadas no Ministério do Planejamento. Por que isso? Porque havia uma discussão em relação a quem coordenaria os grandes eventos na parte de segurança pública, e foi para o Ministério do Planejamento. Hoje, está definida essa questão. A Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos vai coordenar, em conjunto com o Ministério da Defesa, cada um na sua área e suas atribuições. Então, as verbas que eram da Defesa voltam para a Defesa, e as verbas que eram do Ministério da Justiça voltam para o Ministério da Justiça. Isso totaliza na SESGE mais 560 milhões de reais que sairão do Ministério do Planejamento e virão para o Ministério da Justiça, o que totalizaria para 2013: 3 bilhões e 700 milhões.

Eu vou passar à Comissão esses números que são muito importantes, porque, às vezes, faz-se essa análise fora de foco, porque nós mudamos a gestão. O PRONASCI foi para dentro da Secretaria Nacional de Segurança Pública e foi esvaziado em rubricas, porque elas foram alocadas diretamente aos órgãos.

Em relação aos presídios, eu fiz uma afirmação. É curioso, porque eu fiz essa afirmação — eu tenho ouvido comentários também curiosos — durante um almoço com empresários em São Paulo, quando me perguntaram sobre pena de morte, sobre castração química de presos e sobre redução de maioria penal, se seria correto que fossem adotadas. E eu repeti uma análise que eu já tinha feito muitas vezes na minha vida, inclusive como Ministro. Cinquenta dias antes desse meu almoço em que fiz o comentário sobre os presídios, saiu uma matéria no jornal dizendo exatamente o que eu tinha falado naquele almoço. É que naquele momento eu acho que a epiderme estava aguçada por força do julgamento da ação penal do mensalão no Supremo e, aí, imaginaram que eu estava falando de presídio pela primeira vez na minha vida e, só por força do julgamento da ação, o que é verdadeiramente absurdo. Eu fazia uma análise dos presídios brasileiros.



Os presídios brasileiros, salvo honrosas exceções — e nessas exceções se incluem os presídios federais de segurança máxima — ostentam uma péssima condição. São verdadeiras masmorras medievais, que infringem direitos humanos, que não permitem a recuperação do preso nem a ressocialização.

Achei curiosa uma crítica que me foi dirigida ao falar isso: “*O senhor é responsável pelos presídios e afirma isso?*” Em primeiro lugar, eu não sou o responsável por todos os presídios, sou o responsável indireto dos presídios estaduais. Responsáveis por essa situação são o Poder Executivo, o Poder Judiciário e todos os que estão envolvidos nessa questão. E um homem público, quando tem diante de si um problema grave, como é a situação carcerária no Brasil, tem duas alternativas: ou joga para debaixo do tapete essa realidade, fingindo que nada existe, como se já disse no passado, “*exponha o que é bom, esconda o que é ruim*”; ou coloca a nu a questão para que as forças que devem atuar se unam e tenham expectativas de solucionar o problema.

Quando eu digo que a situação dos presídios no Brasil é péssima, eu o faço não por uma questão conjuntural de uma ação penal, mas a partir de uma constatação de realidade porque hoje os presídios brasileiros geram criminalidade. São verdadeiras escolas do crime. Ou nós enfrentamos isso, somando esforços; ou nós traremos sempre problemas à nossa realidade.

O Governo Federal destinou 1 bilhão e 100 milhões de reais para isso, numa potencialidade de execução que nós nunca tivemos no DEPEN e estamos fazendo o possível para que isso ocorra. Sabemos a dificuldade que os Estados têm. Muitas vezes, não conseguimos repassar o dinheiro para os Estados, Deputado Efraim, porque eles têm dificuldade para encontrar o local para o presídio. Alguns Estados perdem prazo para repassar, não conseguem fazer projetos. Nós estamos nos empenhando ao máximo para agilizar isso. Eu posso lhe afirmar isso com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E a quinta penitenciária federal?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pergunta o Deputado Efraim: “*E a quinta penitenciária federal?*” Respondo: eu tenho que drenar recursos para aquilo que é prioritário. Eu tenho 400 vagas nos presídios federais hoje e tenho falta de vagas nos Estaduais. Eu prefiro destinar as verbas hoje, como fizemos, para



os Estaduais, 1 bilhão e 100 milhões, e aguardar para o próximo ano a penitenciária federal. Porque, se sobrar vagar, eu não vou direcionar agora para ter excesso de vagas, eu prefiro direcionar para onde está faltando vaga. Não é efetivamente um descaso com a Polícia Federal, é que eu tenho 400 vagas em aberto, oferecidas aos Estados, porque lá só podem entrar presos de altíssima periculosidade dentro de uma avaliação rigorosa que é feita.

Então, observo a V.Exa. que o Governo Federal, junto com os Governos Estaduais, tem-se empenhado ao máximo para resolver um problema que no Brasil é histórico. Isso não me leva a crer que esse problema deve ser escondido. Ao contrário, deve ser colocado foco e luz para que ele possa ser resolvido.

(Não identificado) - A quebra do sigilo da Rosemary.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu vou falar agora. É o último ponto, porque vou falar e eles complementam.

Essa decisão da quebra de sigilos...

(Não identificado) - Da não quebra, não é?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Da não quebra, não é do sigilo, é da interceptação telefônica, não é?

(Não identificado) - É, do sigilo telefônico.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Porque o sigilo foi quebrado, o telemático foi. Eles vão explicar sobre isso.

Eu indaguei às autoridades policiais sobre isso — e essas foram decisões tomadas pelas autoridades policiais, em padrão técnico —, e o que me foi narrado e será complementado é, em síntese, o seguinte: não houve a quebra de todos os investigados. Houve a quebra, dentro daqueles investigados, em que havia necessidade para apuração de condutas em curso, ou que não poderiam ser comprovadas por outras vias, para que isso pudesse ser colocado.

Exemplo: estavam em curso, no momento em que se investigou, as operações ou as questões da Ilha de Bagres e da Ilha das Cabras. Era visível que a situação estava em curso. Foi por isso, então, que se pediu a interceptação do segundo homem da Advocacia-Geral da União, ou de um dos adjuntos da Advocacia-Geral da União, o Dr. Weber. Por quê? Porque estava em curso, aquilo



teria que ser pego daquela forma. No caso de outros investigados, a situação já estava ou dada ou não havia situação em curso.

No caso dos pareceres, por exemplo, da Ilha de Bagres e da Ilha de Cabras, a Sra. Rosemary não tinha uma intervenção. Ela tinha intervenção em outras situações. Isso me foi esclarecido dentro de um padrão técnico de avaliação, mas seguramente o Dr. Troncon e o Dr. Leandro poderão complementar a explicação, até porque, com a autoridade e a experiência de delegados federais, poderão, de uma forma mais detalhada que eu, explicar essa situação a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só um esclarecimento ao Ministro.

Ministro José Eduardo, V.Exa. citou quadrilha, no começo da sua fala, que se caracterizou uma quadrilha que eu entendi com cinco membros. É isso? Cinco membros. O senhor poderia repetir esses cinco...

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Veja, eu estou me valendo do relatório da Polícia Federal. Foram indiciados, até o momento, pelo crime de quadrilha ou bando, previsto no art. 288 do Código Penal, o Sr. Paulo Rodrigues Vieira, o Sr. Rubens Carlos Vieira, o Sr. Marcelo Rodrigues Vieira, a Sra. Patrícia Santos Maciel de Oliveira e o Sr. Marco Antônio Negrão, Marco Aurélio.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O Marco Aurélio está indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está indiciado em outros três crimes, com o que está na cabeça: corrupção ativa, falsidade ideológica e tráfico de influência.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É praxe, na Polícia Federal, numa situação como essa, não quebrar o sigilo telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É isso que o Dr. Roberto Troncon...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Praxe e regra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos terminar o debate paralelo.

A pergunta foi feita para o Superintendente Roberto Troncon sobre os critérios adotados para a quebra de sigilo, ou não, da Dra. Rosemary e ele fará a resposta, o



uso da palavra neste momento. Se permanecerem dúvidas o Plenário terá uso da palavra novamente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Só para um esclarecimento, Sr. Presidente. Formação de quadrilha não há?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Formação de quadrilha com a Rosemary não. Há a formação de quadrilha, a tipificação de cinco membros. Ela, por enquanto, ainda, não está inclusa nesse rol.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Por enquanto é uma boa frase.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eles podem esclarecer um pouco mais. O Dr. Leandro pede o uso da palavra. Na precedência, se o Dr. Roberto Troncon aceder — já acedeu —, o Dr. Leandro fala agora e, em seguida, o Dr. Roberto Troncon.

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Sr. Presidente, com a sua autorização, eu quero aproveitar, após as palavras do Deputado Edson, para deixar algumas coisas bem claras. Na Polícia Federal nós não temos influência política e indicações para cargos. Eu fui escolhido pelo Ministro da Justiça para ocupar a direção geral e, a partir daí, eu convidei meus diretores e construímos, então, os nossos superintendentes. Os nossos superintendentes são construídos por sua história na polícia e por seu currículo. E, por isso, eu convidei o Dr. Troncon para assumir a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, a que eu havia deixado para assumir o cargo de diretor-geral, pela preocupação — o Deputado Efraim, que esteve lá, sabe — que exige a Superintendência em São Paulo. O Dr. Troncon tem uma larga experiência no combate ao crime organizado e na região de São Paulo, onde fez a maior parte da sua carreira, goza da nossa confiança não só como colega, mas também como um policial federal que acredita na polícia republicana independente, que protege as pessoas que precisam, não protege criminosos e não persegue ninguém. Nós estamos extremamente alinhados com o Dr. Troncon, uma vez que a sua história o credencia e o credenciou. E eu fico aqui mais uma vez agradecido por ele ter aceitado a missão de comandar a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. Os senhores tenham bem claro, e o Deputado Edson colocou, que não existem facções nem grupos na Polícia



Federal. É uma polícia republicana, que convida os seus delegados para assumirem as superintendências de acordo com critérios claros de currículo e da sua história na Organização.

Deputado Efraim, V.Exa. colocou a questão das fronteiras. Como bem disse o Ministro, nós estamos, sim, reforçando o efetivo nas fronteiras e usando já a alta tecnologia. E aqui eu confirmo, Sr. Ministro: os dois VANTs estão voando. Hoje nós estamos em teste quanto às imagens, com a possibilidade delas serem distribuídas pelo País. Mas, mais do que isso, senhores, nós estamos numa política muito forte de inserção internacional. Nós entendemos que combater o crime não é apenas povoar a fronteira de policiais e equipamentos; é ter a informação. Estamos num crescimento forte das nossas adidâncias, o que nos permitiu, Deputado Efraim, fazer a erradicação do plantio de maconha, num país vizinho, e também do plantio da folha de coca em outro país. Essa é uma estratégia que reduz, sim, a apreensão de drogas na entrada do País, reduz a entrada de drogas, numa política mais barata e de menos risco, erradicar a plantação da coca e da maconha.

Com isso, senhores, eu gostaria de passar a palavra para o Dr. Troncon, que poderá trazer mais detalhes para os questionamentos apresentados.

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar todos os Deputados desta Casa do Povo, em nome do Presidente da Comissão, Deputado Efraim.

Também, aproveitando a oportunidade, quero dizer e reafirmar que o veículo de comunicação que relata uma guerra de facções de grupos pelo poder em São Paulo colocando-me do lado oposto do Dr. Leandro — infelizmente uma minoria divulgou essa informação —, desconhece muito a realidade da Polícia Federal e a particularidade da minha relação com o Dr. Leandro. O Dr. Leandro é o nosso Diretor-Geral, a quem respeito, admiro, e sigo fielmente suas diretrizes há quase 2 anos, mas é meu amigo pessoal há 17 anos. Cursamos juntos a Academia Nacional de Polícia, na mesma turma; fomos juntos para São Paulo, numa época em que se iniciava uma oxigenação dos quadros da Polícia Federal. Então, o que eu posso dizer sobre isso é que há uma tremenda desinformação por parte de quem divulga esse tipo de fato.



Falando especificamente da resposta do por que determinada pessoa é interceptada, por que ela não é interceptada ou tem as suas comunicações telefônicas ou telemáticas com sigilo quebrado, para que se proceda à investigação, eu gostaria de iniciar dizendo que, em minha opinião — eu tive oportunidade, no período em que passei, em Brasília, frente à Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, na gestão anterior, de conhecer vários sistemas criminais, o sistema de justiça criminal, no mundo afora, na Europa, nas Américas, na Ásia —, eu posso dizer que, em tese ou teoricamente, o nosso modelo é um dos mais "garantistas" do mundo. Nós temos claramente um órgão que executa a investigação criminal: no âmbito federal, a Polícia Federal; um órgão, totalmente independente, que fiscaliza, na fase da investigação, se a polícia está agindo de acordo com a lei na busca da prova, do conjunto probatório, dos indícios necessários, para responder a duas perguntas primordiais de qualquer investigação: se houve crime e quem foi o seu autor, ou quem foram os seus autores, que é o Ministério Público; e o terceiro órgão, que, nessa fase pré-processual, que é o Poder Judiciário, atua como o juiz das garantias, das garantias individuais dos investigados. Não tenham dúvida de que de todas as atividades exercidas pelo Estado a mais invasiva na vida do cidadão é a persecução penal. Por quê? Por meio dessa atividade o Estado pode prendê-lo provisoriamente; devassar a sua intimidade, os seus sigilos bancário, telefônico, fiscal; e entrar na sua casa para fazer busca de evidências, de indícios ou de provas daquilo que está sendo investigado.

Portanto, essa atividade tão invasiva na vida do cidadão tem de ser absolutamente controlada. E nada melhor, como está previsto no ordenamento jurídico brasileiro, de que esse poder de investigar, fiscalizar, acusar e julgar seja absolutamente separado em três órgãos distintos do Estado. Porque, ao contrário, para quem diz que quem pode mais pode menos, aí, nós vamos retroceder à época medieval, em que havia o Estado que investigava, acusava e julgava, e estava tudo certo. Então, esse modelo existe no Brasil e funciona no âmbito federal e tem funcionado muito bem. Ao longo da última década — como já dito aqui —, da década e meia, na Polícia Federal isso se fortaleceu muito.

Para começar, nenhuma investigação criminal se inicia se não houver justa causa. A Polícia jamais olha — e nem pode, é ilegal — para determinado cidadão e



diz: *“Esse cidadão deve estar fazendo alguma coisa errada, pela sua aparência, pelo seu jeito, ou até porque já ouvi dizer ou porque foi publicado no jornal a respeito desse cidadão. Ele deve estar fazendo alguma coisa errada, então vamos iniciar uma investigação, vamos interceptar as suas comunicações, devassar a sua vida”*. Isso é ilegal.

Por isso, como dito pelo Ministro — eu gostaria de reproduzir, reavivar a memória dos Srs. Parlamentares —, que, inicialmente, nesse caso, um determinado cidadão que ocupava um cargo público no Governo Federal trouxe uma notícia de crime, na qual ele próprio autoincriminava-se — ele a trouxe para a Polícia Federal; e, dias depois, a trouxe para o Ministério Público Federal. Essa notícia foi para a Superintendência de São Paulo, porque o servidor público federal trabalhava em São Paulo e o local dos fatos que ele denunciava era o Estado de São Paulo. É uma atribuição, uma competência da Justiça local, em razão da territorialidade, de apurar aquele fato, quando apresentado em juízo.

O que nós fizemos, como se faz, em regra, numa denúncia grave, à qual foi juntada uma série de cópias: o primeiro passo e a cautela da Polícia Federal foi no sentido de verificar se aqueles fatos noticiados eram reais. O primeiro sigilo afastado das comunicações de *e-mails*, pretéritas, foi do próprio denunciante, para verificar se aquelas cópias de comunicação apresentadas eram realmente reais. Se elas fossem reais, elas estariam na caixa de mensagem ou nos registros de comunicação. E assim foi feito.

Uma vez avançado esse primeiro passo, e comprovado que essa denúncia era embasada em fatos que, por outro meio haviam sido comprovados, direcionou-se a investigação para a pessoa principal de contato com esse denunciante. Então, o segundo passo foi afastar, ou representar pelo afastamento o sigilo desse diretor da agência reguladora. Aí, a investigação foi se desenvolvendo. Quando se afasta o sigilo do diretor, aparecem suas comunicações não apenas com o investigado, mas com outras pessoas; dentre elas, essa senhora que ocupava um cargo no escritório da Presidência da República em São Paulo. Nessas comunicações, aparecem fatos pretéritos não relacionados nem com a investigação nem com algo em andamento, naquele momento, mas que eram indicativos ou indícios de cometimento de crimes. Esses fatos ficaram guardados para um momento oportuno. A investigação se



desenvolve e, já no começo deste ano, o denunciante retorna à Polícia Federal, à autoridade policial dizendo que havia sido contatado novamente pelo mesmo diretor de uma agência, para tratar desse caso. E, aí, concomitantemente, se obtêm indícios de que outras coisas, outros casos ou outros fatos possivelmente criminosos estavam acontecendo. Aí, sim, há uma justificativa para que essas pessoas que estão no *iter criminis* de um novo fato, não aquele pretérito, passem a se enquadrar no momento ou na justa causa de representar pelo afastamento do seu sigilo em tempo real. E isso foi feito, novamente direcionando para o grupo que, como já divulgado, mencionado pelo Sr. Ministro, estava praticando não apenas o fato denunciado, mas outros.

Por que a senhora que ocupava esse cargo no escritório da Presidência não teve a sua comunicação telefônica interceptada? Porque não havia justa causa, não havia uma motivação plausível para que a autoridade policial apresentasse... E vejam bem, retornando ao modelo que digo: tudo o que a Polícia faz na execução de medidas cautelares, expedidas pelo Judiciário, ou no seu desenvolvimento natural de ouvir pessoas, passa pelo crivo do Ministério Público e da Justiça, periodicamente. No caso das interceptações, quinzenalmente. Então, se a Polícia está errando, o papel do Ministério Público é fiscalizar e dizer: *“Por que você não está representando pelo afastamento de sigilo de “A”, “B”, “C” ou “D”? Porque aqui está claro, está evidente a sua participação nesse caso? Você protegendo?”*. Esse é o papel do Ministério Público, que, no Brasil, goza de uma vantagem tremenda, comparado com outros países, inclusive europeus, em que o Ministério Público coordena a investigação. Quem coordena investigação, está intimamente relacionado com ela, certamente não tem a mesma imparcialidade e distância necessária para fiscalizar quem investiga. No Brasil, não é assim que se sucede. O papel do Ministério Público é fiscalizar a Polícia, a qualquer momento. Ele tem acesso a todos os atos produzidos pela Polícia; tanto ele, o representante do Ministério Público, quanto o juiz do caso, para preservar e garantir essa aplicação adequada e de acordo com a lei das técnicas que são propostas e desenvolvidas no custo da investigação.

Houve veículo de imprensa que até atribuiu a mim a interceptação que houve da funcionária do escritório da Presidência com o ex-Presidente e com não sei mais



quem. Isso não é verdade! Acho que houve uma tremenda confusão. E a gente compreende que o papel da imprensa é difícil. As notícias surgem e há uma competição muito forte entre os diversos veículos para buscar a melhor fonte. E parece que a Polícia Federal não tem sido a melhor fonte, como têm reclamado para nós, mas a gente segue rigorosamente o que está na lei: a observância do sigilo judicial, do sigilo legal. E vazamentos inadequados ou ilegais são rigorosamente apurados.

Pois bem, esse veículo de comunicação diz que houve interceptação. Não houve, não houve! Agora, uma frase atribuída a mim é verdade. Olha, se tivesse havido qualquer fato relacionando um ex-Presidente da República, um ex-Parlamentar, um ex-ocupante de qualquer cargo que goze de prerrogativa de foro fora desse período, quando ele se torna um cidadão comum, ele deveria ser investigado, e seria investigado pela Polícia Federal como qualquer cidadão. Não havendo prerrogativa de foro por ocupação de cargo público, é investigado. Não importa qual cargo ocupou, enfim. Isso eu gostaria de deixar bem claro.

Também é importante falar do procedimento. Em toda interceptação de comunicação — e nesse caso houve, numa primeira fase, de cinco pessoas, depois de seis —, o que acontece? Essas comunicações jamais são descartadas. Elas ficam no sistema da Polícia Federal sempre — por enquanto, ainda temos as interceptações que foram autorizadas judicialmente —, e, quinzenalmente, são gravadas em DVDs e encaminhadas à Justiça, integralmente. Inclusive, é comum acontecer de uma pessoa ser investigada e, evidentemente, se ela é objeto de uma interceptação de comunicação autorizada judicialmente, todas as suas conversas são interceptadas. Inclusive aquelas banais, pessoais, enfim, qualquer uma, que não são objeto do relatório, mas elas seguem integralmente para o juiz do caso, para o Ministério Público avaliar se estamos agindo de acordo com a lei, se estamos escondendo algo ou desviando do caminho que preconiza a lei. Então, em relação a todas elas são sempre encaminhadas uma cópia quinzenalmente para a Justiça e o original fica gravado nos computadores da Polícia Federal. O sistema é auditável a qualquer tempo. E, em casos passados, foram solicitadas cópias, que foram fornecidas, desde que com autorização do juiz do caso.

Para encerrar, quero falar...



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Estou sendo lembrado, pelo meu Diretor, a respeito da notícia de que o Deputado Anthony Garotinho recebeu 25 milhões de euros. O que eu posso dizer, afirmar categoricamente, é que a Polícia Federal não tem absolutamente nenhuma informação a respeito. Se o Deputado depois puder nos encaminhar esses dados, evidentemente eles serão objeto de verificação de autenticidade.

Agora, digo aos senhores que sobre 25 milhões de euros, mesmo em notas de 500 euros, que não são de comum circulação, deveríamos falar em contêiner diplomático e não em mala diplomática. Mas, evidentemente, pode ter acontecido...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Então, a gente aguarda. E peço aqui, em nome da Polícia Federal, como o caso está em São Paulo, que se o Deputado, qualquer outro Deputado aqui presente ou cidadão tiver algum fato relacionado relevante para o interesse desta ou de outra investigação é só encaminhar que terá o mesmo tratamento que teve esta, que se iniciou a partir de uma notícia trazida por um cidadão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Conforme acordado, para manter a ordem dos trabalhos, o Deputado Domingos Dutra, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, tem 1 minuto para entregar a moção ao Ministro José Eduardo Cardozo. Depois, retomaremos os trabalhos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, agradeço a generosidade.

A Comissão de Direitos Humanos acaba de realizar uma audiência e um ato de apoio à causa indígena, com várias nações indígenas do Brasil. E a Comissão recepcionou um abaixo-assinado com mais de 20 mil assinaturas de entidades em apoio à causa indígena e, de forma particular, aos guaranis-kaiowás, vítimas de execuções e de suicídios.

Ao final, foi aprovada uma moção, com vários pontos, desde a revogação da Portaria nº 303 até a não aprovação da PEC nº 215 e outras.



Uma comissão de índios quer entregar ao Ministro, aproveitando esta audiência, tanto o abaixo-assinado como a moção.

Encerro, dizendo ao Ministro e a todos que os índios brasileiros necessitam de um verdadeiro porto seguro que lhes garanta terra, dignidade e cidadania.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Domingos Dutra e aos índios, aqui presentes — e sejam sempre bem-vindos! —, pelo comportamento de ordem.

Daremos continuidade, portanto, à audiência com a seguinte ordem: a Mesa adotou procedimento de intercalar a fala, que é regimental, dos Líderes com a dos Deputados inscritos. Teremos, então, pela ordem, os Deputados Bruno Araújo, Paulo Quartiero, Rubens Bueno, Gonzaga Patriota, Paulo Teixeira...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só um instante, Deputado.

E, ainda, os Deputados Paulo Teixeira e Onyx Lorenzoni, que serão os próximos a falar, pela ordem, nessa sequência.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como Líder V.Exa. estará inscrito, na sequência dos Líderes.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Questão de ordem, Deputado Anthony Garotinho.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Apenas para saber se, pelo fato de eu ter sido citado tanto pelo Ministro como pelo Dr. Roberto Troncon...

(Não identificado) - Eu não estou ouvindo nada!

(*Manifestação no plenário.*)

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Eu pergunto se, apenas pelo fato de eu ter sido citado nominalmente pelo Ministro e pelo Dr. Roberto Troncon, V.Exa. poderia conceder-me a inversão da inscrição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Regimento exige que V.Exa. seja citado de forma ofensiva; e, muito pelo contrário, foi feito de forma muito elegante e cordial pelo Dr. Roberto Troncon. V.Exa. está inscrito como Líder, ou como Vice-Líder que é, na sequência dos Líderes. Peço que V.Exa. tenha essa compreensão.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Não! Perfeitamente.

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - É porque V.Exa. entendeu de forma respeitosa, e eu entendi de forma jocosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não! Não foi. A avaliação da Mesa não é essa, respeitando a sua posição.

Deputado Protógenes...

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Está mantida a minha inscrição, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está mantida a sua inscrição, Deputado Protógenes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Perfeito! Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na ordem, pela sequência. Só para se ter ideia, nós temos aqui 18 Deputados inscritos além dos Líderes.

Com a palavra o Deputado Bruno Araújo, por rigorosamente 5 minutos, no máximo — mas se V.Exa. puder ser mais conciso, a Mesa o agradece.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, pelo número de inscritos, o Ministro está vendo que vai ser uma longa tarde.

Mas quero cumprimentar V.Exa., Ministro. Talvez, na condição de ex-Parlamentar e na liturgia de sua formação, V.Exa. tem o respeito todo especial por esta Casa, e, talvez, se esse fosse o mesmo padrão de comportamento dos outros 39 Ministros, colegas de V.Exa., essa relação seria muito mais fácil com o Congresso. Muitas vezes, convidados são chamados, e parece que têm um verdadeiro pavor. Acionam Líderes, amigos, todo tipo de movimentação para não aparecerem, não virem à Câmara ou ao Senado, como se Deputado ou Senador fosse morder, levar dedo, dar tapa. Eu o cumprimento por essa relação que sempre estabeleceu com muita cordialidade; cumprimento os membros da Polícia Federal;



os membros da Mesa; o Presidente Efraim Filho; o nosso Deputado Edson Santos. E nosso agradecimento à Marinha de ter trazido V.Exa. a tempo, esta semana, para participar conosco desta reunião. *(Risos.)*

Primeiro, vou fazer um comentário muito pertinente neste momento. Nós assistimos, após 7 anos das denúncias de uma CPI que começou no Congresso Nacional, a sentenças que são prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal. Sete anos depois, após outras séries de escândalos de terceiro, quarto, quinto, sexto, décimo escalões, mais uma vez um escândalo que se avizinha à porta da Presidência da República. Ontem, nós assistimos a um comentário do Ministro Gilberto Carvalho — aliás, se, talvez, a Bíblia Sagrada tivesse sido escrita pela executiva do PT, o mundo teria sido criado em sete dias, só que no sexto teria sido... um deles teria sido reservado à criação do Brasil, pelo PT. Na posição do Ministro Gilberto Carvalho, quando se refere à autonomia consagrada pela Polícia Federal como obra de um Governo, de um partido, quando se refere à autonomia e à escolha de um Procurador-Geral da República independente, esqueceu-se de dizer que, de tão independente, até a semana passada eles queriam indiciá-lo numa CPI — o seu partido! A Polícia Federal, instituição consagrada!...

Aí, sim, o grande autor desse feito chama-se povo brasileiro, através da Constituição Federal de 1988, da qual os membros do PT recusaram-se a participar de sua promulgação, no dia 5 de outubro de 1988.

À Polícia Federal e a todas as instituições brasileiras nós rendemos nossas homenagens; e o reconhecimento que cada Governo tem feito o seu papel no fortalecimento dessas instituições.

Algo que é interessante, e hoje é comum, virou uma praxe, é que, muitas vezes, um dos assuntos que a mídia, que a imprensa, que o Brasil aguardam quando surge uma operação da Polícia Federal é a criatividade dos nomes estabelecidos nas operações. Nós tivemos a Operação Arca de Noé, que desarticulou o jogo do bicho; a Operação Big Brother, que fazia referência ao esquema de títulos fraudulentos — BB —, lesando o Banco do Brasil; a Operação Galáticos, que investigou quadrilhas que praticavam crimes virtuais; além de uma série de outras, sempre com o mesmo cunho.



A primeira curiosidade da Operação Porto Seguro: onde está o porto? Seguramente não é a cidade do Porto, em Lisboa; seguramente pode... Ou seria a segurança da antessala da Presidência da República? Os codinomes da Polícia Federal sempre levam os investigadores a fazerem um *link* dessa bela criatividade da Polícia Federal a algo que sempre tenha conexão com o enredo, com o mérito. Ou será a segurança da Sra. Rose em relação às pessoas com as quais de fato ela se relacionou?

Nós ouvimos neste momento situações como à da Sra. Rosemary — e ouço e guardo as reflexões do Presidente da Comissão, Deputado Efraim — e não vemos qualquer menção a indiciamento por quadrilha nos faz, às vezes, até pensar que o Deputado Genoíno de fato pode ter se sentido injustiçado por ter sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal, e a Sra. Rosemary, com toda essa articulação, não ter nenhum enquadramento de formação de quadrilha. A pergunta objetiva que fica — também tomando conhecimento pela imprensa. Nós não o vimos admitindo; pelo contrário, há uma série de reflexões em relação à eventual ligação que houve da Sra. Rosemary, durante a operação, no momento em que a Polícia Federal adentra no escritório da Presidência da República, em Brasília, para o ex-Ministro José Dirceu —: a Polícia Federal tem, de fato, conhecimento desse contato? Se tem, em que termos ele se deu? Ou, como essa informação foi à imprensa sem absolutamente qualquer desmentido? Será que foi a Sra. Rosemary quem avisou à Polícia Federal, que ligou para alguém, para um Ministro ou para um ex-Ministro no sentido de interferir na operação? Ou, se teve conhecimento, foi por algum tipo de interceptação ilegal?

É fato, nossa condição é extremamente "garantista". Agora, para todos nós que acompanhamos, ao longo de tantos anos, operações da Polícia Federal, o grau de segurança em relação à não invasão da interceptação telefônica da Sra. Rosemary parece ter sido muito mais zelosa do que a que nós estamos vendo nas diversas CPIs que acompanhamos neste Congresso Nacional.

E, por último, ao nosso dileto, por quem temos um grande respeito como Ministro de Estado, um grande brasileiro, o Ministro José Eduardo Cardozo, pergunto: na opinião do Ministério da Justiça e da própria Polícia Federal, qual é a



atuação da Sra. Rosemary? Ela parece ter sido muito atenuada. Ela traficava influência?

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Paulo Quartiero, pelo tempo de 5 minutos — rigorosos.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Sr. Presidente, Ministro Eduardo Cardozo, demais integrantes da Mesa, Sras. e Srs. Parlamentares, por casualidade, lembrei-me aqui da audiência que nós tivemos, no dia 20 de novembro, da Comissão de Agricultura, na qual estavam presentes o Sr. Ministro Eduardo Cardozo junto com o Ministro Adams, da AGU. Nós estávamos questionando S.Exa. em relação à questão da falta de cumprimento às normas constitucionais, no caso específico à demarcação de terras indígenas, queixávamos que não eram cumpridas as determinações do Supremo Tribunal Federal, e que também setores, pessoas do aparato, comandadas pelo Ministério da Justiça, agiam ilegalmente e fugiam do controle legal. Isso foi mostrado através de provas, com laudos fraudulentos, etc., e tal, e foi dito pelo Ministro Eduardo Cardozo e pelo Ministro Adams que eles tinham, sim, controle da máquina, que eles comandam; que isso não ocorria e, quando ocorria, os funcionários eram punidos e reprimidos nas suas atividades ilegais, quando da implantação das áreas indígenas — que é o cotidiano a que assistimos.

Eu tive oportunidade de dizer que não era verdade, e com provas! Eu tenho provas de que, ao contrário, as pessoas do Ministério da Justiça, especificamente as da FUNAI, as da AGU que agem, sim, ilegalmente, para retirar os brasileiros de suas terras, em prol dessa causa indígena, de demarcação de terras, não são punidas; ao contrário, são turbinadas na sua carreira profissional.

Nós dissemos isso ao Sr. Ministro. Eu disse ao Sr. Ministro — caso o senhor se lembre — o seguinte: *"Na minha opinião, o senhor não tem controle da máquina que comanda"*. Isso foi dito dia 20 de novembro. Por coincidência, no dia 23 de novembro acontece o estouro da Operação Porto Seguro, mostrando que a AGU, o braço direito do Ministro Adams — que ele indicou, apesar das restrições, da recomendação que a biografia dele impõe —, estava promovendo, sim, o que foi descrito como evidências de corrupção sistêmica que tomam conta do Estado brasileiro. Então, aquilo comprova o que a gente vem dizendo.



Hoje, a questão indígena — e falo isso porque é do meu conhecimento, não vou falar de outros assuntos — e outras questões também que envolvem a questão ambiental fugiram do controle do seu Ministério. Fugiram do controle! Quanto a isso, não sei! Aí, sim, caberia uma pergunta, que eu gostaria de fazer ao Ministro Adams. Só há duas possibilidades para o Ministro Adams: ou ele é incompetente, ou ele é cúmplice dessa situação. E, estranhamente, ele estava sendo cogitado para ir para o Supremo Tribunal Federal. Será que aqui, no Brasil, nós adotamos a política de que o crime compensa?

A minha preocupação, Ministro Eduardo — e V.Exa. falou naquela oportunidade que a questão indígena consumia 60% do tempo do seu Ministério —, é a seguinte: como a gente pode até cobrar — e seria covarde cobrar isso do senhor — um completo controle das atividades que ocorrem debaixo do nariz do Ministro Adams e de V.Exa. Se V.Exa. não tem 60% de tempo para se dedicar a esse aparato, que, a pretexto de reparar uma injustiça contra uma minoria perseguida, é um aparato que se dedica a tomar terra de brasileiros, evidentemente deve ter dificuldades, porque nossos agricultores, nossos homens do campo não colaboram entregando suas propriedades, suas vidas a esse sistema, e eles reagem. Então, eu fico preocupado, Ministro.

Eu disse certa vez que V.Exa. tem que nos dizer do que precisa, no que podemos apoiá-lo no seu Ministério, para que readquira o comando que perdeu, que o Governo brasileiro perdeu.

Hoje, ao Governador do Estado e a nós da representação do Legislativo isso não tem importância nenhuma! O Presidente Lula disse a toda a bancada de Roraima: “*Existem ONGs que têm mais poder do que partidos políticos*”. Como pode haver democracia se os partidos políticos têm menos força do que organismos internacionais, que não obedecem a interesses brasileiros?

Então, Ministro, nós estamos aqui — e eu gostaria de ser convocado por V.Exa. — para lhe ajudar, para ajudar o Governo, porque isso está comprometendo o Governo brasileiro, está levando insegurança ao campo, está comprometendo a economia nacional, está levando intranquilidade a muitos lares e está, sim, infelicitando os índios porque, nas terras demarcadas, eles são abandonados, depois, e estão lá cada vez piores.



Portanto, Ministro, diga-nos: o que podemos fazer para lhe ajudar? Ajudar, sim! Queremos preservar a Presidenta Dilma, a imagem dela, mas desse jeito não dá. É um escândalo atrás do outro! E há subordinação do interesse brasileiro a representantes de interesses internacionais, que são as ONGs. O Governo brasileiro, quando é contra um cidadão nacional, é um leão: toma a sua terra, destrói sua família, expulsa-o; mas, quando é uma ONG, vira um gatinho e faz “*miau*”.

Ministro, nós estamos aqui para colaborar. Mas eu acho que, com o rumo que a coisa está tomando, é impossível nós chegarmos a bom termo. Essa é a colocação que eu queria fazer, Ministro. Queremos nos prontificar e nos colocar à sua disposição para revertermos essa situação.

E, sim, o Governo tem que ter autoridade, mas este Governo parece que a perdeu nessas questões todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Deputado Quartiero, que se manteve dentro do seu tempo regimental. Agradecemos a observância.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno. Em seguida, o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Deputado Efraim, Deputado Edson Santos, Srs. Membros da Polícia Federal, Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, acho que todos aqui já falaram e falarão do respeito que esta Casa tem pelo Ministro. Não é de hoje a sua trajetória, uma bela trajetória, principalmente no Parlamento para aqueles que a conhecem mais de perto.

Mas estamos aqui diante de situações, Sr. Ministro, que não são aquelas desejadas por um Parlamento e que o PT cobrava quando na Oposição e que eu cobrava, junto com o PT, na Oposição. É o comportamento de não convocar, de não convidar, de bloquear, de procurar de todas as formas colocar debaixo do tapete tudo aquilo que é denunciado para que sociedade pudesse saber. A transparência que tanto cobrávamos no Governo do PT, isso não existe porque é para atender ao interesse partidário.

Tanto isso é verdade que agora chegaram aqui os indígenas, que vieram pedir assinaturas, e nos pediram que nós entregássemos um documento ao senhor. Imagino o que eles estão pensando: “*Essa Rosemary é criação do PT, não é dos*”



índios não". Porque é mais uma criação, mais uma entre tantas. Veja V.Exa. que ela está sendo blindada. Está sendo blindada no processo, está sendo blindada na forma como está agindo, e aqui não consta efetivamente aquilo que aconteceu relativamente à relação dela e aos seus telefonemas, como deveria ter sido. *"Ah, tecnicamente funciona assim"*. Para cada posição, para cada inquérito, tecnicamente há uma posição. E não estou aqui de forma alguma defendendo demais, não. Defendo aquilo que tem que ser defendido: uma instituição tão importante como a Polícia Federal. Mas a pressão do Governo é tão forte, que eles imaginavam já ter controle até do Supremo Tribunal Federal. Chegaram ao ponto de se queixarem dos Ministros que eles nomearam nesse período.

Há apenas aqui alguns questionamentos que eu acho que valem a pena. No dia 28, o senhor declarou que não sabia, que não podia intervir. Está aqui a sua declaração no Valor Econômico. Tudo bem, aí veio mais notícia. No dia de hoje, pela imprensa, o senhor diz que sabia, o que é natural, até porque não sabia, aí passou a saber e veio dar explicações. Então, essa situação colocada é uma situação em que, de repetente, nós precisamos de um esclarecimento do senhor, porque está aqui no *Valor Econômico* do dia 28 de novembro o senhor dizendo que não sabia. Eu vou ler aqui, entre aspas: *"Qualquer interferência, mesmo da Direção Geral da Polícia Federal, numa operação é crime. O Ministro não pode e não deve ter ciência de uma ação sob sigilo, que só o delegado, o promotor e o juiz podem ter"*. Sim, isso foi no dia 28.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - (Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu não estou dizendo que há uma contradição, estou dizendo que há uma evolução das informações, dos acontecimentos — natural.

Agora, o que chama a atenção é uma declaração do Delegado Dr. Roberto Troncon que diz ao jornal *O Globo*, também no dia 28: *"O ex-Presidente Lula não tem foro privilegiado. Se ele tivesse sido pego em algum crime, certamente estaria sendo investigado ou já indiciado. Não existe essa história de que foram interceptadas 122 ligações entre ele e a Rosemary. Agora, como ex-Presidente, ele ligou algumas vezes para o escritório da Presidência em São Paulo, o que é normal"*. Quer dizer, quem estava sendo grampeado: o ex-Presidente Lula, o



gabinete da Presidência? O que estava acontecendo? A isso, evidentemente, é preciso que se dê uma explicação melhor.

Outra situação também é que, quando se trata desses motivos de ligação ou não ligação, ela teria ligado para o senhor no dia da Operação da Polícia Federal, e o senhor não a teria atendido. Por que motivo a Secretária do Gabinete da Presidência da República ligaria para o Ministro da Justiça? Qual é o motivo? Relação? Tráfico de influência? Poder demais? Enfim, apenas para registrar, para algum comentário do Ministro.

Também — e aí é notícia, não posso deixar de dizer que é notícia, e onde há fumaça há fogo —, esta operação estaria sendo aprontada para ser deflagrada no período eleitoral, e só o foi depois do segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Concluindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Só um minutinho, Deputado, eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - São 5 minutos para todos os líderes. Vou permitir a V.Exa. a conclusão do pensamento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu estou querendo fazer a conclusão das perguntas, não é do pensamento.

E tenho também uma notícia, Sr. Presidente, para a Mesa e o Ministro, de que a ABIN estaria vigiando os passos do Sr. Paulo Vieira e da Sra. Rosemary. Acho que vale a pena um comentário sobre isso, não é?

Dá para traçar um panorama dessa quadrilha, do *modus operandi*, como ela fazia, como ela agia, para ter noção de como isso funcionava, e há tanto tempo, porque, afinal, ela foi nomeada no início do Governo Lula, em 2003?

E, finalmente, perguntaram ao Ministro Cardozo se S.Exa. nomearia, como seu braço direito do Ministério da Justiça, como a principal autoridade no Ministério depois do senhor, alguém como o Sr. Weber, que o Sr. Adams nomeou, sabendo da situação dele, sabendo do currículo dele, sabendo das dificuldades que ele tinha e das irregularidades que ele tinha cometido.

Então, é importante esclarecer isso, porque foi algo que chamou a atenção durante o que aconteceu. Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Próximo inscrito, Deputado Gonzaga Patriota. V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente Edson Santos, cumprimento nosso querido Ministro José Eduardo Cardozo, cumprimento o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Evandro Coimbra, e o Superintendente, Dr. Roberto Troncon.

Colegas Deputados e Deputadas, eu fiquei aqui desde cedo ouvindo, fazendo uma retrospectiva da minha vida como político, há 30 anos como Parlamentar, e vendo como as coisas mudaram, como as coisas melhoraram neste País. Eu, que venho lá da Caatinga, que passei fome — ninguém se aposentava no campo, era um país pobre —, e que vivenciei aquela ditadura terrível e perdi um emprego de 11 anos... Diziam que eu era comunista porque eu defendia a redemocratização do País, e como é bom vemos este País redemocratizado, aparecendo perante o mundo, porque ele não aparecia: foram 12 anos na Comissão de Relações Exteriores viajando pelo mundo inteiro, e, quando eu falava que era brasileiro, diziam: *“Ah, Brasil, a terra do Pelé”*. Hoje é a terra dos brasileiros mesmo.

Então, nós vemos como foi boa também a redemocratização. E, graças a Deus, participei da Assembleia Nacional Constituinte, porque, se antes havia essas coisas, não apareciam.

A Polícia Federal, que eu acompanho de perto — e quero aqui parabenizar o trabalho da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, de que eu faço parte, inclusive, como Presidente da Frente Parlamentar —, agora existe.

Então, minhas palavras aqui são poucas, são apenas para parabenizar os brasileiros, que se redemocratizaram e que hoje podem falar. Principalmente os meios de comunicação, que não podiam falar, hoje falam. Se Garotinho disser alguma coisa, que viu outro bloco... É importante que se discuta o que o nosso querido Governador Garotinho falou. E antes, quando não se podia falar nada?

Então, eu quero dizer aqui, Ministro José Eduardo Cardozo, que tanto essa operação quanto várias outras operações diárias que a Polícia Federal faz são importantes para o Brasil. Só melhoram o Brasil.

E quero aproveitar, Ministro, para pedir que faça de tudo para nós reestruturarmos as nossas Polícias. A própria Polícia Federal ficou paralisada, como



a minha Polícia Rodoviária Federal ficou paralisada, não apenas atrás de ver resolvidos problemas salariais, não. Por estrutura. Não podemos ter 60 mil quilômetros de rodovias com 9 mil policiais. Precisamos de 5 mil. Ainda bem que V.Exa. e a Ministra do Planejamento autorizaram aqueles excedentes. Parece-me que duzentos e poucos com mais 750. Estão ainda aqui os excedentes da Polícia Federal. São duzentos e trinta e poucos. Estão dentro do que manda o edital.

Vamos convocar esses, fazer mais concursos, tomar conta desses mais de 20 mil quilômetros de fronteira, de mar e de terra, que é por aí que entram as armas, que entram as drogas. Nosso País não pode mais continuar vendo aquilo que vimos recentemente. Acabam-se com as cracolândias, e dezenas de brasileiros ficam nas ruas marginalizados, passando decepções e decepcionando o País.

V.Exa. falou dos presídios. Nós temos quase o dobro de presos aceitos pela Constituição e pelas leis brasileiras. Mas vá ao Presídio Aníbal Bruno, em Recife: em vez de 1.400 presos, temos lá mais de 5 mil.

Eu quero parabenizar todos os Parlamentares, sobretudo os que fizeram esta convocação, Deputado Efraim, porque é aqui, na Casa do povo, que nós discutimos os problemas brasileiros. E quem errar neste País vai ter que pagar pelos seus erros.

Parabéns ao Ministro, aos Deputados, à Polícia Federal. Parabéns, principalmente, à nossa soberania, à nossa democracia!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

Para encerrar este bloco de seis Parlamentares...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, há como falarem os Líderes primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O procedimento adotado, Deputado Ivan Valente, são Líderes e Deputados da Comissão alternados. Então, falou o Deputado Bruno, como Líder, e falou o Deputado Quartiero, como inscrito; falou o Deputado Rubens Bueno, como Líder, e falou o Deputado Patriota, como inscrito; falará o Deputado Jilmar Tatto, como Líder, e falará o Deputado Onyx Lorenzoni...



(Não identificado) - Sr. Presidente, até agora só falaram os Líderes da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foram os que se inscreveram.

(Não identificado) - Deixe os Líderes da Situação falarem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. terá a voz, pela ordem, por diligência do Deputado Paulo Teixeira, que chegou cedo, se inscreveu e permutou a ordem com V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para o andamento do trabalho, Deputado Jilmar Tatto, por 5 minutos. Em seguida, Deputado Onyx Lorenzoni, como inscrito. Aí, Deputado Ivan Valente, será um Líder...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor poderia ver a ordem, então, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Será a ordem a seguinte: Deputado Jilmar Tatto, Deputado Onyx Lorenzoni, e as respostas do Ministro para o bloco de seis. Então novo bloco de seis, iniciando pelos Líderes... No caso, serão os Deputados Deputado Garotinho, Amauri Teixeira, Ivan Valente, Taumaturgo Lima, Valmir Assunção e Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Deputado Efraim, eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perdão: Deputado Pauderney, Deputado Amauri Teixeira, Deputado Garotinho, Deputado Taumaturgo Lima, Deputado Ivan Valente, Deputado Valmir Assunção e Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Deputado Efraim, eu quero levantar uma questão de ordem para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Regimentalmente, os Líderes que falam...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eles falam a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eles falam a qualquer momento e falam na ordem dada pelo tamanho dos partidos. Nesse caso, ele entrou...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso é regimental.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Os Líderes falam regimentalmente... V.Exa. os intercalou. Neste caso, a minha inscrição... Eu permiti que o Líder Jilmar Tatto — inclusive, acho muito importante a presença dele — entrasse na minha frente, porém a sua entrada não me joga para o final da fila; a sua entrada me permite que eu venha a seguir, tendo em vista o critério regimental.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Paulo Teixeira, para responder a questão, eu posso permitir um Líder por partido. O partido tem condições de se pronunciar por um líder. Não pode vir o rol de Líderes e Vice-Líderes de todo o partido...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, não, Deputado Efraim, não é por esse critério. O critério de Líder vale para o Líder Jilmar Tatto. O critério da minha inscrição vale pela ordem em que eu me inscrevi. Eu me inscrevi, então, o que eu estou dizendo é que a inscrição do Deputado Jilmar Tatto entra como...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Então o Deputado Jilmar Tatto vai para o fim da fila, que foi o último Líder a chegar.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, porque ele é Líder do maior partido da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Paulo Teixeira, não há sua inscrição para o debate.

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, há uma questão regimental...

(Não identificado) - O Deputado Paulo Teixeira fez a sua inscrição em tempo. O Deputado Jilmar Tatto chegou para falar como Líder. Deve ser garantida a palavra *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Será garantida na ordem da inscrição.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu peço a palavra como Líder agora, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É uma questão de ordem para o Deputado Ivan Valente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Art. 221, §5º...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Ivan Valente, Deputado Rubens Bueno, a palavra a V.Exas. é a mesma. A Comissão adotou o procedimento de intercalar para prestigiar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, Presidente, eu queria colocar outra questão...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, deixe-me fazer a questão de ordem...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele foi inscrito, Sr. Presidente. O Deputado Paulo Teixeira se inscreveu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Onde que ele está aqui, Deputada? Onde?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele se inscreveu aí, Sr. Presidente. Ele se inscreveu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, ele vai estar na ordem dele. Ele não pode falar primeiro que todo mundo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na ordem dele. Perfeito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele está inscrito, Sr. Presidente. O Deputado Paulo Teixeira está inscrito.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem. Estou pedindo a palavra pela ordem. É regimental. Estou pedindo a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vá falando, Deputado Ivan...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu queria que V.Exa. respondesse a questão de ordem que diz o seguinte: nas sessões, seja no plenário, seja nas Comissões, o pedido de Líder é feito a qualquer momento da sessão.

Quero que V.Exa. responda regimentalmente sobre isso. A intercalação pode ser feita por um acordo. É diferente, mas eu quero saber, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O acordo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Que o Regimento seja respondido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pronto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. disse que por acordo pode ser feito. No início da sessão, quando V.Exa. não estava presente, foi feito o acordo. Ele foi adotado pela Comissão. É ele que vai ser seguido. E vamos ganhar tempo, dando continuidade e prestigiando os Deputados da Comissão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu posso contestá-lo, porque é antirregimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. não estava no início da reunião.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A questão de ordem será dada.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - A questão de ordem que eu faço é a seguinte: em primeiro lugar, nós concordamos com o procedimento inicial que V.Exa. adotou para esta reunião.

É óbvio o art. 221, §5º. No caso, com a presença de Ministro na Comissão, os Líderes, após a fala do Ministro, terão 5 minutos para se pronunciar.



Nós entendemos que o acordo que foi feito no início desta reunião deverá ser mantido; se não, eu peço a palavra agora como Líder do partido, porque, se os demais Deputados e Líderes assim insistirem, está rompido o acordo.

Portanto...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou insistir: eu quero cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O acordo foi feito e será mantido.

O Deputado Jilmar Tatto com a palavra, pelo tempo regimental de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não, negativo, não concordo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É S.Exa. na sequência de inscrição, Deputado Pauderney. V.Exa...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho) - Ele estava inscrito para falar pela Liderança do PT. O Deputado Jilmar, que é Líder, tem a precedência, Deputado Pauderney, como teria o Deputado ACM Neto, se chegasse aqui. É natural pela inscrição da Liderança do partido.

Então, o Deputado Jilmar Tatto fala pela Liderança do PT e o Deputado Onyx Lorenzoni fala como inscrito; V.Exa. fala como Líder e o Deputado Amauri Teixeira fala como inscrito; o Deputado Garotinho fala como Líder e o Deputado Taumaturgo Lima fala como inscrito; o Deputado Ivan Valente fala como Líder e o Deputado Valmir Assunção fala como inscrito, e por aí vai.

Quem chegou mais cedo e se inscreveu tem a precedência.

Deputado Jilmar Tatto tem a palavra pelo tempo de 5 minutos, iniciando às 13h23min.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, parabênz V.Exa. pela condução dos trabalhos, bem como ao Deputado Edson Santos.

Quero cumprimentar o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ex-Deputado Federal e nosso colega; o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro, e o Superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Dr. Troncon.



Quero dizer, primeiro, que neste Governo, diferentemente do que falou o Líder da Oposição e do PSDB, os Ministros estão aqui para responder a qualquer pergunta, a qualquer pergunta. Estão aqui o Diretor da Polícia Federal e o Superintendente que investigou esse caso específico.

Quero dizer, Ministro, que V.Exa., nos últimos tempos, além do histórico de serviços prestados à nossa população, particularmente do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo por ocasião das CPIs de que V.Exa. participou para investigar a máfia dos fiscais, que V.Exa. teve, nos últimos tempos, uma ação muito importante. E qual foi essa ação?

Em função do que estava acontecendo no Estado de São Paulo — e que está acontecendo ainda hoje, pois o crime organizado está matando dezenas de policiais todas as semanas —, o Ministro da Justiça conversou com o Governador Alckmin e depois conversou com o Secretário de Segurança Pública colocando o Ministério da Justiça e a Polícia Federal à disposição. Rejeitaram, no primeiro momento; depois, tiveram que se curvar e aceitar o apoio do Governo Federal. Tanto é que o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo caiu também em função disso, além de em função do crime, que está matando policiais inocentes. E não são policiais que estão na ativa, que estão no combate direto ao crime. São policiais aposentados, policiais à paisana, policiais que são assassinados pelo crime organizado na sua hora de folga. E houve, no primeiro momento, uma ação do Governado do Estado de São Paulo de recusar esse tipo de apoio.

Quero dizer, Ministro, que a condução de V.Exa. à frente do Ministério da Justiça, particularmente da Polícia Federal, não tem um óbice, porque é uma condução republicana. E eu não vejo, em nenhum momento, um membro da Polícia Federal — e aqui estão dois delegados de carreira da Polícia Federal — dizer que tem interferência política na Polícia Federal.

Já tivemos Oposição melhor, é verdade. Mas por que a Oposição talvez tenha sido melhor nos Governos anteriores? Talvez porque houvesse dificuldade, do ponto de vista de comportamento, do Estado. Hoje, a Polícia Federal tem autonomia. Hoje, o Ministério Público atua de forma independente, mesmo às vezes havendo denúncias de irregularidade, porque isso faz parte da democracia.



Nós tínhamos um Procurador-Geral conhecido como “engavetador-geral” em Governos anteriores. Hoje, não se fala mais que o Procurador-Geral é “engavetador”. Nós tínhamos ações, nos Governos anteriores, que diziam claramente que várias investigações estavam sendo jogadas debaixo do tapete. Hoje, ninguém fala que as investigações estão sendo jogadas debaixo do tapete. Tanto é que nós do PT estamos cortando na própria carne.

Nós reconhecemos isso e nós queremos que a Ação Penal nº 470, em que há vários companheiros do PT sendo investigados e condenados... Vai chegar também, quem sabe, o mensalão do PSDB, que foi o primeiro de Minas Gerais. Mas nós não queremos partidarizar. Compete à Polícia Federal, ao Ministério Público, aos órgãos competentes atuar, investigar e ir ao Judiciário.

É este País que nós estamos construindo. É esta democracia que nós queremos consolidar. É por isso que o Ministro de Estado está aqui hoje, para falar de um problema de mais uma operação, a Porto Seguro, deixando claras todas as investigações.

Agora, nós não podemos invadir jamais a intimidade das pessoas. O art. 5º da Constituição deixa isso muito claro. E nós pagamos um alto preço, em relação ao art. 5º, quando ele ainda não existia, na época da ditadura. Hoje, as garantias individuais têm que ser cuidadas. Isso é um patrimônio conquistado pelo povo brasileiro. Por isso que a investigação vai continuar.

Está de parabéns, Dr. Troncon.

Está de parabéns, Dr. Leandro.

A Polícia Federal está fazendo o papel dela, doe a quem doer.

Por isso que, quando estávamos na CPI do Cachoeira e surgiu o nome do Governador Marconi Perillo, ele foi investigado. Está no relatório. Quando houve dúvida em relação ao jornalista Policarpo Júnior da *Veja*, que foi no primeiro momento colocado no relatório e depois retirado pelo Relator... Isso é sinônimo de que não há gente isenta em relação a quem quer que seja.

(Não identificado) - Olha o tempo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Foi por isso que, quando se falou do Procurador-Geral Gurgel, que o Ministério Público, o Conselho Nacional...



(Não identificado) - Dos 5 minutos já foram 6. Começou 23. São 29. Para quem sabe matemática, 29 menos 23 são 6.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - O Conselho Nacional do Ministério Público tem que apurar quando há irregularidade relativa a qualquer promotor. É disso que se trata.

Eu sei que a Oposição se incomoda muito, porque, quando a Situação fala, nós falamos de um país que está dando certo, um país que está se esforçando para crescer, para gerar emprego, um país que está se esforçando para acabar com a miséria. E este Governo está assim fazendo. O País está se passando a limpo, doa a quem doer, e isso incomoda muita gente. Mas nós vamos continuar nesse rumo, no rumo de que quem comete crime tem que ser investigado, tem que ser condenado, o rumo daqueles que querem um país para todos e onde todos possam ter condições de se defender e, ao mesmo tempo, de falar o que pensam, e muitas vezes nós tivemos essa oportunidade.

Parabéns, Ministro. Parabéns à Polícia Federal pela condução do trabalho de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado.

Com a mesma tolerância, Deputado Onyx Lorenzoni.

(Não identificado) - Pode falar por 7 minutos, Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu tenho reiterado várias vezes o respeito e a admiração que eu tenho pelo amigo, porque o conheci em momentos difíceis desta República.

Quero lembrar a participação honrada que V.Exa. teve na CPI dos Correios. Quero lembrar que, se hoje há uma ação penal dentro do estrito cumprimento de suas responsabilidades como Parlamentar, V.Exa., naquela época — volto a dizer — , teve uma atitude digna para que o Brasil pudesse conhecer um lado muito triste da história recente desta República.

Eu também quero lembrar que V.Exa. cumpre um papel extremamente espinhoso neste momento, na medida em que este não é um simples caso de operação da Polícia Federal, este é um caso grave e talvez vá ser um emblema de um período da história republicana brasileira, talvez o período em que o partido de



V.Exa. esteve no poder vá se simbolizar neste episódio. Porque só se pode compreender com as palavras do Líder que me antecedeu que ao que estamos assistindo no Brasil é uma concessão de quem está no poder. Mas não é; são garantias constitucionais.

A Polícia Federal, que age sob o comando equilibrado de V.Exa., cumpre profissionalmente a sua missão. Então aqui não há nenhum privilégio, nenhuma obra de um governante ou de um grupo de governantes. Não. O que temos aqui é a consolidação democrática. O resto é conversa fiada.

Uma coisa importante que eu quero trazer e lhe questionar: a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal tem condições de trazer a Sra. Rosemary Nóvoa de Noronha a qualquer uma de nossas comissões? Se ela não quiser, não. Tem condição de trazer o Sr. José Weber de Holanda? Aliás, se o Governo fosse sério mesmo, Sr. Ministro, o Ministro-Chefe da AGU tinha que estar demitido. Não é possível. Ele bancou esse cidadão, o Sr. Weber, que já tinha um histórico: ele não tinha uma biografia, ele já tinha uma certa ficha corrida de acusações graves.

O que eu vejo na atual Presidente é o seguinte: ela reage, mas quando é que ela vai pró-agir? Quando é que a estrutura competente da Polícia Federal vai conversar direitinho com o Ministério Público, com o TCU, com a CGU? Porque, se se vai ao Senado Federal e se analisa os dados da CPI do Cachoeira, o que se encontra? A mesma coisa.

Caro e respeitável Ministro José Eduardo Cardozo, aquilo a que assistimos na CPI dos Correios... V.Exa. vai lembrar que lá atrás, há 7 anos, os órgãos de Governo nunca conversaram entre si — e continuam não conversando. Quando abrimos, nas operações daquela CPI, o sigilo fiscal e bancário do esquema do Marcos Valério... Mas como não se chegou a esse crescimento patrimonial? Como é que ninguém viu as operações financeiras violentas? O Deputado Carlos Sampaio estava lá e há de lembrar. E houve, ao final daquela CPI, a recomendação de que se criasse o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, em que os órgãos, como o SISBACEN, que V.Sa. conhece, conversariam entre si.

Ninguém conversa no Brasil! E, quando chega perto da Presidência da República, a operação “abafa” é imediata. De independente neste País há o



Ministério Público, alguma coisa do TCU e ponto. O resto, quando chega perto do poder verdadeiro, sucumbe.

E eu quero lhe perguntar: V.Exa. viu lá, e eu estou vendo de novo na CPI do Cachoeira, um grupo de Parlamentares — está aqui o Deputado Rubens Bueno — que foi ao Procurador-Geral da República, o mesmo que alguém aqui disse que tem independência e que não engavetava, mas que esse mesmo alguém queria indiciar. Nós fomos lá entregar, Ministro, um documento que mostra o caminho das pedras, porque na CPI que irá se encerrar tristemente talvez no dia de amanhã, 500, vou repetir para a Polícia Federal — é bom ouvir — 545 milhões de reais foram lavados em 5 anos por uma empresa que, por coincidência da sorte, é a que mais recebe dinheiro do Governo Federal. No ano posterior ao que o ex-Ministro José Dirceu, consultor então, assume a consultoria da empresa, ela fatura, só no DNIT, com aquele cidadão que pagou, muito correto, que todos conhecem, e recebe o dobro do que as 5 maiores empreiteiras brasileiras recebem. Isso não foi ao acaso. Nada é ao acaso.

Então, a pergunta que quero fazer, Sr. Ministro, é que, se V.Exa. fosse Deputado Federal, V.Exa. não assinaria uma CPI, porque, para trazer essas pessoas que devem explicações ao Brasil, é só uma CPI. Não tem outro jeito! V.Exa. sabe o poder que uma CPI tem de buscar a informação, de buscar a verdade.

O Brasil mereceria, para esse caso, uma CPMI, e eu pergunto se V.Exa. assinaria essa CPI. Eu queria também perguntar se o Ministério Público participou dessa operação em alguma fase, a não ser ler lá o tempo da quebra do sigilo, que, inexplicavelmente, não se faz. Há vazamento do sigilo telemático da Sra. Rose, mas não há a efetivação do acompanhamento das ligações telefônicas. Isso, tecnicamente, é muito curioso para eu entender. Respeito a Polícia Federal, mas tenho dificuldades de compreensão.

E com quem ficou essas gravações? Foi dito aqui pelo Dr. Troncon, que faz um trabalho sério, que está lá com a Polícia Federal. Eu queria só saber se isso se confirma e se vai ser, *in totum*, levado ao Judiciário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado Onyx Lorenzoni.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Para finalizar, três perguntas, muito rapidamente: o senhor conhece pessoalmente a Sra. Rosemary Noronha? O senhor se recorda dela na presença da assessoria do ex-Presidente Lula, ou o senhor participou com ela de alguma viagem? A Sra. Rosemary tem passaporte diplomático?

E a última pergunta que eu quero lhe fazer: quando as delegações brasileiras iam ao exterior, havia uma lista do Itamaraty. Uma informação que tem circulado é a de que a Sra. Rosemary acompanhou, em diversas viagens internacionais, sem estar na lista do Itamaraty. Como é que a Polícia Federal procedia? Ela tinha registro de saída e de entrada, como qualquer cidadão comum? Ou simplesmente os detentores do Poder colocavam-na dentro do Aerolula, sem dar satisfação à sociedade brasileira, nesse ato representado pela Polícia Federal? Essa é a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Encerrado o bloco de 6 Parlamentares, o Ministro José Eduardo Cardozo procederá ao uso da palavra para respondê-los. Na sequência seguinte falarão o Deputado Pauderney Avelino, como Líder; o Deputado Amauri Teixeira, como inscrito; o Deputado Garotinho, como Líder; o Deputado Taumaturgo Lima, como inscrito; o Deputado Ivan Valente, como Líder; e o Deputado Valmir Assunção, como inscrito.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Bem, agradecendo a V.Exas. as perguntas, eu vou tentar reuni-las em blocos, porque algumas perguntas, mais uma vez, se casam.

Uma das questões que me pareceu recorrente é inclusive colocada sob a seguinte ideia: será que um Governo controla órgãos em que há irregularidades? Será que não há perda de controle? O fato de existir uma irregularidade num órgão significa não controlar?

Permitam-me fazer algumas considerações que considero importantes. Uma coisa é o controle, outra coisa, infelizmente, são rivalidades que acontecem sem que nós, que chefiamos ou comandamos, saibamos. Não há estrutura administrativa em nossos gabinetes — nossos não, porque eu não tenho mais gabinete parlamentar.



Mas me permitam somar: nem nossos gabinetes parlamentares, em que nós nomeamos e escolhemos as pessoas, são absolutamente preservados de situações irregulares que possam ser praticadas por assessores. E eu, nesta Casa, quando era Deputado, vi várias vezes Parlamentares honestos, corretos, vitimados, muitas vezes, por ações de assessores. Quantas vezes isso aconteceu? Quantas vezes nós nos enganamos em nomeações? Nomeações ou situações de convivência.

Eu me recordo, Deputado Onyx, meu querido amigo de tanto tempo, que eu tinha um Senador da República em altíssima conta, embora adversário meu, politicamente. Eu o recebia no meu gabinete e o ouvia. Fui premiado, com esse Senador da República inclusive, por combate à corrupção. E qual não foi a minha surpresa quando, depois, na Operação Monte Carlo, eu percebi esse Senador envolvido com uma quadrilha. Independentemente da disputa política que tinha com outros partidos, aquilo me doeu, porque eu me senti enganado. Eu me senti. E repito: várias vezes, Parlamentares desta Casa sentiram-se enganados por pessoas muito próximas.

Eu não posso, portanto, fazer nenhuma imputação ao Ministro Adams. Permita-me defendê-lo. Não há nada no inquérito em relação ao Ministro Adams. Nada. Ele escolheu alguém em quem confiou, como tantas vezes nós escolhemos em quem confiamos e, lamentavelmente, essa pessoa pode — não vou dar juízo definitivo, porque, como eu disse aqui, nós estamos falando de indiciamentos — haver incorrido em faltas gravíssimas.

Nós não podemos jamais, acredito eu, ser tão implacáveis assim. As escolhas humanas, às vezes, nos geram muita confiança e, depois, descobrimos coisas que não sabíamos. Quantas vezes, nas nossas próprias casas, em nossas famílias, acontecem coisas que nós não sabemos? Isso significa que não controlamos as nossas vidas? Não.

Deputado Quartiero, eu tenho controle, sim, da FUNAI. Se existem situações ilegais, apresente-me, individualizadamente. Eu as apurarei e punirei, Deputado, como digo em relação a qualquer situação que possa ser colocada, em relação a qualquer órgão.



Certa feita, eu me recordo, Deputado Onyx Lorenzoni, de uma frase — eu não me recordo se foi de V.Exa. ou do Deputado Ronaldo Caiado, meu amigo Caiado — que eu acho rigorosamente correta, em que pese a distância partidária que nos separa. Eu me recordo de que, quando houve o episódio que envolvia o Governador de Brasília também numa investigação e quando o acusava — “V.Exa. também defende a moralidade? Como é que fica agora essa situação agora, Governador?” —, V.Exa. disse uma frase correta: “Irregularidades podem acontecer. O importante é como se reage diante delas”. Foi frase sua, não é, Deputado Onyx? Eu me lembrei bem.

Foi exatamente o que aconteceu neste caso: diante de irregularidades no Governo, a intolerância com o malfeito tem que se expressar, não se pode aceitá-las. E, no Governo, a Presidenta Dilma Rousseff agiu com bastante vigor, exonerando, mandando abrir sindicâncias e dizendo: “Polícia Federal, apure. Doa a quem doer. Não criem obstáculos a nada”.

É claro que a questão de convocações no Parlamento V.Exas. discutirão. O Governo não tem uma posição para dizer: “Não convoque A, B, C ou D”. Essa é a posição do Parlamento. Quem o Parlamento achar que tem que convocar, convoque. É legítimo que se prestem esclarecimentos quando forem necessários.

Mas a Polícia Federal cumpre o seu papel, está cumprindo o seu papel. E garanto a V.Exa. que, se a Polícia Federal não cumprir seu papel, eu pagarei um ônus muito pesado à Presidenta Dilma Rousseff, porque ela não tolera esse tipo de situação.

Não há, repito, estrutura administrativa que seja impermeável a desmandos. Eu mesmo já tive situações em que me considerei traído por pessoas que nomeei e situações de pessoas que usaram o meu nome, inclusive, até recentemente. Soube que pessoas utilizavam o meu nome para captar clientela, dizendo que eram amigos meus e que, portanto, teriam certa proximidade comigo.

Eu, quando soube, obviamente, agi. Ocorre que nem sempre nós temos o poder da onisciência. Alias, nem sempre, não; nunca temos o poder da onisciência, mas o poder da ciência do que acontece.



E posso lhe garantir, portanto, Deputado Onyx, que, em relação a essas nomeações, seguramente, o Ministro Adams, quando nomeou o seu adjunto, avaliava, porque o conhecia, que era uma pessoa séria.

Uma pergunta que me foi feita pelo Deputado Rubens Bueno: “O senhor nomearia o Adjunto Weber?” Se eu confiasse nele, como, possivelmente, o Ministro Adams confiava no momento, nomearia. Hoje, após a ciência dos fatos, não nomearia.

A ficha passada dele foi avaliada pelo Ministro Adams, que o conhecia, como absolutamente não comprometedor da situação. Eu já nomeei pessoas que estavam sob processo. Aliás, quem está na vida pública, Deputado, está sujeito a processos.

Quantas pessoas honradas nós temos aqui que são Prefeitos e que têm ações de improbidade e que poderiam, perfeitamente, assumir cargos relevantes na República?

Por isso a Lei da Ficha Limpa é sábia. A Lei da Ficha Limpa diz que quem é condenado em segunda instância, sem efeito suspensivo, é que não pode ser nomeado. E esse critério foi adotado pela Presidenta Dilma Rousseff em relação aos cargos.

No caso do Sr. Weber, nem condenação ele tinha, e o Ministro Adams, diante desse quadro, avaliou que ele deveria ocupar o cargo. Não houve ofensa ao critério da Presidenta, que é da Lei da Ficha Limpa, aprovada por esta Casa. A situação era absolutamente regular.

Às vezes, nós nos enganamos. No caso, portanto, eu não posso culpá-lo, como não culparia nenhum dos senhores que estão aqui por haver, às vezes, situações de nomeação que acabam não correspondendo com uma imputação dessa natureza. Acho que seria injusto se nós o fizéssemos.

Em relação ainda à situação da Sra. Rosemary, eu há pouco recebi uma mensagem que me dizia que um jornalista, por quem tenho altíssimo apreço, dizia que eu estou fazendo um esforço tremendo para defender a Sra. Rosemary. Eu fico pensando, às vezes, como a linguagem política é diferente da linguagem técnico-jurídica e da linguagem jornalística.



Em nenhum momento eu defendi aqui a Sra. Rosemary. Eu disse que ela está indiciada em três delitos sérios: falsidade ideológica, em duas situações — na empresa New Talent e na Faculdade de Dracena —; tráfico de influência — e com isso também eu respondo a outra pergunta que foi feita, se ela estava sendo acusada de tráfico de influência: sim, está indiciada por tráfico de influência — e corrupção ativa.

Mas eu não posso dizer o que os autos não revelam. Ela não foi indiciada em quadrilha pela Polícia Federal. Por quê? Porque ela era um dos vários contatos que intermediavam situações, e não do núcleo que integrava, de forma estável, a quadrilha. Por exemplo, a Sra. Rosemary não tem atuação registrada em várias situações em que a quadrilha atuava. E essa é uma apreciação técnica. Imaginar que eu estou aqui fazendo um esforço para defendê-la — chega a ser comovente—, como o jornalista disse agora, acho que é, infelizmente, uma avaliação jornalística.

Talvez, na vida jornalística e na vida política, nós quiséssemos muito certas situações, que, tecnicamente, não sei nem como que se colocam. Nós temos que ser técnicos nesta hora. Somente quem examinou os autos do inquérito, e as autoridades policiais o fizeram, é que pode ter um julgamento dessa questão.

Um membro do Ministério Público Federal, honradíssimo, analisou tudo isso e compartilhou da posição. Será que, lendo notícias de jornais, nós podemos chegar a conclusões diferentes? Será que nós podemos imputar coisas dessa forma?

Eu acho que nós não podemos pensar politicamente quando se fala em crime. É evidente que, no pensamento político, em relação à Sra. Rosemary, quanto mais foco se botar em certos setores, melhor para a disputa política. Eu entendo isso na vida. Mas, quando nós falamos de processo criminal e falamos de penas, nós temos que ser cuidadosos.

E é isso o que se coloca. Ela foi indiciada em três crimes e não é considerada como membro da quadrilha. Ela é utilizada pela quadrilha, o que não a abona em absolutamente nada, cometeu ilícitos, e ilícitos graves, mas nós temos que dizer as coisas como elas efetivamente são.

Quero ponderar também uma coisa que me parece ser absolutamente importante. O Deputado Bruno fala do nome da Operação. Por que Porto Seguro? Sinceramente, eu não sei. Como eu só sei da operação ao final, eu não sei a razão



do batismo. Mas posso ter ilações — o Dr. Troncon pode me corrigir. Boa parte das atividades está no Porto de Santos. E acho que, por estar no Porto de Santos a questão principal, do ponto de vista da suma financeira envolvida, devem ter extraído a expressão Porto Seguro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E da Agência das Águas.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E da Agência das Águas.

É como a Operação Durkheim. Por que se chama Durkheim? Talvez, por causa de *O Suicídio*, imagino eu. Ou seja, sinceramente, eu não participo do batismo, apenas deduzo as razões pelas quais elas foram efetivamente colocadas.

Finalmente, há uma pergunta interessante, do Deputado Rubens Bueno, a quem, aliás, agradeço a cortesia da pergunta. A pergunta é: por que foi feita essa apuração? Ela não era para ser feita na época da eleição? Eu já vi duas versões na imprensa, Deputado, as duas bastante curiosas. Uma delas é a seguinte: ela ia ser feita na época da eleição, e, insinuando-se uma influência política, deixou-se para mais tarde. A outra é que se esperou o final do mensalão para dar continuidade ao escândalo, porque era uma armação da Polícia Federal contra mim. Ou seja, duas teses contraditórias.

Ao se examinar o relatório da Polícia Federal, fica evidente o que acontece. Como eu disse, havia quatro etapas, que o delegado responsável, Delegado Hiroshi, conduziu. Na terceira etapa, ele diz: *“Já havia condições de fazer busca e apreensões”*. Inclusive, nós já havíamos solicitado. Porém, com a análise do material, se percebeu que, se se fizessem as buscas e apreensões que, naquele momento, estavam dadas, isso prejudicaria o andamento da investigação. Então, nós seguramos. Conversamos com a promotora e com o juiz e resolvemos continuar com as escutas, as interceptações, para, depois, quando se desencadeasse a operação, termos um universo mais amplo. Foi essa a razão, uma razão estritamente técnica, segundo o relato do delegado.

Finalmente, outra vez a questão da Rosemary Noronha. Eu recebi muitos Parlamentares do Senado e da Câmara, sempre reclamando que a Polícia Federal não tinha critério no caso de grampos. É a primeira vez que eu recebo uma reclamação de falta de grampo. Sempre recebi reclamações do oposto.



O que eu posso dizer, e não foi decisão minha, mas uma decisão dos delegados, é que há uma apreciação técnica. O objeto da investigação é este, eu tenho um núcleo que está perpetrando desmandos, detecto irregularidades em vários órgãos, algumas já consumadas. Onde eu vou concentrar a ação investigativa em que há justa causa para uma interceptação telefônica? Naqueles delitos que eu posso agora comprovar com a interceptação. No que foi, já está dado. Parece-me que é este o caso da Sra. Rosemary. Aliás, ela não foi a única investigada que não foi grampeada. Há muitos outros.

Ou seja, o critério da autoridade policial não é o critério da política nem o critério do jornalismo, é um critério que resulta dos autos. Somente quem examina os autos, acredito, pode fazer uma crítica correta a isso ou não. Do que eu pude examinar, dos relatórios que tive, da conversa que tive com o delegado, com o Dr. Troncon e com o Dr. Leandro, a decisão foi absolutamente técnica e fundada. Aliás, se errou o delegado, errou o Procurador da República, errou a Sra. Juíza de Direito, que também acompanhava todo o procedimento, legitimando as interceptações que foram feitas.

Perguntam-me: *“O Ministério Público acompanhou?”* Acompanhou tudo. Absolutamente tudo. E tudo o que foi feito nos autos o foi com autorização judicial. Portanto, considerando, e todos aqui reconhecem, que a Polícia Federal tem tido e tem uma atuação republicana, imaginar que, nesse caso, possa ter havido algum tipo de temperamento político não condiz com a história da Polícia Federal e não condiz com a realidade dos fatos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só uma pergunta que eu considero relevante, sobre as viagens internacionais. Há um questionamento que deve entrar agora com o Deputado Garotinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - As últimas perguntas do Deputado Onyx Lorenzoni, se o Ministro puder se reportar a isso...

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Perdão, Deputado Onyx, foi porque eu tinha me referido a isso pouco tempo atrás.

Eu nunca viajei com o Presidente Lula, pelo menos em viagens internacionais; nacionais, como Deputado, eu fiz uma vez. Então, sinceramente, eu



não posso dizer quem acompanhava ou quem não ia a viagens internacionais durante o Governo Lula. Não sei dizer.

Hoje, no Ministério da Justiça, eu não cuido dessa parte, nem em relação ao passado nem ao atual. Então, eu não tenho como responder qual é o critério, como isso funcionava, como se escolhia, etc. O que existe é uma relação de nomes que é passada para embarque. Eu não sei se isso tem uma característica diferente, Dr. Troncon.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A questão, Sr. Ministro, para tentar elucidar apenas, é que o que tem sido veiculado é que, em muitas listas produzidas pelo Itamaraty, essa senhora não constava, mas as pessoas dizem que ela embarcava. Mas aí a pergunta: esse embarque, a Polícia Federal colocava no passaporte dela?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O Dr. Leandro, inclusive...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu só quero entender essa mecânica.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu não tenho como responder isso, porque isso não consta do inquérito nem é atribuição do Ministério da Justiça.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, não, não. Isso é além do inquérito.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas o Dr. Leandro pode explicar a V.Exa., junto com o Dr. Troncon. O Dr. Leandro foi Superintendente em São Paulo e tinha uma atuação muito forte no aeroporto.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E a pergunta se o senhor ia assinar a CPI.

SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Qual? Essa parte da Polícia Federal, sim. Mas controlar quem viaja e quem não viaja, a relação de quem vai pelo Itamaraty...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Do Itamaraty. De quem entra e quem sai.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Esta, sim, é. Não é a outra. A outra, de quem viaja, quem não viaja, está na lista, o Dr. Leandro pode esclarecer.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu quero esclarecer bem. O Itamaraty tem uma lista de quem faz viagem internacional, e essa lista é publicada no Diário Oficial da União. É uma exigência da Lei de Transparência. A informação que circula é que essa lista existia. E, em várias delas, essa senhora não constava, e ela, mesmo assim, embarcou e fez viagens. Esse é o questionamento: como é que se monitora isso?

E a pergunta que o Ministro não respondeu é se ele assinaria a CPI.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Deputado, eu vou lhe falar francamente, como sempre lhe disse. Desde que o meu partido deliberasse que deveria ser feito assim, eu o faria.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tenho certeza que eu coletaria a sua assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Ministro pediu 5 minutos de intervalo para poder ir ao toalete.

Enquanto isso, o Dr. Leandro e o Dr. Troncon prosseguem com as respostas perquiridas.

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Sr. Presidente, para nós, a questão do controle migratório é clara. Nós não entramos no mérito de listas e comitivas. A Polícia Federal controla a entrada e a saída do País e registra isso. Nesse registro, não vai constar se é comitiva ou não; vai constar a data de entrada e a data de saída. É só o controle migratório.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas a pergunta é: quando sai o avião presidencial, há uma lista de pessoas que foi registrada pelo Itamaraty e é publicada pelo Ministério no Diário Oficial da União. Se eventualmente há uma terceira pessoa — esse é o critério, essa é a pergunta objetiva —, por uma série de razões, essa pessoa, que não vem ao caso aqui discutir, não constava da lista publicada pelo Itamaraty no Diário Oficial para uma missão “x”. Mas o que nós temos de informação é que essa pessoa embarcou. A Polícia Federal cancelou o passaporte na entrada e na saída? Ou, como era o Aerolula, não fez isso?

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - A Polícia Federal não controla pela lista; controla pelos passageiros e pelo passaporte, ou pelo documento que o habilite a sair do País.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mesmo o avião presidencial? Quer dizer, um Ministro de Estado vai passar pela Polícia Federal para carimbar o passaporte?

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Ele informa à Polícia Federal todo...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - No ato do embarque?

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Todo mundo informa pelo passaporte, se o passaporte é carimbado, todos que saem e entram no País.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Certo. Então, nesse caso,...

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Deputado Onyx...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pois não, Presidente Edson.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Eu queria só ajudar nessa discussão. É que, como Ministro, eu tive oportunidade de viajar com o Presidente Lula e o nosso passaporte evidentemente era recolhido e feito o registro da saída e do nosso retorno ao País.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, nesta hipótese, se eventualmente não tivesse na lista, estivesse acompanhado a delegação, o registro foi feito da saída pela Polícia Federal e do retorno. É isso?

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um questionamento apenas. O passaporte da Sra. Rosemary foi recolhido pela Polícia Federal para verificar entradas e saídas?

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Podemos verificar. No momento eu não saberia informar se há ordem judicial para recolhê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Se não o foi, fica como sugestão da Presidência da Comissão de Segurança Pública, já que é obrigatório ela dar entrada e saída, isso elucidaria de uma vez por todas essas viagens.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Uma outra informação, Sr. Presidente: se esse passaporte é diplomático ou comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exatamente essa informação, se é diplomático. A PF tem essa informação?



O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Os passaportes diplomáticos são controlados pelo MRE e não pela Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas a expedição é acompanhada pela PF e fica o registro.

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Não. O MRE expede e entra no sistema. Quem tem que informar é o MRE, não a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então eu sugiro que a Comissão faça essa consulta ao MRE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Comissão fará essa consulta e encaminhará à Polícia Federal que controla as investigações. Como sugestão, a possibilidade de que o passaporte da Sra. Rosemary seria bem-vindo para a elucidação dos fatos e a transparência como a melhor forma nesse sentido.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, a entrada e a saída de qualquer cidadão brasileiro do País fica registrada no sistema de imigração. Então, não é necessário ter o passaporte. Basta consultar o sistema de imigração que é do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Melhor ainda se tiver os dois.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu acho que a sua observação, Presidente, é importante. O Ministro Edson disse que qualquer entrada ou saída do País fica o registro na Polícia Federal, que fica com o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça podia nos enviar as entradas e saídas dessa senhora. Ajudaria a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acredito que, se o Ministro José Eduardo Cardozo pudesse se comprometer com essa informação para a Comissão de Segurança Pública, será muito bem-vinda.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Perdão. Eu cheguei agora, de uma rápida ausência, e não entendi nada.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu vou tentar esclarecer o Ministro: o que nós estamos tentando apurar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Onyx...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, mas serão 30 segundos. Então, V.Exa. esclareça.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu esclareço rapidamente. O Ministro não viu... Para o Ministro tomar conhecimento, que é importante, o que foi tratado aqui é que chegou a informação de que qualquer cidadão, para entrar e sair do País, mesmo indo no Aerolula, ele tem que ter o carimbo registrado em seu passaporte.

Então, que o Ministério da Justiça forneça à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado as informações sobre as entradas e saídas do País em nome da Sra. Rosemary.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Apenas quero fazer uma observação, Deputado Garotinho, a quem cumprimento.

Recentemente fiz um pedido dessa natureza relativo ao Dr. Sérgio Cabral. Nós tivemos um problema técnico para responder a esta pergunta, porque eu não posso informar de viagens privadas, sob pena de quebra de sigilo. Eu posso apenas informar de viagens no exercício do cargo público.

Então, se V.Exas. perguntarem no exercício do cargo público as viagens que foram feitas, indicando-as, isso na hora será deferido. Caso contrário, eu tenho um problema, segundo o parecer...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Desculpe, Sr. Ministro de Estado, mas não há viagem privada no avião presidencial.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É que V.Exa. pediu entradas e saídas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Em viagens...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Em comitiva...

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu pediria que V.Exa. apontasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sugiro que a Secretaria da Comissão tome as providências para a preparação do requerimento. Vamos dar ordem às falas.

Com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas a Polícia Federal não respondeu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eles tiveram direito à fala. Não responderam. E V.Exa. tem o direito de perguntar a qual pergunta se reporta.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu perguntei. O senhor não anotou, Dr. Troncon?

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Eu tenho anotado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tem anotado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Delegado Troncon teve a palavra, não se reportou, mas ele tem tempo para responder.

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Rapidamente. Anotei a pergunta do Deputado Bruno Araújo: que ela não foi indiciada por formação de quadrilha. Vale lembrar que os indiciamentos pela prática de crime de corrupção passiva, tráfico de influência, que são crimes formais, que não dependem de prova material, eles se sucederam no dia das buscas, porque a prova já estava constituída. Durante as buscas e no decorrer das buscas, vários documentos foram arrecadados e apreendidos, documentos em papel, documentos em meio eletrônico. Esses documentos estão sob análise e levarão ainda algumas semanas, possivelmente até o começo do próximo ano. Se eventualmente, no curso dessa prova que resta analisar, surgirem indícios ou comprovações de prática de outros crimes, seja por essa senhora, seja por qualquer outro, os indiciamentos ocorrerão mais adiante. Naquele momento das buscas, não havia indícios robustos para apontar a formação de quadrilha e a sua participação.

Segunda pergunta: nome da operação. O Ministro está certo. Relembrando, de novo, a cronologia que eu passei para os senhores. O fato começa com uma denúncia, uma notícia de crime trazida por um então servidor público federal. Essa denúncia se relacionava a um processo, a uma corrupção de um agente público para beneficiar uma empresa vencedora de uma licitação para ocupar um espaço no Porto de Santos.

Então, seguindo a metodologia, eu quero fazer um parêntese. A equipe de investigação nomeia, dá nomes à operação como uma forma de a ela se referir sem apontar o número de processo, de inquérito que fosse, em caso de algum vazamento indevido, ilegal, facilmente identificado o procedimento original. E o nome sempre faz alguma associação ao objeto da investigação. Naquele momento, o



objeto da investigação era uma corrupção de agente público, para favorecer uma empresa no Porto de Santos. Não havia nenhuma outra pessoa envolvida naquele momento. Foi surgir muito tempo depois.

E o terceiro ponto que eu anotei — aí já não era mais do Deputado Bruno Araújo, mas do Deputado Rubens Bueno — diz o seguinte: “*Olha, as 122 ligações que o senhor disse...*” Eu repito: isso foi um equívoco da imprensa. Não houve interceptação telefônica dessa senhora e muito menos interceptação que fosse do conhecimento, ou que constou desses autos entre ela e qualquer ex-Presidente, ex-Deputado, quem quer que seja. Não houve. Pura e simplesmente, não. Em tese, eu respondi — aí, sim —, para a imprensa que se tivesse havido qualquer fato relacionado com pessoas que tiveram prerrogativa de foro, em razão da função e não mais o têm, seria uma pessoa investigada como qualquer cidadão comum. Essa foi a última pergunta que eu anotei.

Ainda do Deputado Onyx Lorenzoni...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Posso concluir? Porque tenho mais três coisas que agora...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É em cima disso que o senhor acabou de falar.

O senhor fala que é a pessoa do ex-Presidente. Mas o senhor diz — está aqui escrito — que o ex-Presidente Lula ligou várias vezes. Está escrito aqui. Então, o senhor não disse...

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Deputado, o senhor acredita em tudo o que a imprensa escreve? É tudo real?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas está escrito aqui, entre aspas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele já disse que já falou.

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Veja bem, eu estou dizendo que houve um equívoco da imprensa. Estou dizendo categoricamente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É do conhecimento público. Eu não sou policial. Sou Parlamentar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos evitar o debate paralelo. Vamos evitar o debate paralelo. Se tivesse gravado, tudo bem. Ele já disse que não está.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu tenho direito à réplica, à tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele está respondendo, Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele disse que vai concluir, vai aguardar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas eu também quero concluir o meu, porque eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, mas ele vai responder. Você não sabe nem se ele vai responder às suas perguntas.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas ele acabou de passar para outro Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, não, Deputado. Ele disse que tem três perguntas ainda para serem respondidas. Vamos aguardar. Deixe-o responder. Vamos evitar o debate paralelo para que V.Exa. possa...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não é debate paralelo. É direito à réplica, Presidente. Está no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. A réplica vem depois.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Questão de ordem, Sr. Presidente. Tem que garantir a fala de quem está na mesa e respeitar o Delegado da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E ele tem a fala garantida.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quem é que está sendo desrespeitado aqui, Protógenes? Que é isso, Protógenes?



O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Questão de encaminhamento...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Estou exercendo o meu direito à prerrogativa parlamentar! Que é isso, rapaz?!

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Deputado Rubens Bueno, respeito V.Exa. Mas V.Exa. está questionando um dado na imprensa, que o Delegado de Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Que ele não respondeu no primeiro momento. Ele respondeu agora!

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Mas agora. Está esclarecido para V.Exa.

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Mas eu respondi agora.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - V.Exa. é um Deputado respeitado, coerente, responsável e um dos que eu mais respeito aqui neste Congresso. Só uma questão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Protógenes.

Deputado Troncon... Dr. Troncon... Delegado Troncon, para continuar com a informação.

(Não identificado) - Já elegeu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É porque o Delegado Protógenes é Deputado. Aí o Delegado Troncon ainda não é, mas...

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Então, reafirmo que isso não foi dito. Eu creio que foi um equívoco da imprensa, no afã de produzir a notícia. Mas não foi dito, em momento algum, que havia essas ligações. Não foi dito. Por mim não foi dito. E, de fato, não existem essas ligações e nem houve interceptação telefônica dessa pessoa.

O Deputado Onyx ainda disse sobre a participação do Ministério Público Federal. Eu repito: o Ministério Público Federal atuou e atuou cotidianamente como fiscal da lei, que é o que ele deve fazer, acompanhando cada relatório da Polícia Federal, acompanhando cada passo produzido na investigação periodicamente. E



com a prerrogativa de, a qualquer momento, requisitar o procedimento e avaliá-lo com cautela, com calma, da forma que ele pretendesse.

Então, houve, sim, o acompanhamento *pari passu* tanto do Ministério Público Federal quanto do juiz, das garantias a quem eram destinadas essas medidas e solicitações de medidas invasivas.

A última que eu anotei — desculpe-me V.Exa. se porventura eu perdi alguma coisa — é a questão das ligações. *“Mas onde é que estão as ligações, as gravações telefônicas dessas sete pessoas? Estão com a polícia?”* Qual o procedimento de praxe? As comunicações, quando interceptadas com autorização judicial, elas são direcionadas para linhas e ramais indicados pela Polícia Federal, nas suas unidades de análise, e lá são gravadas por um sistema, até bastante difundido, que é o Sistema Guardião, ou o Sistema Sombra. São dois produtos nacionais que a Polícia Federal tem como adequados. E elas ficam gravadas digitalmente. Agora, periodicamente, a cada 15 dias, dentro do prazo da medida, solicitando uma prorrogação ou pedindo um encerramento, porque não há mais motivo para prosseguir, o relatório é encaminhado ao juiz do caso e ao Ministério Público, no caso o Ministério Público Federal, com a cópia integral de todas as comunicações. Então, nós temos a cópia integral de todas as comunicações no processo com a Justiça, ou no procedimento melhor dizendo, com o juiz do caso, com o Ministério Público e nos computadores da Polícia Federal.

Essa foi a última pergunta. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E, nesse momento, o processo está no Ministério Público, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está. Está tudo lá, Deputado Onyx Lorenzoni.

Vamos continuar com as falas.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tem que responder. Ainda está na polícia?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ô, Edson, tem que responder, responder!

(Não identificado) - Só uma observação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele já concluiu a fala dele, Rubens.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Concluiu, mas não houve a réplica. O senhor mesmo falou: *"Aguarde ele falar"*! O senhor mesmo pediu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele já respondeu, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É a terceira vez, a terceira vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Comissão está sendo tolerante.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Pois é, não está, não está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eles foram (*ininteligível*.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Por que não houve quebra de sigilo telefônico da Rosemary?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele já respondeu, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não respondeu. Não respondeu!

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Três vezes!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Respondeu à minha pergunta. Na primeira intervenção, ele respondeu e já falou sobre isso, Deputado Rubens Bueno. Foi a primeira pergunta. Talvez V.Exas. não estivessem aqui. Estou aqui desde as 10hs, quando nós começamos. São 14h10min, e ele já se reportou sobre esse assunto, Deputado Rubens Bueno.

Temos sido tolerante, temos conduzido de forma amistosa e vamos dar continuidade às falas. Mais uma vez, reitero a ordem.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, pela Liderança; Em seguida, Deputado Amauri Teixeira, como inscrito; Deputado Garotinho, pela Liderança; Deputado Taumaturgo Lima, como inscrito; Deputado Ivan Valente, pela Liderança; Deputado Valmir Assunção, como inscrito. É o próximo bloco de seis.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, pelo tempo de 5 minutos. Iniciando às 14 horas e 11 minutos.

Deputado Pauderney, se V.Exa. puder aguardar, pois chegou um telefonema urgente, e o Ministro pede um prazo.

Vou suspender a sessão por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Claro, aguardo, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um lanche, uma água, um banheiro. E se puder compartilhar o lanche, Deputado Rubens Bueno, V.Exa. é bem-vindo à mesa. *(Pausa.)*

A reunião está suspensa até às 14 horas e 15 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um minuto para o reinício dos trabalhos. *(Pausa.)*

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Retomados os trabalhos. Na sequência, solicitamos ao Sr. Ministro da Justiça que tome assento à mesa.

Agradeço a todos a atenção.

Dando continuidade aos trabalhos, às 14h16min, concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, pelo tempo regimental de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Muito obrigado a V.Exa.

Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, entendo que o Ministro José Eduardo Cardozo, como Ministro da Justiça, tem efetivamente se comportado como um Ministro do Estado brasileiro. Quero dar o meu testemunho, mesmo eu estando na Oposição, da forma como o Ministro José Eduardo Cardozo tem-se comportado. É óbvio que sua atuação como Ministro também é um reflexo da sua atuação como Parlamentar por 8 anos aqui nesta Casa.

Mas, caro Ministro, nem V.Exa. é policial nem eu sou policial. Nós somos políticos. O único anfíbio aqui é o Deputado Protógenes, que trata das duas questões.

Quero dizer que, como Ministro da Justiça, V.Exa. explicou muito bem a ação da Polícia Federal para elucidar essa questão. A bem da verdade, eu quero falar é da consequência, do que essa ação traz — administrativa, policial, está sendo tocada —, e eu acredito que a Polícia Federal tem a independência necessária para levá-la adiante sem que o Ministro da Justiça ou sem que o Governo possa interferir nela.

A questão é um tanto mais ampla quando se fala da questão administrativa e de pessoas que estão ligadas à Presidência da República, ao então Presidente da República, e às figuras, como o ex-Ministro José Dirceu, no caso da Sra. Rosemary,



que conforme consta, foi secretária do ex-Deputado e ex-Ministro José Dirceu por 12 anos, recentemente condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

Não há como negar que havia um esquema criminoso dentro da administração pública, dentro do gabinete da Presidência da República no Estado de São Paulo, elucidado pela Polícia Federal.

A formação de quadrilha foi configurada. O que falta agora? Ligar qual a efetiva função que a Sra. Rosemary Noronha tinha nesse esquema. Isso é fundamental para que nós, representantes do povo, possamos dar sequência e dar voz à população, dar voz ao povo, que quer uma ação desta Casa, em sequência à ação policial.

Entendo que essas agências foram alvo da ação da Rosemary, mas não acredito que tenham sido apenas da Rosemary. Porque as agências, no Governo do Presidente Fernando Henrique, quando criadas da forma como estão, tinham o poder de regulação.

No Governo Lula, esse poder de regulação das agências foi reduzido, dando novamente força aos Ministérios. E aí nós vimos que a contingência do enfraquecimento das agências vem no sentido de que, indicados pelo Partido dos Trabalhadores, ou seja lá por quem, para exercer a diretoria de agência, como é o caso de um dos irmãos Vieira — acredito que Rubens Vieira —, que teve o seu nome negado pelo Senado Federal, fosse depois levado a ser aprovado por indicação superior numa ação política. Aí entra a ação política, e nós temos que investigar essa ação política.

Nós entendemos que o fato de que a introdução de pessoas com folha corrida, como tinham esses irmãos Vieira e outros, foi alertado, inclusive, conforme li nos jornais, pelo então Ministro Nelson Jobim, nosso ex-colega, que, assim como V.Exa., ocupou o Ministério da Justiça e goza de prestígio junto a nós, assim como V.Exa. goza de prestígio junto a nós.

Eu entendo que o tráfico de influência tem que ser investigado além da esfera policial. Eu acredito que a formação de quadrilha tem que ser investigada além da esfera policial. Eu acredito que se não houve a interceptação eletrônica, como já foi esclarecido pelo Diretor da Polícia Federal — a quem tenho o prazer de conhecer hoje aqui e de quem eu tenho boas referências, como de resto da instituição Polícia



Federal —, eu entendo que nós devemos avançar. E devemos avançar porque nós não podemos ter um Estado onde prevaleça a corrupção sistêmica, como demonstra esta operação — e outras. E este flagra que foi dado nessas pessoas foi fruto de uma denúncia de um servidor público federal que talvez tenha sido contrariado no seu intento também de faturar com esse esquema que estava sendo introduzido. Portanto,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - As perguntas, para conclusão, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não vou fazer perguntas, porque muitas já foram feitas aqui.

As perguntas que eu vou fazer, que eu pretendo fazer não serão dirigidas ao Ministro José Eduardo Cardozo nem ao Diretor da Polícia Federal nem ao seu superintendente em São Paulo, mas às instâncias políticas. E nós devemos prosseguir fazendo a investigação política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido ao Deputado Pauderney Avelino pela observância do tempo regimental.

Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira, pelo prazo regimental de 5 minutos, iniciando às 14 horas e 23 minutos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, Deputado Efraim, Deputado Edson Santos, Dr. Leandro, Dr. Roberto Troncon, Ministro Eduardo Cardozo, na verdade, a Oposição tem dito que nosso Governo tem impedido a vinda.

Aqui eu já participei de umas três vindas do senhor — e eu não sou dessa área, sou da saúde. Padilha já veio aqui um sem-número de vezes. É comum nós encontrarmos Ministros da Presidenta Dilma nesta Casa prestando contas, como é próprio do Estado Democrático de Direito, da República. E o senhor reflete o comportamento da Presidenta, comportamento sóbrio, comportamento republicano, cioso do seu dever.

É conversa fiada também dizer que a autonomia da Polícia Federal está garantida na Constituição e por si só ela se realiza, como se os governos não às vezes aprisionassem as instituições.



Estamos vendo que tanto no Governo Lula quanto no Governo Dilma a Polícia Federal está atuando, independente de quem atinja. A Procuradoria está funcionando, independente de quem atinja. O Supremo Tribunal Federal... E é conversa fiada também, porque nenhum Ministro nomeado por Fernando Henrique julgou nada contra ele. Nada, absolutamente nada! E não é comum agora dizer à Polícia Federal que ela está sendo usada, mas, na época de Fernando Henrique, o Presidente da Federação da Polícia Federal, Sr. Francisco Garisto, afirmou que a Polícia Federal estava sendo usada politicamente, estava sucateada e enfraquecida enquanto instituição. E disse mais: quando algum inquérito passava, era terminado e ameaçava o império do DEM-tucanato, o Sr. Fernando Henrique controlava o Procurador-Geral da República e arquivava os processos.

Nós tivemos, Sr. Ministro, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, durante o reinado do DEM-tucanato, três delegados da Polícia Federal afastados de inquéritos que eles presidiam. Nós tivemos o delegado Deuler Rocha afastado da investigação da privatização da TELEMAR; nós tivemos Deuselino Valadares afastado da apuração do escândalo da SUDAM, e tivemos José Francisco Castilho Neto afastado da investigação de lavagem de dinheiro nas contas CC-5.

Primeira pergunta: é possível acontecer isso hoje? Será que o Governo Dilma afastaria três delegados que estivessem investigando? Na época, essas três investigações, segundo o Presidente da Federação, abalariam todo o Governo Fernando Henrique Cardoso, desmontariam aquele Governo. Disse que ele não resistiria a essas investigações. Foram três delegados afastados. A primeira pergunta: hoje é possível ter essa conduta de manipulação, de domínio da instituição Polícia Federal, como foi na época do Sr. Fernando Henrique Cardoso?

Algumas instituições, Sr. Ministro, eu acho que têm que aprofundar a investigação. A DPU, historicamente, na Bahia, concedeu indevidamente terra de Marinha à família do Sr. Antônio Carlos Magalhães e a todos os governantes anteriores a Wagner. Toda a faixa litorânea é dominada pelas empresas ligadas e foi concedida pela DPU. Vamos ampliar as investigações dentro do Patrimônio da União, inclusive para governos anteriores.

A PFN da Bahia, segundo informações que eu tenho, inclusive denúncias... E eu vou enviar para o senhor uma farta documentação. Um chefe de lá foi nomeado,



houve indicação, inclusive já conversei com o Ministro Adams, e é vinculado também ao Governo anterior, ao Governo Wagner, inclusive com pareceres favoráveis aos esquemas na Bahia. Eu pediria ao senhor que aprofundasse as investigações em cima da PFN inclusive da Bahia, que está ligada ao esquema de ACM.

E por fim, Sr. Ministro, para concluir, eu gostaria que o senhor aferisse se o decreto que estabelece as condicionantes da demarcação de terra indígena foi feito por esse senhor que foi afastado, em conluio com os ruralistas, em detrimento dos povos indígenas. Eu gostaria que o senhor investigasse isso, porque há denúncia de que ruralistas indevidamente interferiram perante a AGU para que esse decreto saísse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Deputado Amauri Teixeira.

Na sequência, a palavra com o Líder Anthony Garotinho, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, eu não vou aqui fazer discurso contra o Governo nem a favor dele. Eu vou fazer indagações técnicas.

A primeira que eu gostaria de fazer é a seguinte: os órgãos até então relacionados à investigação apontaram a influência da Sra. Rosemary no Ministério do Esporte, na ANAC, na ANA, na Advocacia-Geral da União, no Ministério da Educação, nos Correios, no Ministério dos Transportes, na BRASILPREV, no Ministério de Educação, na PREVI.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - V.Exa. chegará lá! Mas V.Exa. chegará lá.

Eu pergunto, não é estranho que, sendo ela a única presente em todos os Ministérios da investigação, nos órgãos, logo ela tenha sido privada de interceptações telefônicas? Somente os seus e-mails? Eu não estou dizendo que tenha havido proteção, mas não seria pelo menos uma falha da Polícia Federal?

Segunda pergunta, e está no *e-mail*: “*Eu falo com ele todo dia*”, diz a Sra. Rosemary em relação ao ex-Presidente Lula. “*Eu falo com ele todo dia.*” Ela podia



falar por telefone ou por *e-mail*. Os senhores só investigaram os *e-mails*. Não veio nenhum *e-mail* com referência ao Presidente Lula? Gostaria de saber se existe.

Qual o sistema utilizado na operação? Foi o Sombra ou o Guardião? Os senhores entregariam cópias aos membros da Comissão de Segurança de todas as interceptações com a assessoria técnica de quem conhece o sistema, inclusive daquelas que não foram enviadas ao Ministério Público? Os senhores não enviaram todas as interceptações, enviaram as recentes. V.Exa. sabe disso. V.Exa. sabe disso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Não foram.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.) (Risos.)

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - V.Exa. sabe que não foram! Todas as interceptações foram enviadas ao Ministério Público?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Foram todas? Está bom.

Eu gostaria de saber se V.Exa., com a assessoria técnica da empresa responsável por um dos dois sistemas, no caso é uma, no caso é outra...

O senhor tem conhecimento do material que foi apreendido com o *motoboy* de nome Roberto, que levava documentos do gabinete da Presidência República para casas dos Jardins e Interlagos? Que fim levou esse documento? E o que constava nesse documento? Ele é quem fazia a entrega dos documentos que Rosemary pedia a pessoas que não eram nem mais integrantes do Governo, eram ex-integrantes do Governo, especialmente o Sr. José Dirceu.

Gostaria ainda de perguntar tecnicamente se V.Exa. sabe informar se nessa operação foi usada filmagem ou infiltração, e se também essa filmagem das pessoas que entravam e saíam da representação foi enviada ao Ministério Público.

Por último, eu queria explicar aqui, porque foi feito em tom jocoso, a respeito da questão dos 25 milhões de euros. Segundo informação que recebi, Rose acompanhou Lula numa viagem a Portugal. Como todo mundo sabe, porque já foi revelado, ela era portadora de passaporte diplomático, mas também era portadora de mala diplomática, livre de inspeção em qualquer alfândega no mundo.



E mala diplomática, para quem não sabe, de acordo com a Convenção de Viena, não é uma mala; pode ser um contêiner, pode ser tudo que cabe dentro de uma carga de avião. É a Convenção de Viena, que trata desse assunto.

Pois, bem, ao desembarcar, ela tem que informar se existe dinheiro em espécie. Ela informou, segundo as informações que eu recebi, que havia 25 milhões de euros.

Muito bem. As autoridades do Porto, cidade na qual ela desembarcou, disseram que era muito arriscado levar essa quantia até a agência central do Banco do Espírito Santo. Ela, então, solicitou o que se chama de carro de segurança. A inquisição do carro de segurança para levar o dinheiro até a agência central do Porto não está impedida de ser buscada na alfândega do aeroporto, já que ela não é documento bancário e, portanto, não está, conforme as leis portuguesas, protegida por sigilo bancário.

Esses documentos estão arquivados na alfândega do Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro. A apólice para transportar o dinheiro para o Banco do Espírito Santo é pública. Eu pergunto: ao invés de negar, como advogado do Governo, a existência desse fato a Polícia Federal não deveria primeiro investigar e depois dizer: “*não, a informação que o Deputado Garotinho deu, que recebeu, é falsa*”? O senhor acha que o papel da Polícia Federal é ser polícia do Governo?

Então, eu gostaria, por último, de perguntar ao Ministro — as perguntas todas são dirigidas aos policiais, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sim.

No mês de outubro, a ABIN enviou informe ao Gabinete de Segurança Institucional avisando a Presidente da República de que a Sra. Rosemary estava sendo investigada. Ela comunicou isso ao senhor? Seja franco, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Responderá no tempo adequado.

Agradecido pela palavra do Deputado Anthony Garotinho.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Sr. Presidente! Eu gostaria, diante da contundência da acusação que o Deputado Garotinho faz de



que a Sra. Rosemary viajou até a cidade do Porto com essa quantia na mala diplomática de 25 milhões de euros...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Mas vamos deixar claro porque as pessoas, pejorativamente, enganando as pessoas pouco cultas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está entendido. Está entendido.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - ... entendem que mala é uma mala. Como pode caber 25 milhões numa mala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor foi claro. O senhor foi claro.

(Não identificado) - Isso é uma fantasia.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu sugiro que esta Comissão...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Isso não é uma fantasia, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele tem o direito de se expressar, como todos os Deputados se expressaram.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sugiro que esta Comissão requisite estes documentos que estão...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO – V.Exa. me respeite. Eu não desrespeitei V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Eu estou dizendo que isso é uma mentira.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Mas V.Exa. não tem o direito... O senhor não é policial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Cada Deputado tem o direito de usar a expressão da sua palavra. Está garantido, foi garantido ao Deputado Edson, foi garantido ao Deputado Anthony Garotinho; o Deputado Pauderney sugere que sejam oficiadas as autoridades de Portugal.

Daremos sequência com a fala do Deputado Taumaturgo Lima. *(Pausa.)*

Não se encontra presente. Perdão.



O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO – Sr. Presidente, solicito que seja registrado como questão de ordem que fui desrespeitado pelo Deputado Edson... *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicito que seja retirada das notas taquigráficas qualquer expressão injuriosa ao Deputado Anthony Garotinho.

Deputado Taumaturgo Lima.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO – Não fiz ofensa a ninguém.

(Não identificado) – V.Exa. está mentindo. Está querendo criar fato para a mídia. V.Exa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Calma, Deputado.

Deputado Edson, ele tem o direito de usar da palavra. O direito é garantido ao Parlamentar. Ele usou na vez de sua fala, Deputado.

Então, o Deputado Taumaturgo Lima com a palavra.

Eu já pedi para retirar, eu já pedi, eu já solicitei.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO – Não pode dizer que *(ininteligível)* contraditar a hora que ele quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E eu já disse que é na hora da oportunidade da fala dele, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, solicito uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Taumaturgo Lima com a palavra. Na sequência a gente faz a questão de ordem, Deputado Protógenes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Perfeito, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA - Quero cumprimentar o nosso Presidente, o nosso Vice-Presidente, o Diretor da Polícia Federal e o nosso



Superintendente da Polícia Federal; cumprimentar o nosso Ministro José Eduardo Cardozo e dizer que tê-lo aqui é um prazer muito grande e uma satisfação.

Eu queria colocar aqui que V.Exa. esclareceu de forma minuciosa, detalhada, todos os passos da operação, afastando qualquer dúvida sobre a sua responsabilidade nesse caso da Operação Porto Seguro, assim como V.Exa. coloca como funciona o trabalho do Ministério da Justiça com a Polícia Federal.

Durante esses dias em que ocorreram esses fatos, surgiram todos os tipos de notícias; notícias querendo colocar o Ministro contra a Presidente Dilma, querendo colocar a Polícia Federal em confronto, como se houvesse disputas dentro da Polícia Federal. E eu acredito que aqui foi esclarecido, tanto pelo Sr. Ministro como pelo Diretor da Polícia Federal e pelo Superintendente da Polícia Federal.

Isso nos traz a confiança de que V.Exa. tem o efetivo controle do Ministério da Justiça, não como foi falado pelo nosso colega, que foi infeliz na sua colocação ao dizer que V.Exa. perdeu o controle do Ministério da Justiça. Eu acredito que todos nós aqui conhecemos o compromisso que V.Exa. tem com o Governo brasileiro, com o nosso País e com o dever de Ministro na sua Pasta.

Todos nós sabemos também que os Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff combateram a corrupção, seja reforçando a Controladoria-Geral da União ou reaparelhando a Polícia Federal para que pudesse trabalhar com imparcialidade e fazer suas investigações independentes de cores partidárias. Isso tem sido feito no Governo da Presidente Dilma e foi feito no Governo anterior, do Presidente Lula.

Para concluir, Sr. Presidente, eu não tenho perguntas a fazer; eu fiquei contemplado com a fala do nosso Ministro e a fala do Diretor e do Superintendente da Polícia Federal, mas eu vejo um ânimo de querer trazer e procurar qualquer coisa que venha colocar o Presidente Lula no meio dessa investigação. Eu acredito que o ex-Presidente Lula merece o mesmo tratamento que é dado aos outros ex-Presidentes. O que tem se provocado para trazer qualquer problema que venha incriminar o Presidente Lula... Isso é muito injusto! E está sendo feito de uma forma que dá para se perceber que é por ser o Presidente Lula, que tem colocá-lo em uma situação constrangimento. E o Presidente Lula merece respeito por tudo que ele fez pelo processo democrático do nosso País, foi um dos grandes protagonistas. O ex-



Presidente Lula merece respeito por sua atuação como nosso grande comandante e Presidente da República, que fez as grandes transformações em nosso País.

Portanto, eu queria aqui parabenizar o nosso Ministro José Eduardo Cardozo e parabenizar a Polícia Federal, porque eu tenho certeza de que a investigação não está escolhendo cores partidárias. Enfim, a investigação, doa a quem doer, vai apontar responsabilidades. Seja do PT, seja da Oposição, seja da base do Governo, a investigação vai continuar sendo feita com imparcialidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Taumaturgo Lima.

Vamos agora conceder a palavra como Líder ao Deputado Ivan Valente e, na sequência, para encerrar o bloco de seis, o Deputado Valmir Assunção. Após as respostas do Ministro ouviremos o próximo bloco. Como Líder, falará o Deputado Hugo Leal; como inscrito, o Deputado Moreira Mendes; como Líder, o Deputado Nilson Leitão e, depois, o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Paulo Teixeira e o Deputada Keiko Ota. Serão seis na sequência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu pedi questão de ordem a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para uma questão de ordem, antes da fala do Deputado Ivan Valente, que havia sido solicitada pelo Deputado Protógenes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, o que o colega Deputado Garotinho levanta é de extrema gravidade se for verdade. E eu solicito a V.Exa. que traduza porque, ao que parece, o que deixa transparecer é que a Polícia Federal foi omissa em determinados dados. Ou seja, pelo que deu para perceber, a Polícia Federal investigou aqueles dados que foram indícios de condutas criminosas. Ou seja, dados que estão fora dos autos são dados fora dos autos que merecem posterior investigação quem encaminhá-los.

Então, o Deputado Garotinho tomou conhecimento, o senhor traduz as notas taquigráficas, ele encaminha como notícia-crime ao Diretor-Geral da Polícia Federal e ao Superintendente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, Deputado Protógenes. O Diretor-Geral e o Delegado Troncon ainda terão oportunidade de se reportar à fala do Deputado Anthony Garotinho, quando eles esclarecerão quais foram as medidas tomadas e o que eles entendem do fato. O que o Deputado fez foi usar a sua liberdade de expressão, como vários Deputados aqui usaram, falaram sobre o passado, sobre o futuro, e cada um responde pelas consequências dos atos que assumiram. Acredito que a responsabilidade neste momento ficará para ser julgada pela sociedade brasileira.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, como Líder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Ministro José Eduardo Cardozo e Delegados da Polícia Federal, eu queria, em primeiro lugar, como esta audiência tratava de um outro assunto também, que era a violência nos Estados, gastar apenas 30 segundos, porque a questão que tomou contra foi a seguinte. Mas quero dizer ao Ministro José Eduardo Cardozo, nosso ex-colega e companheiro de velhas lutas também, que o que acontece em São Paulo hoje é um genocídio de jovens pobres e negros. Eu tenho acompanhado isso de perto.

Quero também me solidarizar com as famílias dos policiais militares assassinados, mais de 80 lá. Só que o Governo do Estado tem uma grande responsabilidade nisso com uma declaração como a do Alckmin, que disse, em uma das chacinas, que quem não reagiu ficou vivo, ou seja, uma licença para matar.

Então, eu quero perguntar depois, José Eduardo, se o Governo Federal também tem uma responsabilidade na segurança pública, e eu queria que o povo não fosse a vítima do conflito estadual-federal. Essa é uma questão.

Mas, entrando agora na segunda questão, eu quero dizer o seguinte: é muito grave o que aconteceu.

E quero dizer ao Deputado Amauri que tem oposições e oposições. Aqui tem oposição de esquerda. Eu não vou me referir apenas a um “mensalão”; vou me referir aos outros “mensalões”. Aliás, o STF fez bem, porque ele criou jurisprudência para os próximos que vêm aí. Então, é bom. É bom que se crie jurisprudência sobre várias questões.

Por outro lado, acho que a corrupção é endêmica. E, de alguma forma, é verdade também que casos de corrupção podem aparecer em qualquer Governo,



em qualquer situação, em qualquer instituição. Não deixa de ser um agravante que a gente tenha saído do processo do mensalão e, de repente, nós temos um novo escândalo. Isso me entristece, porque eu fui do PT durante 25 anos e quero dizer que a imagem do PT está muito ruim. Porque é uma pessoa de dentro do PT, não é só uma funcionária pública; ela virou funcionária pública. E quando ela era do Diretório Nacional, secretária, ela era apenas uma secretária, entregava os envelopes. Houve uma imensa ascensão. E esses processos devem ser avaliados. Qual é a qualificação? Qual é a investigação que se faz?

Nesse caso eu queria, em particular, anunciar aqui que estou entrando com quatro requerimentos na Comissão de Defesa do Consumidor convocando vários dos que estão indiciados e outros não. Certamente, eles podem não ir, mas eu quero só pedir ao Governo e aos governistas que não barrem a convocação, porque não é o Zé Eduardo Cardozo nem a Polícia Federal que têm que explicar tudo aqui; são as próprias pessoas que têm que explicar aqui na Câmara o que fizeram.

Nesse caso da Sra. Rosemary Noronha, sim, eu quero dialogar com a Polícia Federal sobre a seguinte questão. Acompanhando o processo e lendo a respeito, há uma questão real. Um dos problemas sérios é o seguinte: ela interferiu na indicação direta de pessoas que foram votadas inclusive no Senado, como o caso da ANA e da ANAC. Aí, há uma questão concreta. As relações que ela estabeleceu com o Sr. Paulo Vieira em especial são relações de troca permanente.

Então, esse indiciamento, me desculpem, eu não entendi por que não é formação quadrilha. Não é só uma questão técnica. Claro, técnica e juridicamente podemos discutir, mas esse caso é complexo demais. Há indícios de que ela fazia parte de todo o processo, inclusive das ilhas, do porto, aliás razão pela qual o nome da operação é Porto Seguro. É uma questão que eu acho que não está clara, entende?

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu peço que deixe aqui o documento, que será entregue na mão do Ministro José Eduardo Cardozo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Protógenes recebe o documento e o passa às mãos do Ministro José Eduardo Cardozo.

O Deputado Ivan Valente recupera a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente.

Eu queria deixar esta questão bem clara: eu acho que o indiciamento da Sra. Rosemary Noronha é de formação de quadrilha, sim, porque há complexidade na atuação dela; não é simples. Ela não é uma secretária; não é só dirigente do escritório da Presidência em São Paulo. Ela operou, de acordo com tudo que foi divulgado, com uma posição importante no processo. Então, quero uma explicitação clara disso.

Segundo, quero também dizer o seguinte: engraçado que sempre surgem os mesmos nomes nas questões que envolvem infraestrutura no Brasil ou patrimônio da União. Por isso, eu queria perguntar ao Ministro José Eduardo Cardozo ou aos nossos Delegados da Polícia Federal, Dr. Troncon e Dr. Daniel, o seguinte: apareceu de novo um notório ex-Senador, Gilberto Miranda — ele está em todas. (*Risos.*) Aí é que reside a questão: não é pequeno o investimento que está ali. Falaram em 2 bilhões de dólares. Então, eu queria saber qual é o papel dele nesse processo, porque ainda não ficou claro, e também o do Deputado Valdemar Costa Neto, condenado no processo do mensalão. Ele está aí de novo com centenas de telefonemas ao Sr. Paulo Vieira sobre todo o processo de infraestrutura. Há mais uma, que é a Sra. Evangelina, cujo sobrenome não lembro, do SPU — Serviço de Patrimônio da União.

Eu digo isso porque nós investigamos em São Paulo na Feira da Madrugada, processo também encaminhado à Polícia Federal de São Paulo, um acontecimento em que o Deputado Valdemar Costa Neto e a Sra. Evangelina também aparecem acerca de um terreno da rede ferroviária federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu quero saber também por onde passam essas questões.

Eu acho que a questão das agências reguladoras, Ministro, é a seguinte: nós fomos contra criar as agências reguladoras — eu quero lembrar — no PT. Quem



criou foi o PSDB. Estão falando que antigamente as agências eram republicanas, agora não são mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou dizer, como membro da Comissão de Defesa do Consumidor, que as agências reguladoras se transformaram realmente numa linha de transmissão de quem eles devem fiscalizar, seja a ANATEL, ANEEL, ANAC, ANA etc. Há uma bandalheira geral aqui. Como é que o PT indica o Sr. Paulo Vieira para ser chefe da Agência Nacional de Águas e outros da ANAC? Quem era contra isso coloca pessoas desse naipe, claramente indiciados por todos os crimes já comentados. Nós vamos acompanhar com rigor essa investigação, porque simbolicamente, Ministro, ela não é pouca coisa, independente da denúncia que o Deputado Garotinho está fazendo, mas acho que ele deve dar elementos mais concretos sobre a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado Valmir Assunção, para encerrar esse bloco de seis participações.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, quero saudar aqui o Deputado Edson Santos, o Ministro José Eduardo Cardozo, o Dr. Leandro, o Dr. Roberto e os demais Deputados. Eu vim para essa audiência pública com o seguinte espírito: primeiro, ouvir as explicações técnicas tanto do Ministro quanto da Polícia Federal. Essa era uma questão importante para mim.

Outro ponto é como nós, Parlamentares, em uma audiência pública, podemos contribuir para a segurança pública no Brasil. Essa era a minha outra expectativa. Dentro dessa segunda expectativa, tenho uma pergunta para fazer. Eu não vou fazê-la porque o debate aqui não é simplesmente sobre segurança pública. Boa parte da Oposição, boa parte da imprensa não quer saber do ponto de vista técnico. Quer saber se o Presidente Lula está envolvido ou não na escuta telefônica. A escuta telefônica envolve ou não o Presidente Lula? Então, parte da imprensa, parte da direita quer saber disso. Esvazie-se o plenário da Comissão depois que tanto o Ministro, o diretor Leandro, como o Dr. Roberto explicaram tecnicamente. Tecnicamente, não há como combater ou explicar essa situação para o conjunto dos Parlamentares fazer especulação. Não tem como. Tecnicamente, vocês explicaram



como começou o processo, como se deu, por que foi deflagrado agora, quem foi indiciado. Por outro lado, a nossa Presidenta Dilma tomou uma atitude enérgica, rápida, para mostrar ao Brasil que ela não tolera corrupção, não tolera, de forma nenhuma, que nenhum servidor público possa se envolver nisso.

Falando desse ponto de vista, tecnicamente, está convencido. Não há dúvida nenhuma, qualquer Parlamentar aqui nesta Casa, qualquer um, mas entra o jogo político. Acho que é um desrespeito muito grande, depois de oito anos do Governo Lula, a forma como ele governou o País, como fez que este País se tornasse respeitado em todo o mundo, a forma como construiu as políticas públicas, a forma como fortaleceu os órgãos de controle deste País, e muita gente quer envolvê-lo nesse assunto debatido aqui pelo Ministro, mas ele não tem nada a ver com isso.

A pergunta que eu iria fazer, embora não seja objeto do debate, é a seguinte: hoje, no Brasil, sabemos que a Polícia Militar — sou da Bahia — de todo o Brasil tem assassinado muitos jovens, negros, pobres, da periferia. Diante de qualquer suspeita, esses jovens são assassinados. Como o Ministério e o Governo podem mudar a mentalidade da Polícia Militar neste País? Eu acho isso fundamental.

Quais as iniciativas que o Ministério está tomando para poder mudar essa mentalidade? Se nós não mudarmos essa cultura e essa mentalidade, os jovens negros, pobres vão continuar sendo assassinados neste País. É isso que também tem que trazer indignação. Quando há corrupção, tem que trazer para qualquer Parlamentar, mas, ao mesmo tempo, indignação quando vê as pessoas pobres sendo assassinadas nas periferias dessa cidade e em todo o País.

Era isso, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Valmir Assunção.

Encerramos o bloco de seis perguntas. O Ministro usará da palavra. A expectativa da Mesa da Comissão é que no próximo bloco consigamos abarcar a totalidade dos Deputados que ainda estão inscritos.

Como nós iniciamos às 10 horas e são 15 horas, questiono se algum Deputado, além daqueles que estão na lista, deseja fazer a inscrição para o debate. Em não havendo, será encerrada a lista de inscrição.



O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu fiz algumas perguntas de caráter técnico, de gravação. Se, na hora dos depoimentos dos delegados aqui, eu posso apartear-los?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Replicá-los?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Depois que eles encerrarem as suas falas, a Mesa avaliará a necessidade de réplica, que não foram concedidas a outros Parlamentares. Está certo, Deputado Anthony Garotinho.

Na sequência, temos os inscritos. Dos que estão aqui presentes, os Deputados Nilson Leitão, Carlos Sampaio, Paulo Teixeira, Keiko Ota, Enio Bacci, Pastor Eurico, Erika Kokay, Delegado Protógenes.

A lista de inscrição está encerrada.

Com a palavra o Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Inicialmente, eu quero agradecer ao Deputado Pauderney Avelino, ao Deputado Taumaturgo Lima e ao Deputado Amauri Teixeira pelas palavras que me dirigiram. Saibam V.Exas. que vindo essas palavras de Parlamentares dessa envergadura, que eu sempre respeitei e respeito, independente de partido, estejamos de um lado ou de outro na disputa política, muito me deixa honrado e feliz ao recebê-las. Os meus agradecimentos sincero aos nobres Deputados.

Relativamente a uma questão mais ou menos comum, que foi apresentada pelo nobre Deputado Anthony Garotinho e pelo Deputado Ivan Valente, sobre o papel da Sra. Rosemary, eu vou dizer a V.Exa. uma coisa. Se não me falha a memória, esse inquérito tem 11 mil páginas. Eu vi que a imprensa pinçou vários *e-mails*. Claro, no exercício funcional, os jornalistas pinçam os *e-mails* que lhes parecem mais fatos jornalísticos. Parece-me impossível, com a devida vênia, que pela simples leitura de jornais e sem a leitura dos relatórios de inteligência de todas as análises que foram feitas, que se possa chegar a um juízo, dizendo que tal pessoa tem que ser indiciada por membro da quadrilha ou não. Permitam-me dizer isso tecnicamente. Nós estamos falando da aplicação da lei penal. Não estamos falando de imputações políticas. No mundo da política nós temos essa maleabilidade de podermos fazer acusações, análises, valores a partir de simples ponderações,



mas imediatas, mas, quando se fala de processo criminal, é necessário muito rigor tendo em vista a apuração dos fatos e o conhecimento total.

Os delegados e os analistas que trabalharam sob a supervisão do Dr. Troncon, particularmente do Dr. Hiroshi, que conheci outro dia, fizeram perguntas sobre questões atinentes a esse inquérito e indiretamente sob a supervisão do Dr. Leandro Daiello Coimbra, são pessoas responsáveis, sérias, não sofreram nenhuma ingerência política e chegaram à conclusão que chegaram. Nós não podemos, pelos *e-mails* pinçados pela imprensa, sem conhecer a totalidade do conjunto produzido, chegar a conclusões de relevância ou irrelevância nem de participação de A, B, C ou D. Há inúmeros *e-mails* que mostram, a meu juízo, a participação da Sra. Rosemary como uma pessoa que mantinha contatos ilegais, que fazia situações indevidas, o que levou que ela fosse indiciada por três crimes, mas não como da quadrilha.

Há, inclusive, um diálogo que me chama muita atenção entre os dois irmãos Vieira, Paulo e Rubens, se não me falha a memória. Eles dizem: *“Olha, não informe mais a Rose das coisas que nós estamos tratando ou de tal tipo de processo que nós estamos tratando, porque ela pede demais”*. Ou seja, ela não participava do núcleo e por isso não foi indiciada como membro da quadrilha do bando. Ela tinha uma relação, sim, indevida; sim, criminal. Não estou defendendo a Sra. Rose, estou fazendo uma definição técnica. A definição técnico-jurídica de bando ou quadrilha é muito clara no Código Penal. Nós não podemos imputar às pessoas, com uma simples leitura de pedaços tirados de jornal, certas situações.

Evidentemente, se a Polícia Federal, ao longo das investigações, que ainda não foram concluídas, vier a pegar outras provas, outros elementos, a imputação mudará. Eles farão isso com absoluta independência.

Vamos ser sinceros, do ponto de vista penal, ela foi uma pessoa duramente enquadrada em três delitos: falsidade ideológica em duas situações, no caso da empresa que pertencia ao marido dela, pela falsidade ideológica de um documento, obtido como favor pelo Sr. Paulo Vieira, ela pedia favores em troca de aproximações que fazia; outra falsidade ideológica relativamente ao diploma que Paulo Vieira conseguiu para ela numa instituição de ensino, de forma totalmente irregular, como também pagamento de situações; tráfico de influência, que era o que ela fazia, efetivamente, ela foi indiciada; e corrupção. Agora, a prova do processo mostra que



o comando efetivo da organização criminosa estável que planejava, que essa, sim, mantinha contato com todas as esferas, era daqueles que foram indiciados.

Por exemplo, a Dona Rose, salve melhor juízo, corrijam-me se eu estiver errado, ela não mantinha contato com o Sr. Weber, ela não fez essa intermediação com a AGU. É um outro tipo de relação. Ela fez lá uma aproximação com a Sra. Evangelina, da SPU, mas não era ela que cuidava diretamente do caso lá dentro da Ilha dos Bagres ou da Ilha das Cabras. Ou seja, ela facilitava esses contatos em troca desses favores. Possivelmente, um cruzeiro, supostamente. Falo supostamente porque não está julgado; uma viagem...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, o que dava a ela tanta liberdade para cobrar mais, para cobrar tanto?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Mas, veja, o que ela recebia era a viagem no cruzeiro do Bruno e Marrone, pedia livros etc. O que dava a ela liberdade para fazer isso, possivelmente, era o seu cargo que ocupava de Chefe de Gabinete. Agora, isso está sob investigação.

Perguntou o Deputado Anthony Garotinho: há referências ao Presidente Lula?

Até em casos que foram divulgados nos jornais, ela se refere ao PR, como sendo alguém que iria tentar ter influência sobre ele. Inclusive, há um diálogo que ela chega a mencionar: *“Olha, vai lá no evento para o PR te conhecer para o Paulo Vieira, que depois eu caio matando”*. Ou seja, ela tentava fazer essa intermediação.

Imaginar que o Presidente Lula estivesse por trás disso, a meu ver desmentido por aquilo que eu ouvi, e a Polícia Federal não tem nenhuma dúvida a esse respeito. O Sr. Presidente Lula não estava envolvido. Havia, sim, uma utilização de situação que ela, obviamente, fazia no exercício da sua função ou por relações que mantinha com dirigentes ou ex-dirigentes governamentais.

Por isso, Deputado Ivan Valente, seria muito importante para que nós não fizéssemos uma condenação em praça pública, que nós tentássemos ver a totalidade do que foi produzido.

Nós temos que ter muito... Quando se cuida de pena, de sanção, nós precisamos ter muito mais cuidado do que às vezes o juízo político que nós fazemos em relação às pessoas. Ali se fala de perda de liberdade, de situações que são muito valorosas para as seres humanos.



Por isso eu não tenho a menor dúvida que os delegados foram criteriosos, analisaram com cuidado isso. Somente após analisar todo esse conjunto é que se pode ter um juízo de equívoco ou de acerto.

Uma coisa eu garanto: não houve influência política em absolutamente nada nessa questão. A Polícia Federal trabalhou com absoluta autonomia. A meu ver, do ponto de vista técnico, do que eu pude ver, eu vi as 11 mil páginas, mas os relatórios que me foram possíveis ter acesso até por ordem judicial, porque o delegado foi tão cioso, tão cioso, que, no momento em que pedia mais complementos para vir a esta audiência, ele pedia autorização para juíza para que pudesse me mostrar. Então, aquilo que eu pude ver, analisando isso, parece-me que tecnicamente o trabalho foi absolutamente irrepreensível.

Também outros aspectos importantes: não há nos autos... E depois o Dr. Troncon poderá falar. Eu desconheço essa história de *motoboy*. Eu vi alguma coisa na Internet. Desconheço isso. Em relação ao relatório da ABIN, desconheço esse relatório. Eu só que quero fazer uma observação.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - O informe.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Há um sistema, chamado SISBIN, que é o sistema de inteligência que integra todos os setores de inteligência: ABIN, a inteligência da Polícia Federal, a inteligência da Polícia Rodoviária Federal, a inteligência da SENASP etc.. Esses informes da ABIN e de outras unidades eu os recebo. Eu não recebi nenhum informe que citasse isso nem a Sra. Presidenta da República me falou absolutamente nada sobre isso. Então, sinceramente, desconheço. Parece-me que seria estranho que assim fosse feito, mas desconheço, sinceramente, Deputado. Nunca tinha ouvido falar disso.

Finalmente, em relação à questão que V.Exa. fala, por favor, direcione ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal os dados relativos a essa questão que tomei contanto ontem no seu *blog*. Em nenhum momento fiz comentário jocoso, pode ter certeza disso. Eu disse que me parecia inverossímil. Dizer que algo é inverossímil ou que aparentemente é inverossímil não é um prejulgamento. Apenas eu não julguei verossímil que uma pessoa transportasse 25 milhões de dólares numa mala diplomática e declarasse esse valor ao chegar a Portugal. Se queria declarar, por que transportou na mala diplomática? Declarou por quê?



O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Porque é obrigado a declarar.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Quando tem em espécie.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Se uma pessoa que transporta na mala diplomática 25 milhões de dólares e sabe que é obrigado a declarar, por que transporta e não manda pelo banco? Veja. Não estou afastando a hipótese que V.Exa. demonstre que vá se investigar, mas não me parece, *a priori*, verossímil, mas é nosso dever investigar toda e qualquer denúncia que chegue até nós. E assim será feito.

Relativamente ao Deputado Ivan Valente, que falou sobre o envolvimento de Valdemar Costa Neto. Ele é Deputado e tem foro privilegiado. Para que possa haver qualquer investigação sobre Valdemar Costa Neto, é necessária autorização do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual não houve investigação sobre ele. É possível que se remeta um expediente pedindo ao Supremo Tribunal Federal a investigação do Deputado Federal Valdemar Costa Neto e outras autoridades que tenham foro privilegiado.

Por essa razão, nem eu nem os Srs. Deputados podemos comentar nada sobre o Deputado Valdemar Costa Neto, uma vez que não houve investigação propriamente dita sobre ele. Existem algumas situações já abordadas que podem ensejar pedido de investigação, *a posteriori* ou a qualquer momento, como já ensejou, ao Supremo Tribunal Federal.

Relativamente ao Sr. Gilberto Miranda, ele foi indiciado em vários delitos, é o proprietário das duas ilhas envolvidas, não ele diretamente, mas a empresa a que se atribui a ele a titularidade da Ilha dos Bagres e da Ilha das Cabras. Ele foi indiciado em vários delitos e teve busca e apreensão no seu escritório, na sua casa, razão pela qual esse material está sendo hoje analisado pelos órgãos da Polícia Federal. Da mesma forma, a Sra. Evangelina, da SPU, também foi indiciada pela Polícia Federal.

Finalmente, o Deputado Valmir Assunção faz uma série de observações sobre a Polícia Militar, sobre a violência contra jovens negros e faz uma observação que é verdade. Dentre os índices elevados de violência que temos no Brasil, o jovem negro é a maior vítima. Essa é a razão pela qual, no programa que estamos



desenvolvendo, o Brasil Mais Seguro, em associação com a Secretaria-Geral da República, além das atividades de aperfeiçoamento do aparato policial, existe também a atividade coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência, relacionada ao Brasil Mais Seguro, que faz justamente ações políticas no enfrentamento da violência contra o jovem negro.

Essa é uma preocupação que o Ministério da Justiça tem, tanto que em nossos treinamentos para o policial está registrada. Não é possível que essa situação se perpetue dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o delegado para complementar alguma informação que, acredito, seja necessária.

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Sr. Presidente, referente ao que foi levantado sobre a ABIN, precisa ficar claro, Sr. Ministro e Srs. Deputados, que nossas investigações de caráter sigiloso não entram no sistema da ABIN devido ao sigilo judicial.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - A minha pergunta foi se o Ministro foi chamado pela Presidenta, no mês de outubro, após a ABIN fazer um comunicado ao Gabinete de Segurança Institucional de que a Rosemary estava sob investigação...

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Não.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - S.Exa. respondeu que não. Já entendi.

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - O.k.

Dr. Troncon.

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Deputado Anthony Garotinho, das perguntas que consegui anotar, respondendo objetivamente, o sistema utilizado foi o Sistema Guardião. Todas as interceptações estão gravadas nos equipamentos da Polícia Federal e foram integralmente encaminhadas, tanto para a justiça como para o Ministério Público Federal, que atuam no caso. Quanto às cópias dessas interceptações, sugiro que sejam encaminhadas à juíza do caso. Uma vez autorizado o envio — evidentemente, trata-se de procedimento sob sigilo de Justiça, protegido por lei —, nós o encaminharemos sem nenhum problema.



Não houve infiltração de policiais, nem filmagens desse prédio da Presidência, porque as técnicas não foram necessárias, nem justificáveis.

Por fim, não houve também nenhuma apreensão de documentos com *motoboy*. Realmente, algum veículo deu informação dessa natureza, mas isso não consta dos autos. Não há apreensão de documento nenhum com *motoboy* que iria levar, da funcionária do escritório da Presidência, para quem quer que seja.

Por fim, peço desculpas se na minha fala o senhor entendeu como algo agressivo a questão dos 25 milhões. Não foi isso que eu quis dizer. Ao contrário, e enfatizo, a Polícia Federal não tem nenhuma informação. A primeira que surgiu foi a partir do seu *blog*. E, uma vez recebida, como será encaminhado, e já decidido nesta Casa, nós temos inclusive como solicitar o apoio do nosso adido policial em Lisboa para buscar essas informações.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Se eu não me engano, o adido em Lisboa atualmente é...

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Luiz Pontel.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Exatamente.

Sr. Presidente, é só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

Respondidas as perguntas, passamos ao bloco subsequente — e último bloco, na avaliação desta Presidência.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, só um pequeno complemento, uma pergunta que tem 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Trinta segundos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Nem isso, Presidente.

Já coletados esses materiais da apreensão, os senhores podem evoluir, no caso da Rose, para outros tipos de crime, a partir do que os senhores apreenderam?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Neste caso, é hipótese.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Não, é só porque eles já viram o material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está tratando de hipótese, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Se ele quiser...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Poder? Pode tudo. Vamos avançar.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero saber se a ordem dos inscritos está garantida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está garantida. Já que o último a falar foi o Deputado Valmir Assunção, como inscrito, falaria como Líder o Deputado Hugo Leal, mas S.Exa. não se encontra. Na sequência, o Deputado Moreira Mendes, mas S.Exa. também não se encontra.

Com a palavra o Deputado Nilson Leitão, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Diretor da Polícia Federal, vou tentar ser bem objetivo também.

Faço um primeiro questionamento. Ouvi atentamente o Líder do PT falando antes. Passou a ser quase uma coisa orquestrada nesta Casa, até porque temos 400 Deputados de Situação e apenas 100 de Oposição, mas nenhum desses 513 são menos ou mais apaixonados no Brasil e nas coisas que o Brasil precisa ter de melhor. Partindo disso, eu faço um apelo, entre parênteses. É impressionante como os Líderes do PT remetem a um passado do Fernando Henrique quando querem fazer qualquer defesa do presente. Há 10 anos estão no poder e houve inúmeros escândalos nesses 10 anos.

Ministro, tenho muito apreço por V.Exa., pelo seu currículo, pela sua história, mas o senhor há de concordar que o modelo está errado. Cheguei a esta Casa e pude até presidir a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle no momento em que foram convocados seis Ministros, todos eles por indício de corrupção. E todos caíram.

O TCU apresenta relatórios, todos os meses, de obras inacabadas, obras com problemas de desvio, todos eles com vários tipos de problema no País inteiro. O que o TCU escreve parece que não é aquilo que alguns que defendem o Governo querem enxergar.

E ninguém quer afrontar o ex-Presidente Lula ou a atual Presidente Dilma Rousseff. Ao contrário, queremos que as coisas sejam feitas de forma correta, só isso. Ainda há pessoas que sonham com isso no País.



Foi afirmado que o Sr. Paulo Vieira não poderia ou que a Rosemary não teria força suficiente para indicá-la para uma agência. Se não teve, e ele foi rejeitado pelo Senado Federal, quem o fez? De quem foi essa força? Quem insistiu nessa nomeação?

Aliás, esse é outro modelo errado. Para as agências de regulação deveria haver nomeação de forma totalmente transparente, democrática, técnica acima de tudo. Passou a ser nomeação política, por isso passou a haver escândalos como esse. É ruim para a própria Presidente da República. Deveria mudar o modelo, seguir o modelo existente no passado.

Esta é uma situação.

Outra dúvida — que não é só minha, a própria imprensa tem colocado isso — é em relação à sigla PR usada pela Rosemary. PR é realmente “Partido da República” ou é “Presidência da República”? Quem ela está citando? Ninguém pode falar que pode ser apenas o partido. Sou do PSD e não estou aqui defendendo nem atacando ninguém. Mas não poderia ser “Presidente da República”? Se for, qual é o Presidente, o que passou ou o que está? Essa é uma dúvida que fica, e não é na minha cabeça: foi uma solicitação da assessoria e da imprensa, o que me deixa um pouco preocupado. É inegável a relação da Rosemary com o Presidente Lula.

É impressionante como as pessoas falam que não se pode citar aqui a questão do Presidente Lula. O Presidente Lula foi um grande Presidente, mas ele é um ser humano. O próprio Ministro disse que as pessoas podem errar. A relação dele também é toda essa. Esperem aí, ou vamos resolver todos esses problemas para o PT e para o Brasil oficializando a profissão de lobista, porque tudo isso é *lobby*. Aconteceu com o José Dirceu, com o Pimentel, com o Palocci, está acontecendo com a Rosemary e vai continuar acontecendo.

E todos eles são filiados ao Partido dos Trabalhadores, que tem muita gente boa, mas outros que não aquentaram a quantidade de riqueza que este Brasil absorveu nos últimos anos, o crescimento orçamentário, e mergulharam na corrupção. É claro que mergulharam! Está claro isso em vários lugares. Está aí o mensalão, que foi negado pelo PT, foi negado pelo Presidente Lula. O Presidente Lula chegou a procurar um ex-Ministro para tentar interferir no julgamento do



mensalão. Isso também é público. E vem dizer que não participa de nada! Não é justo dizer que não participa de nada.

Há gente muito simples presa. Foi acusada muita gente simples, cujo sangue não é diferente do sangue que corre nas veias do Presidente Lula. Eu sou um admirador do trabalho daqueles que vencem. O Lula é um vencedor, mas isso não o coloca como alguém que não possa alcançar a corrupção. Há muita gente em volta dele que participou dessa corrupção.

Eu até entendo a indignação de alguns Deputados quando esse nome é citado, porque ele é mais do que um mito, é um ídolo para muitos, assim como eu admiro o Fernando Henrique Cardoso. Passaram-se 10 anos. O PT fala, fala, fala, mas não consegue uma ação jurídica contra Fernando Henrique Cardoso. Agora, contra o PT foram várias — talvez nem todas por culpa do Presidente Lula.

Portanto, eu gostaria de deixar aqui esta colocação. Quando o PT defende o PT, faz bem. Mas, quando se defende atacando o PSDB, vem a mim a frase de um grande estudioso, que diz: *“O orgulho é a maneira mais tola de demonstrar a Inteligência.”* O PT, de forma orgulhosa, quando falar do seu governo e do seu partido, fale deles e das coisas conquistadas, mas não ataque esse passado que passou ileso. Se houvesse alguma coisa engavetada de fato, vocês acham que o PT não a teria desengavetado? É óbvio que isso já não cola mais.

Concordo com o Ministro, ninguém pode ser implacável. Também fui Prefeito por 8 anos. Cometemos um monte de erros. Às vezes, os melhores amigos são os que mais prejudicam. Na política é assim: os amigos são falsos e às vezes nos prejudicam, e os inimigos são verdadeiros. Essa é a grande realidade.

Ministro, V.Exa. é uma das pessoas que esta Casa e o Brasil respeitam. Fica uma sugestão — e V.Exa. já deve tê-la ouvido de vários, sou um grão de areia nesse deserto todo: o Brasil precisa mudar esse modelo. Enquanto continuar esse modelo, enquanto as agências reguladoras continuarem sendo nomeadas por vontade política de um terceiro ou de um quarto interessado, apenas e exclusivamente para uso pessoal, empresarial, financeiro e econômico, de forma ilegal e corrupta... É assim que a maioria das nossas agências está funcionando. A prova está na operação Porto Seguro.



Por último, Ministro, para não me alongar mais, indago a V.Exa. por que caiu tanto o investimento no orçamento da Polícia Federal, em relação ao PIB, nos últimos anos. Tenho aqui o quadro, é impressionante!

Acho que Polícia Federal é uma das instituições que ainda têm reserva moral, tem que ser respeitada. Eu já tive problemas com a Polícia Federal como Prefeito, mas a respeito. Acho que ela errou num certo episódio, mas isso não a coloca como erro global, como erro total. Acredito na instituição e acho que precisa de investimento. E se chega a conclusões como essas, em investigações como essa, é porque a Polícia Federal está trabalhando.

E não é por conta de vontade de governo, como citou aqui o Deputado Jilmar Tatto. Não, ela trabalha independente. Se fosse pela vontade do Governo, daria a impressão de que, quando não faz as coisas que deveria fazer, isso ocorre porque o Governo está pedindo para não fazer. O PT tem que parar com esse discurso de dizer que agora se descobrem as coisas porque o Governo é transparente. É transparente quando descobre? E as coisas que achamos que estão faltando descobrir? O Governo pede para não descobrir, para não ir a fundo?

Concordo com o Deputado Anthony Garotinho, quando S.Exa. elogia o trabalho da Polícia Federal, mas faltou uma explicação: as gravações telefônicas são o básico histórico do trabalho da Polícia Federal, conforme escutamos a vida inteira. Eu acho que faltou isso.

Falhar? Todo mundo falha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio. Em seguida, ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, cumprimento a Mesa.

Quero reportar-me a V.Exa. e particularmente ao Ministro José Eduardo Cardozo, que não gosta que eu lembre, com certa frequência, que S.Exa. foi meu professor de Direito Administrativo. Tenho muito orgulho de ter sido seu aluno.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Comecei a dar aula com 10 anos de idade!

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Exatamente! (Risos.)



Ministro, vou ater-me a uma questão meramente técnica, por tudo que aqui ouvi.

Veja, a investigação foi levada a cabo pelo delegado federal de São Paulo; portanto, não pelo Superintendente ou pelo Diretor-Geral, que aqui estão. Portanto, eventual crítica ao *modus operandi* é uma crítica construtiva. E longe de qualquer prejulgamento, nós, que somos da família forense como um todo, temos de ter esse cuidado de não prejudicar, não achincalhar quem quer que seja, porque é um direito da pessoa ver resguardada sua integridade moral, até que haja uma condenação efetiva sobre o seu proceder.

Mas o que diz o tipo penal formação de quadrilha ou bando? “*Associarem-se mais de três pessoas (...) para o fim de cometer crimes*”. O que temos de concreto? Uma participação efetiva, eu diria até de ordem política. Apesar de não estar no escopo da atividade da Sra. Rosemary, ela tinha força para indicar pessoas para agência. Em primeiro lugar, essas pessoas, que eu diria que são os braços operacionais da organização criminosa, foram referendadas por ela. Em segundo lugar, essas pessoas pagavam propina a ela. Em terceiro lugar, essas pessoas chegaram a trocar *e-mails*, dizendo: “*Não vamos mais colocá-la a par de tudo porque ela pede muito*”.

A pergunta que eu me faço, e acho que V.Exas. poderiam também se fazer, é a seguinte: “*Ela imaginava que recebia esse dinheiro deles a que título, que não objeto de crime?*” Obviamente, ela não imaginava que essa quantia que ela recebia era fruto do salário deles dividido para com a pessoa dela. Ela tinha plena ciência de que crimes estavam sendo praticados por agentes políticos que ocupavam cargos no Governo, indicados por ela. Parece-me que ela está em uma posição inclusive superior dentro da formação dessa quadrilha. Se ela não tinha o domínio do fato, tinha ciência plena do que ali se passava, tanto que cobrava mensalmente e recebia esses valores.

Eu não consigo imaginar, Ministro, como ela pode... De fato, eu não tenho os autos. Temos que analisar com os autos em mãos. Mas tudo está a indicar que ela, como Secretária da Presidência da República, não tem no escopo de suas atividades indicar quem quer que seja. Ela indica.



A pessoa rejeitada por um ou outro motivo é renomeada pelo Senado em uma nova convocação, com uma articulação da base aliada. Essas pessoas que foram indicadas por ela integram a quadrilha e se reportam a ela com valores mensais semanais ou semestrais de dinheiro. A que título ela recebia esse dinheiro desses que foram por ela indicados ou apadrinhados? Não é possível que ela não tivesse ciência plena.

Eu sou Promotor de Justiça há 27 anos. Eu não consigo imaginar uma investigação desse porte da qual o titular não seja o promotor ou o delegado de São Paulo! Aqui muitas vezes foi reportada, Ministro, a tese de que o Ministério Público tinha ciência de tudo, como se estivesse participando da investigação. Só se foi um fato atípico. Como regra, o Ministério Público concorda com a dilação de prazos da investigação que está sendo feita no inquérito policial. Ao final, quando recebe o relatório da autoridade policial, somente então ele analisa toda a prova produzida na fase inquisitorial. O Ministério Público não participa do dia a dia da investigação, longe disso. Dizer que o Ministério Público tinha ciência de tudo! Dizer que, se ele achasse que havia algum erro, ele poderia ter opinado na hora! O Ministério Público tem milhares de inquéritos para denunciar. Se ele realmente for fazer a fiscalização, a cada pedido de prazo, de uma investigação criminal, para ver se ele poderia interceder, ampliando-a, é exigir demais. Aliás, como regra, a autoridade policial não quer a participação do MP — como regra! Parece-me estranho dizer que o MP concordou com tudo, como se o MP comandasse a investigação. O comando não é do MP, o comando é da Polícia Federal. O MP se manifesta e tem ciência, mas se manifesta sobre o conteúdo de mérito só ao final, quando recebe o inquérito. As análises que faço são nesse sentido.

Por mais que forcemos a barra no sentido de tentar dizer que a tipificação não era bem essa, que elementos técnicos... Rosemary atua efetivamente, digamos, com liberdade política na indicação dos braços operacionais da quadrilha; recebe valores, por mês, desses que foram por ela indicados, e ela não faz parte dessa quadrilha? Não houve como tipificá-la nessa quadrilha? Salvo melhor juízo, a tipificação caberia, sem que houvesse qualquer “forçamento” de natureza técnica. Uma análise lógica dos fatos não nos permite dizer que ela não fazia parte dessa quadrilha ou desse bando — muito pelo contrário.



Por fim, confesso que, no início, quando recebemos uma série de informações da imprensa, tudo dizia que poderia haver envolvimento do ex-Presidente Lula. Eu quero afirmar com todas as letras: eu tenho absoluta convicção neste momento — e me dou o direito até de errar e voltar atrás —, neste momento tenho certeza de que o Presidente Lula não tem absolutamente nada a ver com a quadrilha e com as ações criminosas, tenho clareza disto. Dou-me o direito de depois me arrependar desta afirmação, mas hoje é meu dever de consciência dizê-lo: é zero, evidentemente é zero.

E se usaram o nome dele? Infelizmente acontece, diferentemente de alguns que apregoam algo e defendem depois de forma diversa. O Governador Marconi Perillo foi referido pela quadrilha criminosa diversas vezes; nunca se envolveu com ela. Nem por isso o Relator deixou de tipificá-lo em sete crimes, como se Carlinhos Cachoeira fosse!

Eu acho que esse cuidado nós temos que ter. Eu não vou cometer essa atrocidade de fazer um prejulgamento dessa natureza, jamais! Mas de que ela tinha todos os ingredientes para estar inclusa no rol de alguém que praticou o crime de quadrilha ou bando, eu estou convencido disso.

Por isso, eu gostaria de ouvir as autoridades policiais e o Ministro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Inicialmente, quero cumprimentar o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo; os Delegados presentes, Dr. Leandro Daiello Coimbra e Dr. Roberto Troncon; e as Sras. e os Srs. Parlamentares.

Inicialmente, Ministro, quero falar sobre o tema da violência. Parece-me que um dos aspectos do tema da violência — e neste ponto concordo com o Deputado Ivan Valente — é este: em São Paulo, o Governador disse que *“aquele que não reagiu está vivo”*. Com isso, deu uma sinalização para se matar em São Paulo. Recentemente, foi descoberto que muitos daqueles que morreram tiveram seus antecedentes criminais revistados anteriormente.



Assim, a primeira pergunta que eu queria fazer é esta: V.Exa. não acha que nós devemos disciplinar os chamados autos de resistência, porque por trás deles pode haver chacinas praticadas por agentes públicos?

Nós temos um projeto, a ser votado aqui amanhã — o Relator é o Deputado Pastor Eurico, que está aqui à minha frente —, na direção do disciplinamento dos chamados autos de resistência, que muitas vezes encobrem mortes praticadas por agentes públicos e acabam escondendo verdadeiras chacinas. Essa é a primeira pergunta que quero fazer a V.Exa.

A segunda questão é sobre esse acontecimento relacionado à operação Porto Seguro. Em primeiro lugar, é importante dizer o seguinte: houve erros, e esses erros estão sendo averiguados e punidos. A Polícia Federal agiu antes que qualquer pessoa, seja por meio do Parlamento, seja por meio de denúncia, excluindo aquela que gerou o processo, tivesse feito algum encaminhamento. Portanto, nós temos que dizer que o aparelho do Estado está funcionando. Nós temos que dizer que a Polícia Federal funcionou e não houve qualquer impedimento à sua ação, independentemente de quem estivesse envolvido. O aparelho de Estado funcionou.

Em segundo lugar, não me parece ter havido qualquer erro de procedimento. A Polícia Federal agiu de maneira correta, demonstrando independência, o que é muito bom para o Brasil. As instituições de controle estão agindo de maneira independente, autônoma, sem que sejam impedidas de agir, seja lá quem for que esteja envolvido. Portanto, neste caso, eu creio que a Polícia agiu bem.

Em terceiro lugar, acho altiva a postura do Deputado Carlos Sampaio — e com ela concordo — quando S.Exa. diz que não há relação com o ex-Presidente Lula, que não há algum tipo de relação que leve ao Presidente Lula qualquer tipo de suspeita. Isso que está acontecendo é uma diminuição do patamar, digamos, necessário à investigação política e jornalística. Conduzir o tema ao ex-Presidente Lula é uma tentativa, na minha opinião, de tentar desgastá-lo. Mas não há, nesse inquérito, qualquer relação que remeta a ele. E eu me somo a V.Exa., ainda que tenhamos discordância em diversos aspectos. Eu quero aqui ressaltar o seu papel importante, como Deputado da Oposição, em fazer essa declaração. E é de V.Exa. essa sinceridade.



Por último, o tema trazido pelo Deputado Anthony Garotinho. S. Exa. não está aqui, mas o tema é desprovido de qualquer prova. Ora, se alguém levasse um contêiner de dinheiro para o porto e esse dinheiro fosse registrado, certamente estaria aí uma prova inicial. Não há qualquer prova. Até por ser passível de pensamentos — e abro um parêntese — que a Sra. Rose estaria devolvendo a Portugal aquilo que D. João trouxe em 1808. É só essa figura que fica na minha cabeça, porque um contêiner de euros... Eu não sei se, no Brasil, há tanto euro disponível para ser remetido num contêiner para Portugal. Mas me ficou parecendo, Deputado Taumaturgo, que a Sra. Rose ia devolver a Portugal aquela dívida inicial que nós tínhamos, que D. João trouxe, esvaziando os cofres portugueses, em 1808.

Portanto, quero terminar, dizendo o seguinte: essa operação mostra a vitalidade das instituições brasileiras, a sua independência, e o Governo a estimular essa vitalidade — o Governo da Presidenta Dilma, o Governo do Presidente Lula.

Portanto, quero parabenizar o Ministro José Eduardo Martins Cardozo, o Delegado-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello Coimbra, e também o Delegado de São Paulo, Dr. Roberto Troncon Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Encerrada a participação do Deputado Paulo Teixeira, na sequência concedo a palavra à Deputada Keiko Ota.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Sr. Presidente, primeiramente quero agradecer ao Sr. Ministro e aos demais representantes da Polícia Federal a presença. Parabenizo-os pelos esclarecimentos.

Faço ao Sr. Ministro duas perguntas.

Sr. Ministro, V.Exa. falou sobre o aumento efetivo de agentes da Polícia Federal nas fronteiras. Existem 236 aprovados no concurso 2012. O Decreto nº 6.944/2009 dá a base legal para a convocação, quando há aprovados aptos no concurso, não eliminados. Qual é a posição oficial de V.Exa., Sr. Ministro?

Faço a segunda pergunta. Lembramos que a convocação dos excedentes aprovados não gerará precedentes para outros concursos, pois se faz urgente, devido à atual situação da segurança no País e aos próximos grandes eventos cuja realização está prevista: evento internacional católico, em 2013; a Copa do Mundo, em 2014; e as Olimpíadas, em 2016.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Enio Bacci; depois, ao Deputado Pastor Eurico, à Deputada Erika Kokay e ao Deputado Delegado Protógenes, para encerrar.

O SR. DEPUTADO ENIO BACCI - Cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Justiça e os Delegados presentes.

O Ministro, no início da sua fala — e aqui estou desde o primeiro momento —, fez uma avaliação e citou como dois pontos importantes o aumento do policiamento nas fronteiras e também o programa nacional de construção de presídios, que deve envolver mais de 1 bilhão de reais. Quero deixar ao Ministro dois questionamentos, de forma rápida, para depois entrar na questão da operação Porto Seguro.

Em relação às fronteiras, lembro que há alguns meses, ao menos na fronteira gaúcha, o Exército fez algumas operações de 60 e 90 dias. Ao que se sabe, foram coordenadas mais pela Receita Federal do que pela Polícia Federal. Observou-se que uma das atribuições do Exército nas abordagens era checar compra de vinhos e de alguns outros produtos que atravessavam a fronteira. É comum, no Rio Grande, as pessoas viajarem a Rivera e a outros municípios do Uruguai para trazerem alguma compra, como perfumes ou coisa parecida. Por que não agir exclusivamente como reforço, e sob a coordenação da Polícia Federal, na busca de armas e drogas?

Há um segundo ponto. V.Exa. falou sobre os presídios. Lembro que houve uma denúncia — eu mesmo a trouxe a esta Comissão — de um presídio em Itajaí que foi interditado pela Polícia Federal porque as paredes daquele presídio tinham apenas 5 centímetros de espessura. Isso foi divulgado pela imprensa nacional. O que houve com aquele presídio? Depois disso, foi superada aquela questão? Estão comprometidos os demais presídios a serem construídos?

Sobre a operação Porto Seguro, quero estender-me um pouco mais.

Estou no meu quinto mandato, Sr. Ministro, vou completar 20 anos em Brasília. Já fui Presidente das Comissões de Economia, de Direitos Humanos, de Segurança Pública. Nesses 20 anos, sempre presenciei Oposição contra Governo. Na época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, de um jeito; agora, de outro. Sempre presenciei aqui o bem contra o mal. Parece que eu sou um dos poucos que ainda defende a tese de que em todos os partidos políticos há gente boa



e em todos os partidos políticos há gente pilantra também, como dizia o nosso ex-Presidente Lula. E com esse pensamento é que faço uma defesa — e trago isso como experiência própria, como advogado criminalista, como Secretário de Segurança Pública que fui no Rio Grande, por alguns meses. Nesse período, recebi uma denúncia, Sr. Ministro, de que um promotor de justiça da cidade de Lajeado violentava as duas filhas há 10 anos. Uma das filhas, cinco anos antes, já havia feito essa denúncia, mas entenderam como fantasiosa e não lhe deram crédito. Hoje esse promotor está preso, condenado, porque realmente se comprovou o que se afirmara.

Há informações de que a CIA sabia que um maluco queria jogar um avião contra as torres gêmeas, e não acreditaram nisso. Se me dissessem que alguém iria levar dólares na cueca, eu também não acreditaria. Se me dissessem que havia na televisão imagens do Arruda pegando dinheiro, eu diria que era fantasia, que seria impossível um homem como ele fazer isso. O Demóstenes envolvido? Também parecia impossível.

Agora, a denúncia que parece surreal do Deputado Anthony Garotinho é pontual. Ela afirma, dá nomes: Aeroporto Francisco Sá Carneiro, na cidade de Porto. Qualquer ofício a esse aeroporto, ao departamento específico, vai dizer-nos se essa denúncia é verdadeira ou não. E aí o risco é grande: ou a consagração, ou sair ridicularizado. Por isso, em vez de questionarmos aqui se tem fundamento ou não, vamos descobrir, contatando com o aeroporto. E aí o Deputado ou vai ter que dar explicações — e vão ser difíceis as explicações —, ou vai ser consagrado.

Por outro lado, eu ouço — e ouvi hoje aqui também — muitos elogios à Polícia Federal e ao Ministério Público, pela competência e pelo trabalho. Mas ouvi, há poucos dias, críticas ferrenhas ao Supremo Tribunal Federal, dizendo que o STF julgou o mensalão pela mídia, agiu contra o PT. E aí eu deixo uma pergunta no ar: será que os Governos de Lula e Dilma foram tão incompetentes de escolherem inimigos para compor o Supremo? Afinal, a maioria do Supremo foi escolhida pelo Lula e pela Dilma. Então, eu entendo, Sr. Ministro — e aí digo parte do PT, porque outra parte pensa como eu —, se há laranjas podres, que elas sejam extirpadas, e jamais questionar o Supremo. Que País seria o nosso se o Supremo servisse para



se vingar de um governo, para julgar de acordo com a mídia, para prejudicar um ou outro político?

Quando ouvi V.Exa. dizer que preferia morrer a ser preso, alguns disseram que era uma forma de defender o José Dirceu e os acusados. Eu imagino o contrário. Quem sabe V.Exa., se julgador fosse, aplicasse a pena de morte em vez da prisão?

Então, fica no ar certeza de que V.Exa., pela história que tem, pelo passado que tem, é um daqueles que faz política em cima de princípios. E, se o Judiciário decidiu bem ou mal, o Judiciário decidiu com base na verdade e na prova que tinha.

Era isso, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Grato, Deputado Enio Bacci.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e aproveito para lhe parabenizar pela forma como tem conduzido, como sempre, as audiências nesta Comissão. Saúdo o nobre Ministro e demais componentes desta Mesa, entendendo que os temas aqui abordados são de alta relevância para o nosso País.

Preocupa-me, Sr. Presidente, que às vezes se desvie um pouco do foco. Nós entendemos que esta audiência, primeiro, destina-se a discutir a crise da segurança pública no País, em especial São Paulo. E pouco disso se tratou aqui. Fica uma interrogação. Parece-me até que o assunto da segurança pública em âmbito nacional e especialmente em São Paulo foi só o chavão para trazer o Ministro aqui e os demais que o acompanham.

Eu teria que pontuar aqui um lado positivo. Primeiro, há duas semanas, nós fomos aqui desconsiderados como Comissão, desrespeitados, quando do convite a autoridades de São Paulo para trazer esclarecimentos concernentes a tudo que está acontecendo naquele Estado. Não foi considerado o convite desta Comissão, o que fez com ela tivesse que ir a São Paulo fazer algumas diligências *in loco*, para depois trazer o relatório para cá. Mas, por sua vez, o ilustre Ministro — aí, sim, temos que parabenizá-lo — atendeu ao convite e aqui veio, demonstrando seriedade e competência na Pasta que está sob seu comando, trazendo consigo os nobres representantes da Polícia Federal.



Os esclarecidos que aqui dados foram importantíssimos. Eu diria que muitas perguntas que eu gostaria de fazer já foram respondidas. O que me preocupa — e não sou eu que vou interferir ou mudar o Regimento da Casa, é claro, porque Líder é Líder e tem suas prerrogativas — é que muitas pessoas ou muitos companheiros que aqui chegam na condição de Líder ou não nem sempre estão participando dos embates aqui. Mas parece que há um interesse muito grande no foco da mídia em dados momentos para vir aqui brigar e fazer alguns carnavais para só aparecer na mídia. E não vejo consistência em alguns assuntos que aqui são abordados, até porque muitos vêm e falam. Reconheço os compromissos que temos na Casa, são diversos, mas aparecem, falam, saem, não esperam nem a resposta às perguntas que eles mesmos fizeram aos que estão aqui sendo interpelados. De repente, senti-me aqui como se estivesse numa CPI. Parece que querem investigar o Ministro, os delegados, quando não é da competência deles julgar os fatos, mas sim apurá-los. E, pelo que vi, isso tem sido demonstrado aqui com muita sapiência por parte de ambos. Eu acredito que, se tem que haver CPI, será mais na frente. Não estão aqui os nossos convidados sendo interpelados, hoje até parece que estão sendo julgados.

Eu gostaria de aproveitar para fazer algumas colocações rapidamente, referindo-me à questão que o nosso Ministro colocou, a respeito da segurança nacional, principalmente quando cita a Polícia Federal. Nós tivemos a honra de andar por este Brasil e por alguns países, com a Comissão de Segurança em razão da questão das drogas, e vimos o absurdo que acontece em nosso Brasil, principalmente nas nossas fronteiras.

É difícil vermos a realidade tão triste de nossas fronteiras, Srs. Delegados da Polícia Federal e Sr. Ministro. E fazemos uma análise em relação, principalmente, aos Estados Unidos, nas fronteiras com o México e o Canadá. São 3.141 quilômetros, com 30 mil policiais, alta tecnologia, praticamente tudo cercado, e ainda entra contrabando e acontecem tantas coisas. Imaginem o Brasil, vizinho dos maiores produtores de coca do planeta, Bolívia, Peru e Colômbia, e ainda do Paraguai, que é o segundo maior produtor de maconha, ter menos de mil policiais da Polícia Federal para guarnecer os 17 mil quilômetros de fronteiras. Realmente, é um absurdo.



Mas fico feliz, Sr. Ministro, em ouvir de V.Exa. essa informação da duplicação do efetivo da Polícia Federal e também da Polícia Rodoviária Federal. Isso parece trazer um pouco de alento e até de alívio para os nossos queridos que estão esperando uma convocação. Foram aprovados, estão na luta. Eu acredito que haja muitas pessoas que estejam sonhando com esse momento.

A nossa querida Deputada Erika Kokay colocou o senhor, agora, diante de uma pergunta...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Keiko Ota.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Desculpe-me. Keiko Ota. A Deputada Keiko Ota colocou o senhor diante de nós para trazer uma resposta, e esperamos que ela venha a ser dada. Então, eu fico feliz pela forma com que o senhor tem aqui respeitosamente tratado esta Comissão.

Para encerrar, no que concerne ao assunto que aqui mais chamou a atenção, que são as operações da Polícia Federal, principalmente a Porto Seguro, eu fico com uma interrogação. Apareceram alguns nomes. Será que ainda há mais, Sr. Ministro, para aparecer? Aí, sim, a formação de quadrilha deve ficar muito grande.

Então, a situação é complexa.

Entre suas observações, coloco a questão das investigações criminais no Brasil. O Deputado Miro Teixeira fez uma colocação. Sou Relator de um dos projetos que considero de alta relevância, Sr. Presidente, que amanhã será votado aqui, que vai coibir certo corporativismo que existe entre as forças policiares, alguns delegados, peritos. Parece que, quando acontecem mortes de pessoas civis, alega-se tão somente que foi em legítima defesa, em combate, mas os esclarecimentos não são dados a contento. Esse projeto vem dar liberdade para que os delegados possam atuar livremente, sem serem coagidos por outras forças, que, às vezes, ditam até o resultado da perícia. Esperamos que as famílias que foram vitimadas possam ter respostas mais convincentes e que o Brasil possa ter mais e mais senso de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido, Pastor Eurico.

Há duas últimas inscrições.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de parabenizar a exposição do Ministro, a exposição dos representantes da Polícia Federal, e parabenizar não só esta exposição ou esta discussão que nos tem nos esclarecido uma série de aspectos, mas parabenizar algumas posições. Particularmente quando o Ministro se posiciona sobre o sistema penitenciário, tira-se da invisibilidade um sistema que é invisível. Parece que os meninos, quando são vitimados, são invisibilizados. Tornam-se visíveis com a arma na mão e, ao receberem a sentença, tornam-se de novo invisibilizados, invisíveis para a sociedade. Com esse posicionamento em relação ao sistema penitenciário, que tem características realmente medievais, rompe-se a invisibilidade e possibilita-se uma atuação na perspectiva da transformação do quadro que nós estamos vivenciando hoje.

A mesma coisa acontece no que diz respeito ao verdadeiro extermínio dos meninos negros que o País vivencia neste momento. Penso que é preciso ter como centralidade uma cultura de paz e respeito aos direitos, para que nós não tenhamos que conviver com quase 40 mil, ou mais do que isso, meninos, na maioria negros, assassinados todos os anos. Penso que isso é uma contradição que indica que o Brasil precisa ainda fazer o luto do colonialismo, que leva a uma lógica patrimonialista, o luto da escravidão e o luto da ditadura. E digo isso porque o que nós vemos hoje, com a atuação da Polícia Federal, indica que nós estamos também dando visibilidade a estruturas que foram construídas em épocas remotas no Brasil, e que nós não conseguimos ainda fazer o luto. Penso que a atuação da Polícia Federal e do Ministério da Justiça faz o luto de uma lógica patrimonialista que corrói as estruturas do Estado.

Portanto, nós vimos nesta audiência de hoje que nós temos todos os fatos. Porque é óbvio que há uma disputa política. Esta é uma Casa plural, e esta Casa tem diferentes projetos políticos. É uma característica precípua do próprio Poder Legislativo a sua pluralidade de ideias e de projetos. Mas nós estamos lidando aqui com fatos, com fatos, e os fatos não podem ser distorcidos e não podem alimentar concepções e propostas políticas. É preciso que nos detenhamos aos fatos para que possamos trazer a discussão dos projetos políticos entre a situação e a oposição para as propostas políticas, para que nós não tenhamos os arremedos de



construções que são feitas na possibilidade de trazer para o campo, para o campo da inverdade, para o campo da adulteração dos fatos, uma disputa política.

O envolvimento que se tenta fazer do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é fruto de uma lógica de quem busca fazer uma oposição e tem dificuldades de fazê-la, porque nós temos um Governo que está dando certo, um Governo que está dando certo. Um Presidente que diziam que não poderia governar o País, porque não tinha curso superior, colocou tantos meninos e meninas que não tinham perspectiva de serem médicos, advogados ou professores na universidade.

Portanto, essa experiência do que foi o Governo Lula e do que tem sido o Governo Dilma Rousseff é uma experiência que deixa pouco espaço para que se faça uma oposição com relação aos projetos que estão em curso. Por isso, tenta-se de toda sorte fazer um envolvimento e dizer que o Governo Lula inaugurou o processo de corrupção. E nós sabemos, e a sociedade sabe — e já respondeu a isso nas urnas —, que não foi o PT no Governo que criou as estruturas corruptas, mas é o PT que tem desmembrado e tem tirado de debaixo do tapete todas as irregularidades que este País vivenciou.

Quando nós o comparamos com o Governo anterior, nós estamos comparando um Governo que tinha por volta de 4 mil denúncias no Ministério Público Federal, e nenhuma delas era investigada, nós estamos comparando com um Governo que tem colocado tantas pessoas na cadeia, pessoas corruptas, porque exercem um crime, ao meu ver, de latrocínio, porque corrupção é roubo seguido de morte, sem nenhuma dúvida, morte metafórica ou morte literal, quando se trata de saquear a saúde, por exemplo.

Portanto, este Governo tem dito que o Estado tem que ser democrático de direito, e a Polícia Federal está nos proporcionando, inclusive, uma discussão sobre a Operação Porto Seguro. É preciso lembrar que nós só estamos fazendo aqui esta discussão e inquirindo o Ministro e a Polícia Federal porque o Governo e a Polícia Federal fizeram uma operação e desmembraram uma quadrilha que estava incrustada nas relações de poder e têm feito todas as investigações necessárias.

Por isso eu digo que nós estamos inaugurando, eu diria, nos últimos 10 anos, uma era republicana, na perspectiva de que nós possamos tirar esses resquícios e



esses pedaços do patrimonialismo e esses pedaços da ditadura, que tirou dos brasileiros o próprio País, e nós estamos buscando fazer o luto desse processo.

Por fim, quero dizer que nós temos a absoluta clareza aqui, como o Deputado Carlos Sampaio já se referiu, de que não há qualquer tipo de envolvimento do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o que é atestado, inclusive, pela posição expressa pela procuradora que acompanha o processo de investigação. Se é verdade que o Ministério Público não pode entrar no mérito de forma aprofundada, é muito difícil que tenhamos uma fiscalização sem que se avalie o mérito das investigações. O Ministério Público tem acompanhado todo o processo, e, inclusive, sugerido, como tem que fazer, os procedimentos e os métodos necessários para que a investigação possa ser uma investigação absolutamente profícua.

Por tudo isso, pela postura do Governo, a postura do Governo de ter feito a investigação, a postura do Governo, a postura do Governo da Presidenta Dilma Rousseff de imediatamente exonerar todos os supostos envolvidos, a postura da própria AGU de passar um pente-fino em todos os pareceres — todos! —, para ver se havia qualquer tipo de influência ou se tinham sido construídos sob qualquer tipo de relação ilícita, indica que nós estamos em um governo que faz valer o conceito republicano.

Por isso, porque valorizamos a Polícia Federal, porque atestamos isso é que também defendemos que sejam contratados todos os candidatos aprovados no concurso da Polícia Federal, para que possamos ter o empoderamento, o fortalecimento da Polícia Federal, para que possamos, enfim, fechar os ciclos dos períodos traumáticos da história brasileira e construir realmente um país em que caibam todas e todos, que, com certeza, conta com a participação do Ministro da Justiça. Eu tenho absoluta certeza de que o Ministro nunca defenderá a pena de morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço à Deputada Erika Kokay.

É a nossa última inscrição, até porque acabamos de completar 6 horas de audiência pública, praticamente ininterruptas.

Então, Deputado Delegado Protógenes. Uso da palavra pelo tempo regimental.



O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente Efraim Filho, Ministro José Eduardo Cardozo, com muita honra recebemos V.Exa. em nossa Comissão, meu colega Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello, meu colega Dr. Roberto Troncon Filho, Superintendente Regional da Polícia Federal do Estado de São Paulo, Sr. Ministro, Deputado Edson Santos, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, minha breve intervenção vai ser no sentido de tocar o meu atabaque.

Eu abro minha fala tocando o meu atabaque, porque ouvi atentamente uma uníssona orientação, um entendimento de que, dentro do Departamento de Polícia Federal, não haveria nenhum conflito interno, que a convivência era harmoniosa e que essa convivência harmoniosa levaria ao produto de atividade policial, resultando em algumas operações de Polícia Federal importantes. Ora, se não houvesse nenhuma disputa interna, uma crise dentro da Polícia Federal, disputa essa levada não pela atividade de Polícia Federal...

Todos nós queremos exercer a nossa atividade de Polícia Federal com prerrogativas e garantias constitucionais, para desenvolver com independência a nossa atividade, e, assim, nós não temos. Não temos, porque houve uma incompreensão, não sei se por parte do Governo Federal ou da própria cúpula que assumiu a administração da Polícia Federal — o desenvolvimento que o órgão alcançou até o ano de 2008. A partir daí, a Polícia Federal passou a exercer, a cumprir outro papel, e com disputas internas, sim.

Nós temos excedentes de mais de 200 policiais formados, concursados, dependendo de curso na Academia Nacional de Polícia. E houve um edital, com 30 dias de prazo, para absorção desses profissionais. Nunca houve na história da República um concurso *the flash*, principalmente da Polícia Federal, que é altamente complexo, o mais difícil de todas as carreiras jurídicas da República Federativa do Brasil. Esse é um ponto.

Segundo ponto da divergência. Nós nos encontramos num diálogo, que o Ministro José Eduardo Cardozo gentilmente abriu, depois de tantas manifestações dos EPAs — Escrivães, Papiloscopistas e Agentes Federais —, para ter uma carreira reestruturada. E nós, delegados da Polícia Federal, também queremos essa reestruturação. Então, existe um diálogo, em andamento, da reestruturação.



Portanto, a questão de não haver conflito interno dentro da Polícia Federal me deixou um pouco preocupado. Temos que reconhecer, sim. Não é demérito nenhum reconhecermos essa deficiência orgânica do órgão. Isso ocorre há anos, não é da gestão do Ministro José Eduardo Cardozo. Ele já herdou essa discussão e esse debate dentro da Polícia Federal.

Outro ponto, Ministro José Eduardo, também muito me preocupa. Eu pediria atenção ao senhor, também aos colegas da Polícia Federal, ao Presidente Efraim Filho e ao Deputado Edson Santos. Em determinadas operações da Polícia Federal, há, sim, um reflexo externo dessas operações, e há um reflexo interno dessas operações. No Brasil, nós não temos nenhum órgão para analisar esses reflexos resultados dessas ações policiais.

Muitas vezes, esses reflexos são pegos de surpresa e de roldão, sem que tenhamos nenhuma condição técnica de avaliar resultados e consequências de determinadas operações, nem tampouco de prevenir a República Federativa do Brasil de ações externas que interessam a desestabilizar o Governo Federal, a República brasileira e o Brasil, em razão da sua competição como soberania internacional, em razão de outros países que correm na mesma linha. E nós não temos condições de avaliar. Não há nenhum órgão de avaliação, de prevenção, nem tampouco de organicidade em direcionar o resultado e as consequências dessa situação.

É por isso que estamos aqui, cada um isoladamente, dando nossos pontos de vista. O Dr. Troncon está dando o ponto de vista dele, dizendo que cumpriu tecnicamente o que foi determinado dentro dos fatos que foram levados à superintendência da Polícia Federal. O Ministério Público tomou ciência e acompanhou. O Judiciário também acompanhou. Podia fazer diferente? Não. Não podia fazer diferente. Sob o ponto de vista técnico, não podia fazer diferente.

Agora, qual a consequência dessa operação dentro do gabinete da Presidência da República, da representação da Presidência da República no Estado de São Paulo, na pessoa mais próxima do ex-Presidente da República e da atual Presidente? Porque ali era o gabinete da sua representação. Embora a Presidenta Dilma não tenha usado aquele gabinete, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, usava-o com frequência e outros Ministros da República usavam-no com



frequência. Então, é muito preocupante. É muito preocupante se proceder sem essa avaliação.

Será que eu estaria interceptando tão somente uma quadrilha incrustada no gabinete da Presidência da República com representação em São Paulo? Quem era a secretária Rosemary? Quem era mais próximo da secretária Rosemary? Eu não sou, nem o senhor, nem o Superintendente, Dr. Roberto Troncon e muito menos meu Diretor-Geral da Polícia Federal, nosso Diretor-Geral, e nem tampouco os agentes da Polícia Federal.

Tirem aí suas conclusões. Tirem suas conclusões. No pano de fundo, havia um alvo maior dentro dessa estrutura orgânica, que, indiretamente, foi tangenciado. Não adianta nós falarmos que não foi, porque foi. Esse é um ponto. Dois alvos importantes.

A outra situação que eu coloco é uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado Delegado Protógenes, por favor.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - É importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É importante, mas dentro do prazo regimental.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Então, vou me reinscrever se não der tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - São 8 minutos já.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Perfeito. Se não der tempo, por favor, V.Exa. me garanta a reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Espero que V.Exa. conclua.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Outro ponto, Sr. Ministro, que eu coloco é em relação aos programas desenvolvidos dentro da Polícia Federal em cooperação com outros países. Esse é um ponto. Eu mesmo tenho feito gestões no sentido de aperfeiçoar a participação desses programas dentro do Departamento de Polícia Federal.

Deixo minha indagação posterior à outra fala. Então, vou às perguntas, já dentro do que colocaram. Ao Dr. Roberto Troncon, embora fique na condição de responder ou não. Mas, se responder, vai ser de bastante valia, dentro do tema de



reestruturação da Polícia Federal, para tratarmos o nosso órgão com independência, com prerrogativas e garantias constitucionais.

V.Sa., na Operação Satiagraha, era o meu superior hierárquico. Executamos a Operação Satiagraha dentro da Diretoria de Combate ao Crime Organizado. Essa operação teve consequências externas também. Havia interesses internacionais que rondavam essa operação policial. Talvez V.Sa. não tivesse conhecimento dessa magnitude, mas o Diretor-Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, ao qual nós éramos subordinados, tinha. Então, o senhor viajou com o Diretor-Geral da Polícia Federal antes da Operação Satiagraha, na semana em que eu deflagrei a operação, para qual país?

Segunda pergunta: o senhor fez curso antiterror nos Estados Unidos?

A terceira pergunta vai para o Diretor-Geral da Polícia Federal e também para o Ministro José Eduardo Cardozo: o Sistema Guardiã da Polícia Federal e o Sistema Sombra são sistemas de propriedade da Polícia Federal, do Estado da República Federativa brasileira ou são um sistema privado que a Polícia Federal utiliza com contrato de serviços, ou seja, de *franchise*? Enfim, eu queria saber qual a natureza jurídica hoje desses contratos do nosso sistema de interceptação que o Dr. Troncon bem conhece, porque trabalhou também na Delegacia de Repressão a Entorpecentes, que utilizava outro tipo de equipamento, que era o BEDIN.

Para o Dr. Leandro e também para o Ministro José Eduardo Cardozo: o Diretor-Geral da Polícia Federal e o Dr. Daniel Lorenz, então Diretor de Inteligência da Polícia Federal e Coordenador do Programa Antiterrorismo no Brasil, viajaram aos Estados Unidos dois dias depois de tomar posse o Diretor-Geral da Polícia Federal aqui no Brasil. Foi nomeado pelo Presidente Lula. Dois dias depois, viajaram os dois para os Estados Unidos, para uma reunião com o General Petraeus, General esse há até bem pouco tempo Chefe da Central de Inteligência americana. O senhor tem ciência? O Diretor-Geral tem ciência de qual o relatório os dois delegados, os dois gestores da Polícia Federal, apresentaram?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho) - Deputado Protógenes, está fugindo ao tema da audiência pública.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho) - Já se vão 11 minutos.



Eu quero esclarecer aos convidados que eles não estão obrigados a responder sobre nada que fuja... Nós temos que ter tolerância. Já pedi a conclusão. São 11 minutos, Deputado Protógenes. Vamos para a conclusão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Perfeito. Eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho) - Até agora o senhor perguntou coisas que não tinham a ver com o tema da audiência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Vou concluir. Está bom.

Tem a ver com o tema, Deputado Efraim. Depois, eu vou complementar.

Em relação ao Superintendente da Polícia Federal, os PADs, com os policiais grevistas e afastamento de policiais, chegou ao meu conhecimento, Dr. Leandro e Dr. Troncon, que os policiais que analisavam o PCC em São Paulo foram afastados do setor de análise. Essa informação foi trazida pelo Sindicato dos Policiais em São Paulo. São verdadeiras essas informações e quais as consequências, haja vista que há um acordo com o Governo do Estado de São Paulo, Governador Geraldo Alckmin, da Central de Inteligência para o combate ao crime organizado?

Então, eu peço só, Presidente, a minha possível reinscrição só para complementar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Delegado Protógenes, vou dar-lhe a palavra para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, eu já até consultei V.Exa.

Eu tive um problema, tive que sair por missão de Governo, para um canto e outro, mas acompanhei bastante a audiência. Queria consultá-lo se é possível eu usar, esta hora, não mais do que 3 minutos, o tempo de Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado José Guimarães, eu não cerceei a palavra de ninguém até agora, nem mesmo a do Deputado Protógenes. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não é o caso. Eu sei...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu havia encerrado as inscrições. Se V.Exa. quiser falar, logicamente, será regimental. Agora, abre um precedente, inclusive, para a reinscrição do Deputado Protógenes.

Eu queria solicitar de V.Exa. a tolerância. Nós já estamos aqui desde às 10 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - O Protógenes falou pela Liderança, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, S.Exa. falou pela inscrição, tanto é que foi o último inscrito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sim, mas estavam encerradas as inscrições, e as Lideranças falam em qualquer momento, em qualquer sessão. Isso não abre precedente, porque é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É o que eu digo: se V.Exa. quiser falar, terá seu direito reconhecido. Apenas havia encerrado, mas, se qualquer outro solicitar inscrição, eu serei obrigado a concedê-la. Então, V.Exa. tem o tempo.

Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, questão de ordem. Não me oponho que S.Exa. fale por 3 minutos, mas se um Deputado já falou pela Liderança do PT, outro não pode falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - S.Exa. está falando pela Liderança do Governo. Concordo. V.Exa. está correto. S.Exa. já me consultou. S.Exa. é Vice-Líder do Governo, assim poderá exercer o direito de falar com base nessa função, perfeito?

Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Rapidinho. Sr. Presidente, Ministro e Delegados da Polícia Federal, eu quero levantar apenas três questões.

A primeira: Ministro Eduardo, eu estava vindo do plenário para cá, e um jornalista me perguntou o que eu estava achando de sua exposição. Ao responder a esse jornalista, vou aqui traduzir aqui meu sentimento pelo Governo.

V.Exa. foi tão transparente e tão sincero nas questões levantadas que não fica qualquer dúvida para as duas Comissões sobre a postura do nosso Governo. Essa qualidade deve ser muito valorizada por qualquer governo. O Ministro de



Estado da Justiça, o responsável maior pela Pasta, à qual a Polícia Federal é ligada, teve essa postura bastante transparente, falando tudo além daquilo que já está na imprensa.

Eu queria, portanto, em nome do Governo, fazer esse registro, nessas duas Comissões. E V.Exa., Sr. Presidente, teve uma postura muito correta na condução dos trabalhos.

Em segundo lugar, quero fazer outra observação. Os delegados estão aqui. Em qualquer operação, o que me incomoda muitas vezes, delegados, é o espetáculo e não a apuração.

Quero confessar, Dr. Leandro, Delegado-Geral da Polícia Federal, que penso que ultimamente a Polícia Federal tem tido mais serenidade ao realizar uma operação. O espetáculo muitas vezes é feito por setores da mídia e não por parte da Polícia Federal. Evidentemente, V.Sas. não têm controle sobre o que acontece após a operação.

Esse registro é importante, porque, é claro, qualquer governo, o Governo Fernando Henrique Cardoso, o Governo Lula e agora o Governo da Presidente Dilma, tem que zelar pelas instituições. O Brasil alcançou um nível tal de consolidação das instituições que ninguém mais quebra. É inexorável o que está acontecendo em nosso País. E as coisas acontecem em qualquer quadrante da vida pública. Não é porque acontece um fato no PT que nós, do partido, vamos ser imputados disso ou daquilo.

Não há problema em o Supremo julgar o mensalão. Agora o Supremo também terá que julgar o mensalão do PSDB. Que problema há nisso?

Então, essa deve ser a conduta da República e também a dos Deputados.

Um Deputado falou de um episódio, Ministro. Todo mundo sabe do episódio em que fui envolvido em 2005, o espetáculo que foi feito. E aí? Eu fui inocentado. E onde estavam meus queridos amigos da mídia? É difícil. Ainda hoje continuo apanhando. Ouvei que eu tenho que pagar, porque sou irmão do Genoíno.

Não está correta, meus caros Deputados, sejam da oposição ou da situação, essa postura, porque ela não é republicana, meu caro Ministro, não é republicana, nem para nós que somos do PT, do Governo, nem para a oposição.



É claro que há uma tentativa de envolver o nome do ex-Presidente Lula, ou não há, Ministro? Não quero que V.Exa. se pronuncie sobre isso. Eu estava no avião, vindo para cá, quando li na revista do fim de semana — entre aspas — “namorada”. A que ponto nós chegamos? A que ponto nós chegamos?

Estou dando um depoimento, Ministro. V.Exa. é Ministro de Estado, teve uma postura correta aqui dentro. Portanto, esse é o meu sentimento.

Quanto a essa operação da Polícia Federal de São Paulo, delegados, eu só tenho uma pergunta a fazer, já que ela foi feita de forma irreparável. É claro que não está em jogo aqui, Ministro e meus caros pares, se há satisfação ou não da Polícia Federal. Se os concursados vão ser chamados ou não, é outro problema. Claro que a Polícia Federal tem que chamá-los, tem que ter mais estrutura, tudo isso. Mas o que está em jogo é a análise do episódio que hoje está presente na sociedade brasileira, motivo pelo qual os delegados e V.Exa. vieram aqui prestar esclarecimentos a esta Casa, de forma republicana, sem esconder nada.

O único questionamento que eu faço, Ministro e delegados, é: se, institucionalmente, o fato de irem ao gabinete presidencial, há cobertura jurídica para isso? O problema não é porque foi o Fulano, mas porque isso abre precedente. Daqui há pouco, a Presidenta pode não ser do PT, e aí? É uma extensão do gabinete presidencial. A Justiça poderia autorizar isso. Ainda como eu li, foi uma ação localizada, num determinado território do gabinete presidencial, mas com que controle? Será que há controle dessa ação lá dentro? Não estou questionando, delegados, a operação. Eu estou levantando questões que, para mim, são fundantes do Estado Democrático de Direito e da República Federativa do Brasil.

Obrigado, Presidente, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Guimarães pelo uso da palavra.

Passaremos agora para as respostas. Pedimos aos expositores que façam também suas considerações finais.

Da esquerda para a direita, com a palavra o Dr. Roberto Troncon.

O Ministro terá a palavra final na conclusão. Ele disse que vai ali rapidamente tratar de assuntos emergenciais, mas retorna enquanto o Dr. Roberto Troncon faz uso da palavra.



O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Agradeço bastante pela paciência e compreensão conosco.

Se, por um lado, a mídia tem muita informação, obtida competentemente pelas suas fontes, a Polícia está sempre submetida às regras legais, inclusive, as de manutenção do sigilo daqueles que estão sendo investigados, em qualquer dos casos — e neste, em particular —, levando em consideração também que, até a formação da culpa, até uma sentença transitada em julgado, todos, pelo princípio constitucional da presunção da inocência, são, para nós, apenas investigados.

Eu acho que as questões que o Deputado Protógenes e que V.Exa. apontaram estão fora do contexto. Se fossem no contexto para o qual aqui viemos e nos dispusemos a falar, se fossem para entrar nessa seara, talvez, houvesse muito a falar, mas não seria este o momento mais adequado. Mas estamos à disposição para atender às suas demandas, se julgarem conveniente, seja por meio desta Casa, seja diretamente.

Eu só queria complementar dizendo que, como Delegado da Polícia Federal que ingressou nesta instituição em 1995, em nenhum momento da minha carreira, eu sofri qualquer pressão dos meus superiores, seja para perseguir ou para proteger quem quer que seja, em todas as investigações que conduzi.

Depois, numa segunda etapa, já como gestor, trabalhando em Brasília com o Diretor-Geral, de quem estive mais próximo aqui, da mesma forma, nunca aconteceu isso que fosse do meu conhecimento.

O que tem acontecido com a Polícia Federal, ao longo dos anos, particularmente, ao longo desses 10, 15 anos, é a consolidação de uma cultura institucional, que nós entendemos ser muito salutar para a República e para o Estado Democrático de Direito no Brasil, qual seja, a de que, toda vez em que desenvolvemos uma investigação, o delegado de Polícia, à semelhança do que acontece com o promotor de Justiça ou com o juiz, cada qual tem atos privativos previstos em lei. O do delegado é o indiciamento, é o ato formal pelo qual, analisando as provas coligidas nos autos, ele decide por apontar o autor de um crime ou não. Esse é um ato privativo do delegado. Os delegados da Polícia Federal têm absoluta liberdade para agir. Obviamente, o superior hierárquico, nessa cadeia



hierárquica, vai interferir, se houver abuso ou ilegalidade praticados pelo servidor da Polícia Federal, no caso, o delegado que conduz as investigações.

Então, eu acho que o grande ganho institucional, no qual me ponho como testemunha, é a consolidação dessa cultura. Todos os policiais federais, a sua imensa maioria, hoje observa isso. Não houve nenhuma alteração legislativa para blindar, para garantir isso. Talvez nem isso fosse necessário e nem tão eficaz quanto a transformação cultural que ocorreu, principalmente, nos últimos 15 anos. Hoje, eu acho que a população brasileira pode estar tranquila que a imensa maioria dos policiais tem este compromisso de atuar tecnicamente para responder, nos casos das investigações criminais, as duas perguntas primordiais: houve crime? E, se a pergunta primeira for respondida afirmativamente, quem foram os seus autores? Independentemente de nomes, se são pessoas com poder político, econômico ou se é um simples cidadão.

Acho que esse é o grande ganho, e agradeço muito a paciência e espero ter contribuído de alguma forma com esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Eu coloquei uma segunda pergunta importante, que foi a transferência dos analistas do Primeiro Comando da Capital, que estavam analisando o caso, e da transferência. Isso foi uma informação que me foi encaminhada pelo sindicato dos policiais do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Se o Dr. Roberto Troncon quiser responder ou se reportar a essa pergunta, fica a critério dele. Ele não está como convocado aqui hoje.

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Com a sua permissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a permissão, é bem-vinda a resposta dele para a pergunta percuciente do Deputado Protógenes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Está na crise da Segurança Pública no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É tema da audiência a Segurança Pública do Estado de São Paulo.



O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Então, com a sua permissão, Presidente, o que acontece na Polícia Federal, o que deve acontecer e o que tem acontecido é que a Polícia, na busca do desenvolvimento da sua atividade, ela capacita pessoas, coloca pessoas em determinadas funções, investe nas pessoas para gerir, para executar as suas atividades. Agora, ninguém é insubstituível, e se o Estado brasileiro não pode ficar refém de criminosos, tampouco de servidores públicos em que o Estado investiu, e aí um grupo pequeno pode dizer: “Bom, agora eu tenho a informação, e se eu não for atendido em pleitos salariais ou outros quaisquer, eu vou usar dessa detenção da informação para bloquear o que a instituição tem que fazer”.

A cultura na Polícia Federal hoje é: o Estado não é refém nem de criminosos muito menos de servidores. Isso especificamente que o senhor está dizendo, se houve remanejamento, eu desconheço. O que houve num dado período, e que é de conhecimento público, foi uma greve. E São Paulo teve, sim, uma adesão, o direito constitucional de greve foi respeitado, um direito sagrado, embora não regulamentado foi respeitado integralmente, ninguém sofreu nenhum tipo de retaliação por conta de ter aderido à greve, além das consequências naturais, tais como corte de ponto e desconto do salário.

Agora, ninguém, hoje — e isso é muito claro —, na Polícia Federal como um todo e na Superintendência de São Paulo, em particular, ninguém, detentor de uma informação ou de uma determinada posição, pode imaginar que, por ter o Estado investido, por ter colocado, seja por meio de uma experiência prática, seja por meio de uma capacitação teórica, ele vai emparedar o Estado ou a Polícia Federal ou a organização e, de certa maneira, tentar obter alguma vantagem ou interesse de ordem pessoal, de sindicato, ou seja lá o que for. Não aconteceu, e toda vez que isso acontecer o que a gente prega é que ninguém é insubstituível, a começar do nosso dirigente maior, dos dirigentes estaduais e todos os demais, que são substituíveis na medida em que as necessidades assim se impuserem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido.

Com a palavra, para as respostas e considerações finais, o Dr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal.



Aproveito a oportunidade para agradecer a presença tanto do Diretor-Geral da Polícia Federal como do Dr. Roberto Troncon, Superintendente da Polícia Federal em São Paulo, que, de livre e espontânea vontade, acompanhando o Ministro, compareceram à audiência de hoje e cumpriram um papel importante de complementação num debate complexo e, de forma completa, foi possível oferecer aos Srs. Deputados algumas respostas que, única e exclusivamente pela ação do Ministro, talvez não houvesse o absoluto conhecimento.

Então, obrigado pela presença e pela disponibilidade. A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Fiscalização e Controle agradecem a presença dos senhores.

Com a palavra o Dr. Leandro Daiello Coimbra.

O SR. LEANDRO DAIELLO COIMBRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, em nome da Polícia Federal, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e trazer dados da nossa organização, uma organização que acredita numa Polícia forte, republicana, que não protege nem persegue, que simplesmente seja uma Polícia técnica, com capacidade investigativa de atender às necessidades do País. E esse é o nosso compromisso, Sr. Presidente. Continuamos à disposição desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido ao Diretor-Geral Leandro Daiello Coimbra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu tenho uma pergunta dirigida sobre o sistema que operou. Isso foi falado durante audiência pública pelo Dr. Roberto Troncon e também pelo Diretor-Geral do sistema Guardiã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi para ele e para o Ministro. Não sei se o Ministro ficará para responder isso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - A pergunta seria se o sistema Guardiã e outro sistema seriam de propriedade da Polícia Federal ou se seria terceirizado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dr. Leandro, com a palavra para a resposta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - E também quanto ao vazamento seletivo de informações da própria investigação, que vem ocorrendo diariamente na empresa, tentando desestabilizar o Governo da Presidente Dilma.

O SR. ROBERTO TRONCON FILHO - Com relação aos dois sistemas desenvolvidos por empresas brasileiras, o senhor, que já trabalhou alguns anos atrás como delegado, sabe que a Polícia não teve até o momento um instituto tecnológico de desenvolvimento de equipamentos, *softwares* e *hardwares*, para a segurança pública, à semelhança do que existe com as Forças Armadas. E neste desenvolvimento algumas empresas privadas se posicionaram como? Com a produção de *softwares* que poderiam ser úteis para o nosso trabalho.

Esses *softwares* são de propriedade de duas empresas privadas. Na verdade, eu poderia até dizer que a Polícia estimulou a competição, a concorrência, para não ficar refém de uma única empresa privada, seguindo o exemplo muito utilizado nos Estados Unidos. As forças de segurança e, particularmente, as agências de aplicação da lei americanas, nos anos 70 e 80, influenciaram bastante a nossa formação, em especial, na repressão a drogas. E este é um modelo bem estabelecido nos Estados Unidos: fomentar o desenvolvimento de empresas num primeiro momento. Eu acho que isso é bastante incipiente no Brasil.

O Brasil teve uma boa experiência com o desenvolvimento da indústria bélica e, depois, se estabilizou. Mas há um mercado imenso de segurança pública que pode ser explorado pelo Brasil. Uma vez desenvolvidos os produtos, a partir da iniciativa privada, podem ser comercializados, inclusive, para os países da América do Sul, os países mais próximos com os quais temos grandes interações, e que não apenas a América do Sul fique comprando produtos prontos e acabados da Europa ou da América do Norte.

Mas, respondendo objetivamente, os dois sistemas pertencem a duas empresas privadas: a Dígitro e a Federal Tecnologia, o Guardião e o Sombra, respectivamente. E a Polícia, sempre que precisa, acaba adquirindo ou fazendo uma expansão e negociando contratos para essa prestação de serviço. Nada impede que outras empresas também entrem no mercado.



Para o desenvolvimento pelo poder público, teria que ser estabelecido, criado, um mecanismo de desenvolvimento de tecnologia estatal. Não sei se é o melhor modelo. Os Estados Unidos, por exemplo, não usam esse modelo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, só pela oportunidade, o Deputado Delegado Protógenes fez uma pergunta que preocupa. Ele diz que houve vazamentos com a intenção de desestabilizar o Governo.

Houve vazamentos? E, se houve, foi para desestabilizá-lo com assuntos verdadeiros ou com fofocas? Porque, se foram vazamentos, não é possível que a Polícia Federal esteja trabalhando com suposições. Então, são assuntos verdadeiros. Se está havendo vazamento de assuntos verdadeiros, então, isso nos preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A pergunta está entendida.

Rapidamente, o Diretor quer se reportar sobre esse assunto?

O SR. LEONARDO DAIELLO COIMBRA - Só para complementar a questão de sistemas e equipamentos, eu queria dar uma boa notícia ao Deputado Delegado Protógenes: hoje, a Polícia Federal desenvolve, sim, de maneira inicial, uma tecnologia de equipamentos e *softwares* que nos é possível, pela qualidade técnica dos nossos servidores.

Quanto ao vazamento, acho que fica claro que a Juíza levantou alguns sigilos e que a mídia escreve de acordo com a sua interpretação.

A Polícia Federal não vaza operações e, caso ocorra algum incidente nesse sentido, a Polícia Federal apura esses incidentes com muito rigor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para as considerações finais, concedo a palavra ao Deputado Edson Bastos, na Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Edson Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perdão, perdão.

Edson Santos na Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Ministro, eu quero aqui agradecer por sua presença aqui nesta Casa; e ao Dr. Daiello e ao Dr. Troncon, que vieram aqui e nos trouxeram informações que, do meu ponto de vista, deixaram-nos



seguros de que o Governo agiu corretamente e de que a Polícia Federal não sofreu nenhum tipo de constrangimento na sua ação constitucional.

De maneira que, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, creio que existem requerimentos de convocação de outras pessoas sobre esse mesmo tema, sobre esse mesmo assunto. E nós entendemos já esgotado. Nesse sentido, vamos trabalhar para que esses requerimentos não prosperem. Na nossa opinião, esse caso, do ponto de vista da Câmara, do Poder Legislativo, ele se encontra esgotado. Evidentemente, a Polícia Federal há de dar prosseguimento às investigações pertinentes ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, quanto às considerações finais do Ministro, cabe a mim apenas agradecer-lhe, principalmente, pela disponibilidade, a presença, a paciência, a tolerância e o respeito que teve pelo Parlamento, postura natural de quem vem desta Casa. Tem demonstrado isso por diversas oportunidades, meu ex-companheiro de Comissão de Constituição e Justiça e hoje Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado agradece pelo gesto de V.Exa., porque outra Casa não poderia ser a mais provável para recebê-lo neste momento do que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro; ao Superintendente da PF em São Paulo, Dr. Roberto Troncon, o agradecimento reiterado pela disponibilidade, porque a costura dos senhores aqui hoje demonstra que a Polícia Federal é detentora, sim, da confiança institucional do Parlamento, pelo trabalho que vem sendo realizado. Como alertou o Deputado Guimarães, até com mais serenidade ao que antes era uma crítica em virtude de algumas posturas do passado. Entendemos que há evolução e amadurecimento institucional nesse sentido.

Da minha parte, para concluir, Ministro, duas vertentes foram objeto desta Comissão hoje na audiência pública. Uma, a crise da insegurança pública no Estado de São Paulo. V.Exa. se reportou sobre isso, claro, de forma secundária, já que acabaram exercendo protagonismo as operações da Polícia Federal. Mas V.Exa. deixa aqui a sua fala de que, como disse, todo Ministro gosta de pedir mais verbas, o que me parece ser mais um recado claro, já que a execução orçamentária do ano



de 2012 tem sido pífia, tem sido desastrosa, e não tem permitido que as ações do Governo Federal com a segurança pública, principalmente, atinjam o fim necessário.

Deixem-me trazer um pensamento, Ministro: da Constituição de 1988 para cá, a educação, mesmo que a trancos e barrancos, de forma tímida, ela tem melhorado os seus índices. O IDEB era 2, passou para 2,5; 3, enfim, está melhorando. A taxa de evasão escolar vai diminuindo. Os índices estão melhorando. Na saúde, os índices melhoram. A taxa de mortalidade infantil caiu. A cobertura com o SUS se ampliou. Então, avanços foram sentidos.

Na área da segurança pública, ocorre exatamente o inverso. Os índices estão piorando. Com o passar dos anos, o número de homicídios hoje é maior. O consumo de drogas é maior. A superlotação das cadeias é cada vez mais presente no dia a dia. Soluções para a segurança pública estão cada vez mais difíceis, porque não têm sido tomadas soluções estruturantes, ações continuadas e investimentos crescentes.

Então, por parte da Comissão de Segurança Pública, deixo este apelo. E esse é o nosso papel. Não é apurar, aqui nós estamos pedindo esclarecimentos. A apuração cabe às Forças Policiais. O papel da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado é aperfeiçoar as políticas públicas de segurança. E é a esse mister que estamos dedicados. Devemos reconhecer que a crise que ocorre em São Paulo é o ápice de toda uma problemática que vem do arquétipo constitucional de 1988 e que demonstra que o nosso modelo de segurança pública hoje está esgotado, está exaurido, está falido, precisa ser repensado. E é porque nós vivemos na época do pleno emprego, com 5% de desempregados, imaginem se vivêssemos a realidade da Espanha, com mais de 20, 25% de desempregados, que caos social a que o Brasil estaria submetido!

Por isso, Ministro, não deixemos de tratar a segurança pública com prioridade nos Orçamentos subsequentes, porque, infelizmente, tem sido vítima de contingenciamentos por parte do Governo Federal, que tem colocado em xeque os planejamentos e as ações a serem implementadas. Sobre segurança pública me permita fazer essa avaliação.

E, por último, sobre o resultado da Operação Porto Seguro, parece-me que ficou claro aqui hoje, não há controvérsia, até por conta das tipificações fruto das



investigações da Polícia Federal, o crime organizado, não aquele crime organizado que a gente costuma ver do PCC, em São Paulo, das favelas do Rio de Janeiro, não, o crime organizado instalado no seio do Governo Federal, nas suas agências reguladoras, na AGU, com tentáculos que se espalham pelo gabinete da Presidência da República em São Paulo.

E esse crime é organizado? Sim, porque uma quadrilha agindo de forma coordenada para tráfico de influência, desvio de verbas e recursos públicos, para compra de pareceres, estava instalada no seio do Governo Federal. Isso é incontroverso. O que se busca esclarecimento aqui hoje é aonde esses tentáculos chegam e alcançam.

É por isso, e me permita meu caro Superintendente Roberto Troncon, que ficou aqui um sério questionamento sobre os critérios utilizados para não ter sido grampeado o telefone da Sra. Rosemary, porque ela foi percebida como um agente importante, porque se diz: não, ali ela atuava simplesmente como uma interlocutora dos irmãos Vieira, mas exatamente porque não se investigou mais nada a fundo dela.

Resta-me uma esperança. Na busca e apreensão realizada no dia da operação, na sexta-feira, portanto, ainda é fato novo por vir, o computador e os objetos pessoais da Sra. Rosemary foram apreendidos, ainda não investigados pela Polícia, ainda não trazidos à tona no relatório produzido. Então, pode ser que esses tentáculos fiquem mais esclarecidos sobre aonde eles querem chegar.

Por fim, dou conhecimento ao Ministro da Justiça do tema que foi tratado nesta audiência pública, com a cópia do requerimento, para que seja solicitado ao Exmo. Ministro de Estado da Justiça informações acerca das entradas e saídas oficiais do País realizadas pela Sra. Rosemary Nóvoa de Noronha, ex-Chefe do Gabinete da Presidência da República em São Paulo durante o exercício de suas atividades profissionais, para que a Polícia Federal — e, aí, o que nos cabe é uma indicação e uma sugestão — possa fazer uma checagem no seu passaporte diplomático das entradas e saídas, para saber se em algum momento houve o embarque da Sra. Rosemary sem o conhecimento em listas oficiais para o Itamaraty ou o Ministério da Justiça.



Então, essas são as conclusões que nós tiramos pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, agradecendo a tolerância de todos.

A palavra está com o Ministro da Justiça para suas respostas e considerações finais.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Respondo primeiro às indagações feitas, para depois fazer as considerações finais, em relação ao Deputado Nilson Leitão, sobre a nomeação de Paulo Vieira e do irmão para as agências reguladoras.

Pelo que consta do inquérito, é óbvio, a Sra. Rose articulou para que essa nomeação fosse feita. Mas existe também ofícios e apoios de Parlamentares, etc., mostrando que essa nomeação não foi uma nomeação exclusivamente objeto da ação dela, embora tenha tido a ação, mas houve outras interferências, recomendações e posicionamentos. Por isso, é muito importante ter isso claro.

Já na fase do Senado, porque se aprovou, se voltou, o inquérito não trata disso. Eu não tenho condições de dar esclarecimentos porque à época era Deputado aqui, eu não era Senador. Fica muito difícil, para mim, tecer qualquer consideração a respeito.

Relativamente às ponderações do meu querido amigo Deputado Carlos Sampaio, quero lhe dizer que tive a honra de ser seu professor, mas é um dos casos em que o discípulo superou em muito o mestre. V.Exa. tem tido um comportamento parlamentar brilhante, como já o era no Ministério Público do Estado de São Paulo, como Promotor de Justiça, e com a isenção e a coragem que eu parabenizo. V.Exa., embora pertença à Oposição, fez uma afirmação aqui que me impressiona, não poderia deixar de me impressionar, e só posso atribuir a uma pessoa isenta e cuidadosa como V.Exa.

V.Exa. disse que o Presidente Lula não tem nada a ver, segundo a percepção que tem. E eu cumprimento V.Exa. pela coragem porque, às vezes, na vida política, nós somos muito tentados às disputas de posições e nem sempre nós temos o equilíbrio, a racionalidade e a isenção de fazer uma afirmação desse quilate.

Meus cumprimentos sinceros, Deputado Carlos Sampaio.



Em relação às arguições que V.Exa. aqui fez, relativamente ao enquadramento da Sra. Rosemary, é importante que nós compreendamos o que está sendo discutido. A Sra. Rosemary foi enquadrada em três crimes, e discute-se se deveria ser enquadrada num quarto crime ou não. Claro, então, é muito importante isso. Se há mais uma tipificação, que seria uma tipificação de quadrilha ou não, ou se ficaria só nos três. Evidentemente, na conclusão do inquérito, isso poderá ser modificado ou ser mantido. O Ministério Público também poderá não acatar essa situação.

O que me parece, Deputado Carlos Sampaio, pelo menos pelo que li — V.Exa. terá, seguramente, a oportunidade de ler o que eu li: uma coisa é a quadrilha subornando, dando favores a alguém que é corrompido; outra coisa é o integrar da quadrilha. Vários servidores passaram a receber favores, depósitos, livros, como se falava, deste núcleo, e não participavam diretamente da deliberação ou do planejamento, mas eram subornados, digamos assim, eram corrompidos.

Parece-me, salvo melhor juízo e fatos que deverão ser apurados *a posteriori*, que esta era a situação da Sra. Rose, como era da Sra. Evangelina, como era do Sr. Weber. Eles não integravam aquele núcleo, mas eles eram subornados. No caso da Sra. Rose, havia uma situação até curiosa. Vamos imaginar o seguinte. Estava-se discutindo um empreendimento de 2 bilhões de reais, e ela pedia livros, pedia o cruzeiro do Bruno e Marrone, quer dizer, é uma situação que tem de ser olhada com o foco preciso. Foi com esse foco, parece-me, que o delegado que conduzia o processo olhou.

É muito importante dizer uma coisa. Independentemente de qualquer divergência quanto a enquadramento, independentemente de qualquer divergência quanto a se devia haver interceptação ou não — havendo delegado, não era necessário —, eu faço apenas um abono ao delegado. A medida que foi decretada, do ponto de vista político, que foi a busca e a apreensão no escritório da Presidência, tem mais impacto do que a própria interceptação telefônica. Não se fez a interceptação telefônica não para poupar a Sra. Rose, porque a busca e a apreensão foram feitas, inclusive, no escritório da Presidência da República — já respondo ao Deputado Guimarães —, mas sim porque se entendia que não era necessária pelos tipos de delitos que estavam configurados, já materializados, e não



havia uma situação em curso de ela ter participado diretamente da negociação da Ilha dos Bagres e da Ilha das Cabras. Essa foi a avaliação.

Algo, no entanto, fica claro. Essa decisão foi tomada do ponto de vista técnico, seja para quem concorde, seja para quem discorde. Não houve interferência política, não houve direcionamento para poupar a Sra. Rose. Se tivesse que haver qualquer tentativa de blindá-la, não teria havido a busca e a apreensão no escritório da Presidência da República. Eu acho que esse é um fato muito importante que reforça a dimensão republicana da Polícia Federal. Discordâncias no mundo jurídico sempre haverá, sobre enquadramentos ou sobre técnicas. Mas não se não pode dizer — parece-me que a opinião aqui, pelo menos, eu não ouvi divergências — é que tenha havido interferência política para poupar ou para blindar ninguém.

A Sra. Rose não foi poupada, não foi blindada. Houve uma busca e uma apreensão no escritório da Presidência da República, medida que talvez mais tenha chamado a atenção e, portanto, a discussão se coloca no plano técnico jurídico.

Mas meus cumprimentos a V.Exa. e a renovação da admiração permanente pela conduta não só do Promotor, mas também do Parlamentar.

O Deputado Paulo Teixeira me indaga sobre a questão da disciplina do auto de resistência. Trata-se de um projeto de lei pelo qual o Ministério da Justiça tem total interesse — é um projeto de lei de autoria deles, se não me falha a memória —, temos total interesse, porque nós não podemos ter situações de impunidade quando nós temos a exorbitância da atividade policial. O auto de resistência não pode ser utilizado de modo a não se investigar aquele que seria a vítima, que seria o policial. Portanto, há que haver investigação sim em todo e qualquer caso. Eu acho que esse é um projeto de lei bom e que, se possível, esta Casa deveria dar uma atenção especial a sua aprovação.

Relativamente à observação da Deputada Keiko Ota sobre a questão dos policiais, esse movimento é um dos que mais eu lembro nas últimas vezes porque, aonde quer que eu vá, eles acompanham melhor a minha agenda do que o meu pessoal do Ministério. Então, chegado a Fortaleza, estavam os companheiros, estavam eles lá.

O que existe ali? A Polícia Federal precisa de mais gente; nós temos essa determinação; foram abertos concursos, estamos fazendo concursos no limite das



nossas possibilidades. Foi suspenso, por uma discussão jurídica, pelo Supremo Tribunal Federal o concurso de delegado de polícia. Nós estamos dialogando para conseguir retomar esse concurso, inclusive com o Supremo, por uma questão lateral.

O que existe aqui é uma questão jurídica em que o posicionamento inicial do órgão jurídico era que não poderia haver a nomeação pleiteada porque o edital não permitia. Nós estamos estudando juridicamente para verificar se existe alguma possibilidade. Interesse, nós temos total em prover cargos. Agora, eu não posso fazer nomeações que depois sejam questionadas, seja do ponto de vista da administração, seja do ponto de vista dos próprios interessados, que largariam o emprego, e, de repente, se anula o provimento.

Então, se nós tivermos margem de segurança jurídica nessa análise, seguramente faremos o provimento; se nós não tivermos, eu não tenho muita alternativa. Mas, agradeço. Continuem acompanhando a minha agenda. É um prazer sempre ver pessoas que têm vontade e garra para estar conosco na Polícia Federal, e espero que estejam.

Relativamente ao Deputado Enio Bacci, fronteiras. A operação de fronteiras é coordenada pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Defesa. O que V.Exa. deve ter mencionado é sobre a Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, que, em certos momentos do ano, faz uma forte concentração do efetivo militar. A orientação é fazer inspeção de tudo, claro, não só da receita, mas também do tráfico de armas, do tráfico de drogas etc. Assim tem sido feito, e com grandes resultados. Depois, se V.Exa. quiser, eu passo. Inclusive, os resultados são extremamente positivos.

A relação do Presídio de Itajaí, eu não tenho neste momento. Mas assumo o compromisso com V.Exa. de que passo. Aliás, convido-o a visitar o Ministério da Justiça. Não tive ainda a oportunidade. Será um prazer recebê-lo e, aí, com o Diretor do DEPEN, Dr. Augusto Rossini, poderei prestar os esclarecimentos necessários a V.Exa.

Quanto à denúncia do Deputado Anthony Garotinho, ele vai nos informar. E tudo o que é informado é dever de ofício investigar, pouco importando se ela parece *a priori* verossímil ou inverossímil. Então, obviamente, essa informação passada



pelo Deputado Garotinho vai ser investigada, independentemente de qual seja o resultado.

Quanto ao Deputado Pastor Eurico, agradeço as palavras. Digo que estou sempre à disposição desta Comissão, porque é meu dever inclusive aqui comparecer, especialmente com este espírito desta Comissão tão bem presidida pelo Deputado Efraim Filho. O Deputado Efraim não é do meu partido, ele sabe disso. Sempre brigamos muito, fraternalmente, na Comissão de Constituição e Justiça. Mas ele tem feito um trabalho exemplar na Comissão de Segurança Pública. Os Deputados que integram esta Comissão também têm dado uma grande colaboração a nós. Através das ideias, dos debates, desta integração entre Poder Executivo e Poder Legislativo, políticas públicas nessa área podem ser formuladas e bem equacionadas.

Aqui fica, então, desde já, o agradecimento ao Deputado Efraim e a todos os membros da Comissão de Segurança Pública pela colaboração permanente. Claro, conseguindo mais recursos, eu agradeço, e políticas também. Estou à disposição sempre desta Comissão para aqui comparecer e debater aquilo que for necessário, seja para aplausos, seja para construção conjunta de políticas, seja para crítica.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Ministro, antes de encerrar — permita-me permite, Presidente — o prazo que vai exaurir o concurso público é de 50 dias.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nós estamos atentos para isso.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Seria imprescindível — administrativamente pode — o senhor adiar, protelar esse vencimento até poder vencer essas questões jurídicas.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não, não é isso. Eu tenho que dar uma resposta antes disso porque eu tenho todo interesse inclusive em chamá-lo, se houver possibilidade jurídica.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas está sob exame da Consultoria Jurídica do Ministério.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Caso não consiga nos 50 dias, adiam-se mais 50, até resolver o problema.



O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - (*Riso.*) Se eu não conseguir nos 50 é porque eu não vou conseguir, eu acho. Mas vamos tentar ver se nós encontrarmos saída e alternativa para isso.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Deputado José Guimarães, meus cumprimentos pela fala de V.Exa. Espetáculo realmente é algo inaceitável em operações policiais.

O Dr. Leandro Daiello Coimbra tem sido muito zeloso em evitar que situações dessa natureza existam. Porque, quando você faz uma operação policial, as pessoas não são condenadas, elas estão sendo investigadas. Mesmo submetidas à prisão temporária ou provisória, não há uma sentença definitiva. A própria Constituição não nos permite tratar pessoas como condenadas antes do trânsito em julgado da sentença penal proferida. E a espetacularização de ações da Polícia Federal atinge imagens de pessoas que, no futuro, poderão ser inocentadas, como o caso que V.Exa. bem registra em testemunho dessa situação.

Portanto, o espetáculo é inaceitável em operações policiais. Nós temos sido bastante comedidos nessa linha. O Dr. Leandro Daiello tem tido um comportamento exemplar na exigência dessa conduta. Nós vemos, às vezes, até que as imagens de televisão se repetem nas matérias, mostrando-se o prédio da Polícia Federal ou o brasão, porque não há imagens das nossas operações. Isso não é feito para esconder nada de ninguém, isso é feito para garantir o Estado Democrático de Direito e os direitos e garantias individuais, que é dever do Ministério da Justiça e da Polícia Federal respeitar.

Em relação à busca e apreensão realizada no escritório da Presidência da República, é evidente, como tudo no mundo do Direito, que pode haver controvérsia. A leitura que eu pessoalmente tive é que a maneira como o mandado foi expedido era a correta. Por quê? Eu não creio que existam imunidades em relação a prédios e edifícios. O que existem são certas garantias institucionais que se dão a certas autoridades. Presidenta da República ou Presidente da República, Ministras ou Ministros de Estado têm a garantia do foro privilegiado. Portanto, só poderiam ter eventuais medidas decretadas contra si por determinação do Supremo Tribunal Federal.



No caso, todavia, o mandado foi muito bem circunscrito à servidora e à mesa em que ela efetivamente trabalhava, com a cautela do delegado de pedir que o GSI — Gabinete de Segurança Institucional fosse cientificado para acompanhar a execução do mandado, para que não houvesse transgressões. Diante dessa situação, pareceu-me que a ordem foi legalmente emitida. Por isso, a situação assim foi feita, o que mostra que o Governo não tem nenhuma intenção de blindar absolutamente nada quando entende que a lei está sendo cumprida. Ou seja, nesse caso, foi garantida a busca e a apreensão tranquilamente no Gabinete da Presidência da República, de maneira a mostrar que, na condição de alguém que zela pelo Estado de Direito, o meu papel é garantir que a boa execução da Constituição se aplique e não fazer blindagens a pessoas porque pertencem ao meu partido ou porque não pertencem, e não fazer perseguições, porque são adversários ou não são adversários.

Assim sendo, Presidente Efraim, eu agradeço imensamente a oportunidade de ter vindo a esta Comissão. É sempre um prazer reencontrar meus amigos de todos os partidos e comparecer a esta Casa para dar esclarecimentos, porque aqui vir é um dever, um dever democrático e um dever que cumpro com o máximo prazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quero agradecer...

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Superintendente Regional da Polícia Federal, tão rigoroso na disciplina dos policiais federais e também na hierarquia e disciplina da Polícia Federal, ausentou-se antes mesmo do Diretor-Geral da Polícia Federal e do Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele pediu permissão, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Eu gostaria de deixar consignado ainda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu deixo consignado que ele pediu permissão para se ausentar, tanto ao Presidente da Mesa como a...

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Então, deixe consignado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deixo consignadas a sua questão de ordem e a resposta da Presidência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - E também, Ministro José Eduardo Cardozo, em relação aos programas antiterrorismos relacionados, a utilização de equipamentos que utilizou. Ele também não esclareceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deixaremos consignado.

Quero agradecer, em nome da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a presença do Ministro José Eduardo Cardozo, que nos honrou com sua exposição e esclarecimentos, e a todos os que compareceram a esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.